



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Relatório de Gestão do Exercício de 2014

Brasília/DF
2015

Prestação de Contas Ordinárias Anual
Relatório de Gestão do exercício de 2014

Relatório de Gestão do exercício de 2014 apresentado ao órgão de controle interno e externo e à sociedade, como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 134/2013 e da Portaria TCU nº 90/2014.

Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão: Gabinete da Diretoria-Geral, com o apoio das demais unidades do CNJ.

Brasília/DF
2015

SUMÁRIO

Introdução	6
1. Identificação e Atributos do Conselho Nacional de Justiça	12
1.1 Identificação do Conselho Nacional de Justiça.....	12
1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade.....	15
1.3 Organograma Funcional	16
1.4 Macroprocessos Finalísticos	24
2. Informações sobre a governança	28
2.1 Estrutura de Governança	28
2.2. Atuação da unidade de auditoria interna	30
2.3 Demonstração da execução das atividades de correição no âmbito do CNJ.....	33
2.4 Avaliação do funcionamento dos Controles Internos	35
3. Relacionamento com a Sociedade	40
3.1. Canais de acesso do cidadão ao CNJ	40
3.2. Informação sobre a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão	43
3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços	44
3.4 Acesso às informações	45
3.5 Medidas relativas à Acessibilidade	45
5. Planejamento e Resultados alcançados	47
5.1 Planejamento do Conselho Nacional de Justiça.....	47
5.1 Planejamento do Conselho Nacional de Justiça - itens “a” e “b”	60
5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.....	62
5.2.3.1 Ações – OFSS	63
5.2.3.3 Ações não previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados	71
5.2.3.5 Análise Situacional.....	72
5.3 Informações sobre outros resultados da gestão	78
5.4 Indicadores de desempenho operacional.....	81
5.5 Custos de Produtos e Serviços	85
6. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira	87
6.1 Demonstração da execução das despesas.....	87
6.1.2 Movimentação de créditos interna e externa.....	90
6.1.3 Realização da despesa	91
6.2 Despesas com publicidade e Propaganda.....	94
6.3 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recurso.....	94
6.4 Demonstração da movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores	95
6.5 Informações sobre transferência de recursos	96
6.6 Informações sobre Suprimento de Fundos	100
7. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados	104
7.1. Estrutura de pessoal da unidade jurisdicionada.....	104
7.1.2 Qualificação e capacitação da força de trabalho	107
7.1.3 Custos de Pessoal	109
7.1.4 Irregularidade na área de pessoal	111
7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas.....	111
7.1.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos.....	111
7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários.....	116

7.2.1 Contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância.....	116
7.2.3 Análise crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2.....	117
7.2.4 Contratação de estagiários.....	117
7.3 Revisão de Contratos de empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento	118
7.4 Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas	120
8. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário	122
8.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros	122
8.2 Gestão do patrimônio Imobiliário	128
9. Gestão de Tecnologia da Informação	132
9.1 Sistemas computacionais relacionados aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos da unidade jurisdicionada.....	132
10. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental	145
10.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens de contratação de serviços ou obras	145
11. Atendimento de Demandas de Órgãos de Controle	147
11.1 Tratamento das recomendações exaradas em acórdãos pelo TCU	147
11.2 Tratamento das recomendações feitas pela Secretaria de Controle Interno.....	149
11.2.2 Recomendações da OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	178
11.3 Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93 relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas	183
11.3.1 Situação do cumprimento das obrigações	183
11.4 Medidas adotadas para apurar responsabilidade por dado ao Erário	184
11.5 Alimentação SIASG e SICONV	184
12. Informações Contábeis	186
12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público	186
12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas.....	188
12.3 Conformidade contábil.....	189
12.4 Declaração do Contador responsável pela contabilidade no SIAFI.....	190
Conclusão	191

Obs.: A numeração do sumário seguiu a da Portaria n. 90/2014 do TCU.

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1.3. Identificação do Conselho Nacional de Justiça.....	12
Quadro A.1.3. Informações sobre áreas ou unidades estratégicas	21
Quadro A.1.4. Macroprocessos finalísticos	24
Quadro A.2.4. Avaliação do Sistema de Controles Internos.....	35
Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade do CNJ	63
Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS.....	71
Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas	87
Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa	90
Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total	91
Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total. ...	92
Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade	94
Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	95
Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de referência.....	96
Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	97
Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de consta sobre transferências concedidas pelo CNJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.....	97
Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos	100
Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos	100
Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência	101
Quadro A.7.1.1.1– Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31 de dezembro de 2014.....	104
Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva - Situação apurada em 31 de dezembro de 2014	104
Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ – Situação apurada em 31 de dezembro de 2014	105
Quadro A.7.1.1.4 – Quantitativo Percentual dos Cargos em Comissão (Posição em 31/12/2014) .	105
Quadro A.7.1.1.5 – Quantitativo Percentual das Funções Comissionadas (Posição em 31/12/2014)	106
Quadro A.7.1.3 – Custos de pessoal.....	109
Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	116
Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	116
Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários	117
Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	128
Quadro A.8.2.2.1 – Discriminação dos imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ – Exceto imóvel funcional.....	128
Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014	139
Quadro A.10.1 – Aspectos de Gestão Ambiental.....	145
Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	147
Quadro A.11.2.1 – Cumprimento das recomendações do órgão de controle interno	149
Quadro A.11.2.2 – Recomendações da Secretaria de Controle Interno pendentes de atendimento	178
Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	183
Quadro A.11.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014	184
Quadro A.12.4.2 – Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis	190

INTRODUÇÃO

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) é órgão integrante do Poder Judiciário, criado pela Emenda Constitucional (EC) n° 45, de 30/12/2004, alterada pela EC n° 61, de 11/11/2009, ao qual compete o controle da atuação administrativa e financeira dos órgãos do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, nos termos do art. 103-B, § 4°, da Constituição Federal.

Dever de prestar contas e estrutura do relatório de gestão

O CNJ, no cumprimento do seu dever de prestar contas, conforme art. 70 da Constituição Federal, apresenta ao Tribunal de Contas da União (TCU) e à sociedade brasileira o presente relatório, que demonstra as práticas reais de sua gestão empreendidas no exercício de 2014 e propicia uma visão completa por meio de elementos e demonstrativos que evidenciam a regular aplicação dos recursos públicos destinados ao CNJ.

Na primeira parte do Relatório de Gestão será exposto como o CNJ está internamente estruturado, visando possibilitar o conhecimento dos vínculos entre as diversas unidades, bem como uma visão geral acerca dos macroprocessos pelos quais cada unidade é responsável.

Na sequência, serão apresentados os conteúdos exigidos pela Decisão Normativa – TCU n° 134, de 4 de dezembro de 2014, observando-se ainda as orientações da Portaria – TCU n° 90, de 16 de abril de 2014.

Conforme classificação contida no Anexo I da DN TCU n° 134/2013, o relatório de gestão será apresentado individualmente.

Cumprido esclarecer que não foram prestadas informações sobre os seguintes itens da DN n° 134/2013, pelos motivos a seguir expostos:

- Item 6.3: o CNJ não possui passivos por insuficiência de créditos ou recursos;
- Item 6.8: o Conselho é órgão de natureza administrativa e, portanto, não gere precatórios, conforme art. 100 da Constituição Federal;
- Item 8.3: o CNJ não possui imóveis locados de terceiros;
- Item 11.2: o CNJ presta contas diretamente ao Tribunal de Contas da União. Todavia, foram registradas as recomendações da Secretaria de Controle Interno, por ser a unidade de controle no âmbito do CNJ;
- Item 13.1: todas as informações relevantes estão contempladas neste Relatório, motivo pelo qual não serão apresentadas informações complementares.

Principais realizações da gestão no exercício de 2014

- **Implantação do PJe nos Tribunais** – Trata-se de medida cujo objetivo é o provimento aos Tribunais de instrumento tecnológico capaz de agilizar os trâmites judiciais e proporcionar maior segurança dos atos praticados.

Em 2014, com a atuação da Comissão de Tecnologia da Informação e Infraestrutura, se deu o início da implantação do sistema PJe em 13 tribunais estaduais, onde já tramitam neste sistema 330.000 feitos em 450 unidades judiciárias.

Na Justiça Federal, o Tribunal Regional Federal da 5ª Região prosseguiu a implantação, estendida a 81.000 processos em 100 unidades judiciárias e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região iniciou a implantação em dezembro de 2014.

Na Justiça do trabalho tramitam no PJe 2.204.294 processos em 1.246 unidades judiciárias. Assim, espera-se a maximização da celeridade dos julgamentos realizados pelos Tribunais e o fortalecimento do programa de implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) no Poder Judiciário, proporcionando resultados mais positivos para os jurisdicionados.

Projetos e Ações futuros: Continuidade de implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nos demais Tribunais, especialmente nos da Justiça Estadual.

Implantação do PJe no CNJ - A implantação do PJe no CNJ foi realizada com o objetivo de agilizar os trâmites judiciais e proporcionar maior segurança dos atos praticados.

No âmbito do Conselho Nacional de Justiça, tramitam no PJe 50.756 processos, em 15 gabinetes.

Projetos e Ações futuros: Desenvolvimento de nova versão 2 do Processo Judicial Eletrônico (PJe2).

- **Gestão Documental: Implantação do SIGA-DOC no CNJ** - Para a assinatura e a tramitação de documentos e processos, foi instituída uma nova ferramenta informatizada: Sistema Informatizado de Gestão de Documentos e Processo Administrativo Digital (SIGA-DOC).

A implantação do sistema SIGA-DOC é resultado do Termo de Cooperação Técnica, celebrado entre o CNJ e o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, e que tem por objetivo a cooperação e o intercâmbio na área de Tecnologia da Informação e Gestão Documental.

O SIGA-DOC foi instituído no âmbito do CNJ por meio da Instrução Normativa n. 27 de 15 de maio de 2014. Desde o dia 26 de maio de 2014, o sistema tem sido utilizado para autuação e tramitação de novos processos, documentos e atos administrativos.

- **Procedimentos de Competência da Corregedoria** – São procedimentos de competência da Corregedoria Nacional de Justiça: Reclamações, Representações por Excesso de Prazo, Pedidos de Providências, Sindicâncias, Avocações, Reclamações para Garantia das Decisões e Notas Técnicas.

No ano de 2014 foram recebidos e analisados pela Corregedoria Nacional de Justiça o seguinte quantitativo de procedimentos: Recebidos: 4.772; Julgados: 5.564; Baixados: 5.766; Em tramitação: 2.953.

- **Magistrados punidos por decisão Plenária em 2014** - No ano de 2014, foram punidos por decisão Plenária 5 (cinco) magistrados, dos quais 2 (dois) foram aposentados compulsoriamente, 1 (um) foi punido com pena de disponibilidade e 2 (dois) com advertência.
- **Magistrados afastados preventivamente em 2014** - No ano de 2014, foram afastados preventivamente 5 (cinco) magistrados.

- **Cooperação Jurídica Internacional** - O Conselho Nacional de Justiça instituiu, por meio da Portaria nº 190, de 23 de setembro de 2013, Grupo de Trabalho para realizar estudos sobre as políticas públicas no âmbito do Poder Judiciário que envolvam questões de cooperação jurídica internacional em matéria civil e penal. O Grupo de Trabalho realizou 17 reuniões (presenciais e/ou por videoconferência) no período de 7 de outubro de 2013 a 17 de setembro de 2014. Na reunião de 26 de fevereiro de 2014, os integrantes do Grupo deliberaram no sentido da divisão das atividades em subgrupos.

Atividades do Grupo de Trabalho e dos Subgrupos:

- a) Realização do Seminário “Jurisdição Brasileira e Cooperação Internacional” no dia 23.10.2014, no Auditório do CJF, com a participação de Magistrados Federais, Estaduais e do Trabalho.
- b) O Ministério das Relações Exteriores, por meio do Ofício nº 71 SLRC/CASC, inaugurou a relação institucional entre o CNJ e aquele Ministério quanto à internalização da Convenção de Haia relativa à Supressão da Exigência da Legalização dos Atos Públicos Estrangeiros, de 1961, ao ordenamento jurídico brasileiro.
- c) Reunião para tratar da supressão da exigência de legalização de documentos públicos estrangeiros – Convenção de 1961; Sequestro Internacional de Crianças – Convenção de 1980; Adoção Internacional – Convenção de 1993.
- d) Minuta de ato normativo sobre a aplicação da Convenção da Haia sobre os aspectos civis do sequestro internacional de menores (1980).
- e) Participação do CNJ na XVII Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras. Objeto da reunião foi a inclusão da adoção internacional no CNA.
- f) Reunião para tratar da Cooperação jurídica internacional em matéria penal; Áreas fronteiriças; e Cartas Rogatórias em matéria penal.
- g) Análise da legislação que trata do combate à corrupção, Crime organizado e tráfico de drogas.
- h) Implementação no TRF-4 da especialização de varas federais para processarem pedidos de cooperação jurídica passiva em matéria penal – Resolução nº 101/2014/TRF4.
- i) Parceria do Subgrupo com a Autoridade Central Administrativa Federal/ACAF e as Escolas dos Tribunais Regionais Federais para participação de magistrados federais no Programa de Visitantes Voluntários 2014 (Cooperação Internacional. Subtração Internacional de Crianças), realizado no período de 10 a 20 de agosto de 2014, nos EUA (Washington e Boston).
- j) Manual de Boas Práticas: Aplicação da Convenção da Haia de 1980.
- k) Seminário “Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças – Convenção da Haia de 1980”.
- m) Seminário com os Organismos Internacionais credenciados perante a Autoridade Central (ACAF).
- l) VI Encontro Nacional de Magistrados da Infância e Juventude, Curso de Atualização dos Magistrados Gaúchos e XVI Encontro do FONAJUV.
- m) Reunião com o Coordenação-Geral de Cooperação Jurídica Internacional/MJ e a Divisão de Cooperação Jurídica Internacional/MRE para tratar dos documentos legalizados pelo Brasil para efeito no Exterior (2011 a 2013).

n) Ministério das Relações Exteriores encaminhou o Ofício nº 61/DCJI/SLRC/DAC, relatando os procedimentos de apostilamento na Espanha, Portugal e Estados Unidos, com base nos dispositivos da Convenção de Haia relativa à Supressão da Exigência da Legalização de Atos Públicos Estrangeiros.

o) Ministério das Relações Exteriores deu ciência ao GT da Mensagem conjunta do Ministério da Justiça; Relações Exteriores; Educação; Planejamento, Orçamento e Gestão; Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Secretaria da Micro e Pequena Empresa, que encaminhou exposição de motivos à Casa Civil da Presidência da República quanto ao texto da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização dos Documentos Públicos Estrangeiros.

r) Seminário em Cartagena (Colômbia) organizado pelo Ministério da Justiça da Espanha e pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional, realizado nos dias 15 a 18 de julho de 2014, com a participação de representante do CNJ.

- **VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário** - O VIII Encontro Nacional do Judiciário ocorreu nos dias 10 e 11 de novembro, na cidade de Florianópolis/SC, conforme previsão na Resolução nº 70, de 18 março de 2009, que determina a realização de encontros envolvendo a cúpula da Justiça, visando à avaliação da estratégia em curso e o estabelecimento de metas.

Esse ano no evento, de forma inovadora, além do debate e aprovação das Metas Nacionais do Poder Judiciário para o biênio 2015 e 2016, das Metas Específicas para os segmentos de Justiça e da diretriz estratégica que orienta os Tribunais, foram analisados os principais dados do Relatório Justiça em Números 2014.

Nesta oitava edição, a reunião contou com mais de 500 participantes e proporcionou uma discussão sobre o Projeto Judicial Eletrônico – PJe com os técnicos da área de cada tribunal e ainda com o intuito de democratizar os debates contou com a participação de diversas associações de magistrados e servidores, que trouxeram suas contribuições, sugestões e opiniões, feito inédito no histórico dos encontros do Poder Judiciário.

Como decorrência, ao final do evento, após intensos debates entre os presidentes e representantes dos 90 tribunais brasileiros, que integraram as reuniões setoriais de cada um dos segmentos de justiça, foram aprovadas de forma democrática e participativa as 7 Metas Nacionais a serem perseguidas pela Justiça no próximo ano, além de 13 metas específicas, a fim de garantir uma prestação judicial mais célere e eficiente ao cidadão.

Entre as Metas Nacionais, estão medidas que buscam aumentar a produtividade, reduzir o congestionamento processual, aumentar os casos solucionados por conciliação, impulsionar os processos de execução, priorizar o julgamento de processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa e os processos das ações coletivas e dos recursos repetitivos.

Também foi aprovada uma diretriz estratégica, cujo objetivo é zelar pelas condições de saúde e qualidade de vida no trabalho de magistrados e servidores, privilegiando-se, assim, o bem-estar, o estilo de vida e o comprometimento dos colaboradores do Judiciário.

Parte A – Conteúdo Geral

Informações Gerais Sobre a Gestão

Identificação e Atributos do Conselho Nacional de Justiça

Item 1- Parte A, do Anexo II da DN n° 134/2013

1. Identificação e Atributos do Conselho Nacional de Justiça

1.1 Identificação do Conselho Nacional de Justiça

Quadro A.1.1.1. Identificação do Conselho Nacional de Justiça.

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Judiciário			
Órgão de Vinculação: Não se aplica		Código SIORG: Não se aplica	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Conselho Nacional de Justiça			
Denominação abreviada: CNJ			
Código SIORG: Não se aplica		Código LOA: 17.101	Código SIAFI: 040003
CNPJ: 07.421.906/0001-29			
Natureza Jurídica: Órgão do Poder Judiciário da União – Administração Direta			
Principal Atividade: Justiça		Código CNAE: 84.23-0-00	
Telefones/Fax de contato:	(061) 2326-4924 Diretoria-Geral	(061) 2326-4754 Secretaria-Geral	(061) 2326-4852 Secretaria de Controle Interno
E-mail: diretoriageralcnj@cnj.jus.br			
Página na Internet: http://www.cnj.jus.br			
Endereço Postal:			
1) SEPN 514, Bloco B, Lote 7. CEP: 70.760-542, Brasília/DF (Sede do CNJ).			
2) SCRN 702/703, Bloco B, Edifício RádioBras. CEP: 70.720-620, Brasília/DF.			
3) Praça dos Três Poderes, Anexo I do Supremo Tribunal Federal, CEP: 70.175-901, Brasília/DF.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação da Unidade Jurisdicionada			
O Conselho Nacional de Justiça foi criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 30/12/2004, alterada pela EC nº 61, 11/11/2009.			
A Lei nº 11.618, de 19/12/2007, e a Lei nº 12.463, de 4/7/2011, dispõem sobre a criação de cargos e funções no quadro de pessoal do Conselho Nacional de Justiça, indispensáveis para sua estruturação interna, com vistas ao cumprimento de sua missão institucional.			
A Lei nº 11.364, de 26/10/2006, criou o Departamento de Pesquisas Judiciárias, com o objetivo de desenvolver pesquisas, estudos e sistemas de informação para aprimoramento do Poder Judiciário e para fornecer suporte técnico e institucional às ações do CNJ.			
A Lei nº 11.365, de 26/10/2006, dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional de Justiça.			
A Lei nº 12.106, de 2/12/2009, criou o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, com o objetivo de, dentre outros correlatos, monitorar e fiscalizar o cumprimento das recomendações e resoluções do Conselho Nacional de Justiça em relação à prisão provisória e definitiva, medida de segurança e de internação de adolescentes.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
O Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça foi aprovado na 79ª Sessão Ordinária de 3/3/2009 e foi alterado por meio da Emenda Regimental nº 1 de 9/3/2010.			
Resoluções sobre temas relacionados à Gestão			
• Resolução nº 49, de 18/12/2007			
Dispõe sobre a organização de Núcleo de Estatística e Gestão Estratégica nos órgãos do Poder Judiciário, relacionados no art. 92 incisos II ao VII da Constituição da República Federativa do Brasil. Publicada no DJE/CNJ, de 9/1/2009, p.1.			
• Resolução nº 70, de 18/3/2009			

Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Publicado no DOU, Seção 1, de 24/3/2009, p. 89-91.

- Resolução nº 90, de 29/9/2009

Dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário. Publicada no DOU, Seção 1, de 9/10/2009, p. 241-242, e no DJE/CNJ nº 172/2009, de 9/10/09, p. 2-5.

- Resolução nº 95, de 29/10/2009

Dispõe sobre a transição dos cargos de direção nos Órgãos do Poder Judiciário. Publicada no DOU, Seção 1, de 25/11/2009, p. 95, e no DJE/CNJ nº 202/2009, em 26/11/09, p. 2.

- Resolução nº 99, de 24/11/2009

Institui o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação no âmbito do Poder Judiciário. Publicada no DOU, Seção 1, em 3/12/2009, p. 128-130, no DJE/CNJ nº 206/2009, em 3/12/2009, p. 3-4/14-33, e retificada no DOU, Seção 1, em 7/12/2009, p. 104.

- Resolução nº 136, de 13/7/2011

Altera a Resolução nº 90, de 29 de setembro de 2009, que dispõe sobre os requisitos de nivelamento de tecnologia da informação no âmbito do Poder Judiciário. Publicada no DJE/CNJ nº 130/2011, de 15/7/2011, p. 5-6.

Resoluções editadas no exercício de 2014

Todas as normas citadas podem ser acessadas na íntegra através do portal do CNJ:

<http://www.cnj.jus.br/atos-normativos>

Tipo	Nº	Data	Origem	Situação	Ementa
Resolução	199	7/10/2014	Presidência	Vigente	A ajuda de custo para moradia no âmbito do Poder Judiciário, prevista no art. 65, II, da Lei Complementar 35, de 14 de março de 1979, de caráter indenizatório, é devida a todos os membros da magistratura nacional.
Resolução	198	16/6/2014	Presidência	Vigente	Dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências.
Resolução	197	16/6/2014	Presidência	Vigente	Institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas ao tráfico de pessoas (FONATRAPE), com objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema.
Resolução	196	5/6/2014	Presidência	Vigente	Altera a Resolução CNJ n. 153/2012, que estabelece procedimentos para garantir o recebimento antecipado de despesas de diligências dos oficiais de justiça.
Resolução	195	3/6/2014	Presidência	Vigente	Dispõe sobre a distribuição de orçamento nos órgãos do Poder Judiciário de primeiro e segundo graus e dá outras providências.
Resolução	194	26/5/2014	Presidência	Vigente	Institui Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição e dá outras providências.
Resolução	193	8/5/2014	Presidência	Vigente	Dispõe sobre a padronização da Carteira de Identidade de Magistrado do Poder Judiciário.
Resolução	192	8/5/2014	Presidência	Vigente	Dispõe sobre a Política Nacional de Formação e

					Aperfeiçoamento dos Servidores do Poder Judiciário.
Resolução	191	25/4/2014	Presidência	Vigente	Altera a Resolução CNJ n. 165/2012, que dispõe sobre normas gerais para o atendimento, pelo Poder Judiciário, ao adolescente em conflito com a lei no âmbito da internação provisória e do cumprimento das medidas socioeducativas.
Resolução	190	1/4/2014	Presidência	Vigente	Altera dispositivos da Resolução CNJ n. 54, de 29 de abril de 2008, que dispõe sobre a implantação do Cadastro Nacional de Adoção, para possibilitar a inclusão dos pretendentes estrangeiros habilitados nos tribunais e dá outras providências.
Resolução	189	11/3/2014	Presidência	Vigente	Altera dispositivos da Resolução CNJ nº 176, de 10 de junho de 2013.
Resolução	187	24/2/2014	Presidência	Vigente	Altera dispositivos da Resolução CNJ n. 81, de 9 de junho de 2009.
Resolução	186	18/2/2014	Presidência	Vigente	Altera dispositivo da Resolução CNJ n. 156, de 8 de agosto de 2012.

Instruções Normativas editadas no exercício de 2014

Tipo	Nº	Data	Origem	Situação	Ementa
Instrução Normativa	62	20/11/2014	Presidência	Vigente	Revoga a Instrução Normativa nº 12, de 5 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a utilização dos veículos oficiais do Conselho Nacional de Justiça.
Instrução Normativa	61	20/11/2014	Presidência	Vigente	Revoga a Instrução Normativa nº 19, de 28 de maio de 2009.
Instrução Normativa	30	20/11/2014	Diretoria-Geral	Vigente	Dispõe sobre as consignações em folha de pagamento no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
Instrução Normativa	29	20/11/2014	Diretoria-Geral	Vigente	Regulamenta o disposto na Resolução CNJ nº83, de 10 de junho de 2009, que dispõe sobre a aquisição, a locação e o uso de veículos.
Instrução Normativa	60	12/8/2014	Presidência	Vigente	Revoga a Instrução Normativa nº 2, de 26 de agosto de 2008 e a Instrução Normativa nº 43, de 1º de março de 2012.
Instrução Normativa	59	8/8/2014	Presidência	Vigente	Regulamenta a utilização preferencial do sistema de videoconferência, bem como a realização de reuniões e eventos na capital federal.
Instrução	58	20/6/2014	Presidência	Vigente	Dispõe sobre a constituição e a gestão de Comitês

Normativa					e Grupos de Trabalho no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
Instrução Normativa	27	15/5/2014	Diretoria-Geral	Vigente	Dispõe sobre a implantação do processo administrativo digital e do sistema de gestão eletrônica de documentos no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
Instrução Normativa	57	8/5/2014	Presidência	Vigente	Institui o programa CNJ Gestão no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
Instrução Normativa	26	23/4/2014	Diretoria-Geral	Vigente	Altera o Anexo da Instrução Normativa nº 17, de 27 de fevereiro de 2013 que regulamenta o instituto do Adicional de Qualificação – AQ no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.
Instrução Normativa	25	27/2/2014	Diretoria-Geral	Vigente	Altera a Instrução Normativa nº 10, de 8 de agosto de 2012.
Instrução Normativa	56	17/2/2014	Presidência	Vigente	Dispõe sobre a concessão de ajuda de custo aos Conselheiros, aos Juízes Auxiliares e aos Servidores no âmbito do Conselho Nacional de Justiça.

Portarias

- Portaria nº 112/GP, de 4/6/2010
Dispõe sobre as atribuições da Diretoria-Geral. Publicada inicialmente no DJE/CNJ nº 103/2010, em 8/6/2010, p. 2-4, e republicada no DJE/CNJ nº 106/2010, em 11/6/2010, p. 2-4, em razão de erros materiais na primeira publicação.
- Portaria nº 207/GP, de 18/12/2014
Dispõe sobre a estrutura orgânica do CNJ.
- Portaria nº 290/DG, de 20/9/2014.
Dispõe sobre o planejamento das contratações do CNJ para o exercício de 2014.
- Portaria nº 360/DG, de 15/10/2013
Altera o manual de descrição e especificação dos cargos de provimento efetivo do CNJ

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Manual de Organização do Conselho Nacional de Justiça, aprovado pela Portaria nº 139, de 26 de agosto de 2013.
Manual de Gestão de Contratos do Conselho Nacional de Justiça, aprovado pela Portaria n. 432, de 17 de dezembro de 2013.
Manual para se proceder à estimativa de valor das contratações no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, aprovado pela Portaria nº 283 de 20/11/2014.

Relatório Anual de Atividades do CNJ (exercício 2014), publicado em janeiro de 2014.

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Unidade

O CNJ foi criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, e instalado em 14 de junho de 2005, com sede em Brasília – DF.

Integra o Poder Judiciário, conforme dicção do art. 92, inciso I-A, da Constituição Federal, e tem atuação em todo o território nacional.

Nos termos do § 4º do art. 103-B da CF, compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes,

cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

I - zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV - representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

V - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

VI - elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;

VII - elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

Também é função precípua do CNJ, além da atividade de controle e fiscalização, balizar políticas públicas nacionais para o Poder Judiciário, voltadas ao seu aperfeiçoamento e à prestação jurisdicional. Sob essa premissa, foram definidas assim sua missão, visão, bem como suas diretrizes.

- **Missão:** contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade, em benefício da sociedade.

- **Visão:** ser um instrumento efetivo de desenvolvimento do Poder Judiciário.

- **Atributos de Valor para a Sociedade:**

Agilidade

Ética

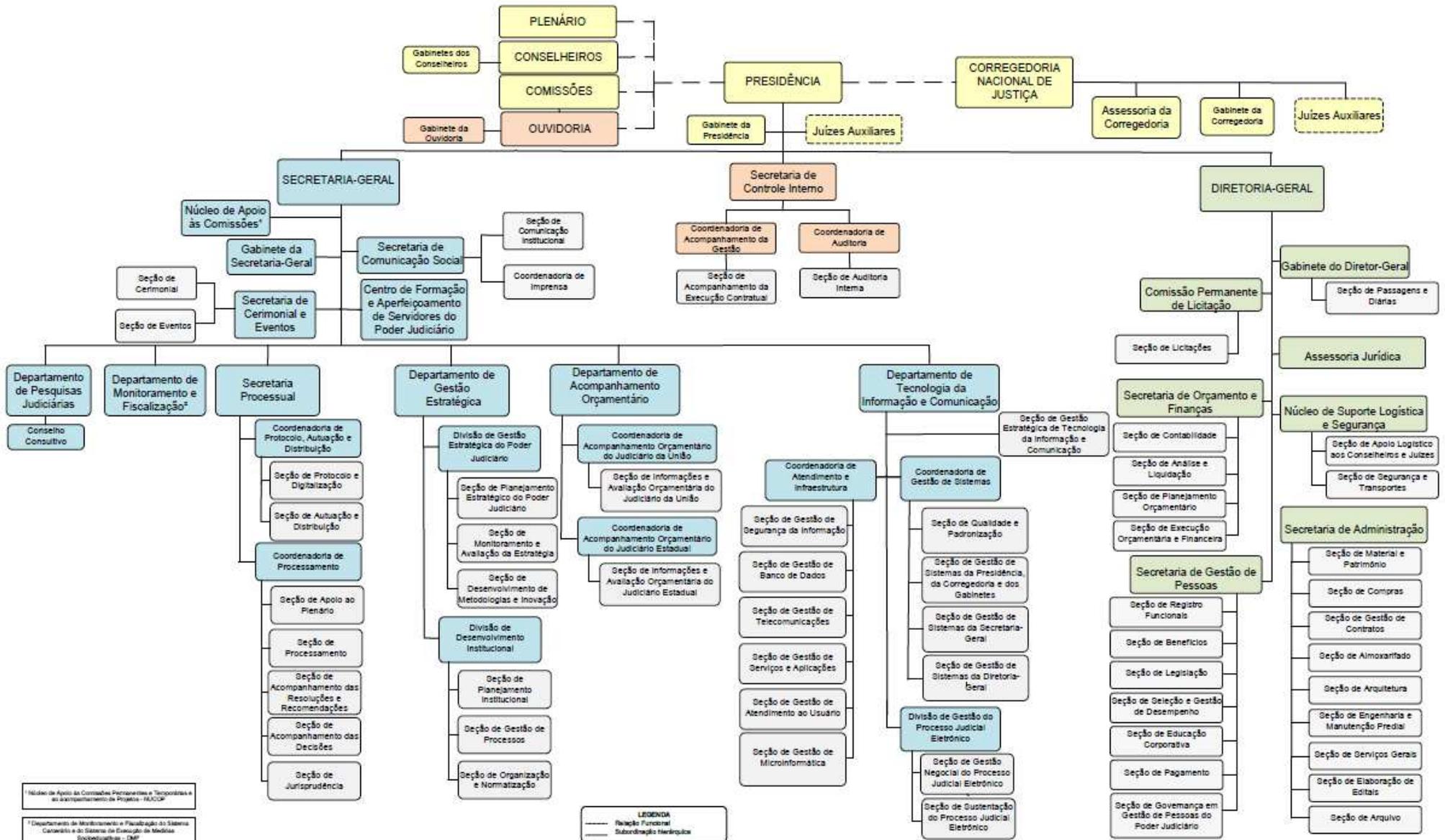
Imparcialidade

Probidade

Transparência

1.3 Organograma Funcional

ORGANOGRAMA DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Regimento Interno e Portaria nº 207, de 18/12/2014)



* Núcleo de Apoio às Comissões Permanentes e Temporárias e ao Acompanhamento de Projetos - NACOP
 † Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Consultivo e do Sistema de Exatidão de Medidas Sociodemocráticas - DMF

LEGENDA
 - - - - - Relação Funcional
 - - - - - Subordinação Hierárquica

Em 2014, o CNJ realizou ajustes na estrutura organizacional, consubstanciado na Portaria nº 207, de 18 de dezembro de 2014 ⁽¹⁾.

Desse modo, nos termos do Regimento Interno e da Portaria 207/2014, o Conselho está atualmente estruturado da seguinte forma:

I – PLENÁRIO

1. Conselheiros
 - 1.1. Gabinetes
2. Comissões
3. Ouvidoria
 - 3.1. Gabinete da Ouvidoria

II – PRESIDÊNCIA

1. Juízes Auxiliares
2. Gabinete da Presidência
3. Secretaria de Controle Interno
 - 3.1. Coordenadoria de Auditoria
 - 3.1.1. Seção de Auditoria Interna
 - 3.2. Coordenadoria de Acompanhamento da Gestão
 - 3.2.1. Seção de Acompanhamento da Execução Contratual

SECRETARIA-GERAL

1. Gabinete da Secretaria-Geral
2. Núcleo de Apoio às Comissões Permanentes e Temporárias e ao acompanhamento de Projetos
3. Departamento de Pesquisas Judiciárias
4. Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas
5. Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário
6. Secretaria de Cerimonial e Eventos
 - 6.1. Seção de Cerimonial
 - 6.2. Seção de Eventos
7. Secretaria de Comunicação Social
 - 7.1. Seção de Comunicação Institucional
 - 7.2. Coordenadoria de Imprensa
8. Secretaria Processual
 - 8.1. Coordenadoria de Protocolo, Autuação e Distribuição
 - 8.1.1. Seção de Protocolo e Digitalização
 - 8.1.2. Seção de Autuação e Distribuição
 - 8.2. Coordenadoria de Processamento de Feitos
 - 8.2.1. Seção de Apoio ao Plenário
 - 8.2.2. Seção de Processamento
 - 8.2.3. Seção de Acompanhamento das Resoluções e Recomendações
 - 8.2.4. Seção de Acompanhamento das Decisões
 - 8.2.5. Seção de Jurisprudência

⁽¹⁾ DOU, 15 de janeiro de 2015, pág. 63. As informações sobre a antiga estrutura podem ser acessadas no *link*: <http://www.cnj.jus.br/atos-normativos?documento=276>

9. Departamento de Gestão Estratégica
 - 9.1. Divisão de Gestão Estratégica do Poder Judiciário
 - 9.1.1. Seção de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário
 - 9.1.2. Seção de Monitoramento e Avaliação da Estratégia
 - 9.1.3. Seção de Desenvolvimento de Metodologias e Inovação
 - 9.2. Divisão de Desenvolvimento Institucional
 - 9.2.1. Seção de Planejamento Institucional
 - 9.2.2. Seção de Gestão de Processos
 - 9.2.3. Seção de Organização e Normatização
10. Departamento de Acompanhamento Orçamentário
 - 10.1. Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário da União
 - 10.1.1. Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Judiciário da União
 - 10.2. Coordenadoria de Acompanhamento Orçamentário do Judiciário Estadual
 - 10.2.1. Seção de Informações e Avaliação Orçamentária do Judiciário Estadual
11. Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
 - 11.1. Seção de Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação e Comunicação
 - 11.2. Divisão de Gestão do Processo Judicial Eletrônico
 - 11.2.1. Seção de Gestão Negocial do Processo Judicial Eletrônico
 - 11.2.2. Seção de Sustentação do Processo Judicial Eletrônico
 - 11.3. Coordenadoria de Gestão de Sistemas
 - 11.3.1. Seção de Qualidade e Padronização
 - 11.3.2. Seção de Gestão de Sistemas da Presidência, da Corregedoria e dos Gabinetes
 - 11.3.3. Seção de Gestão de Sistemas da Secretaria-Geral
 - 11.3.4. Seção de Gestão de Sistemas da Diretoria-Geral
 - 11.4. Coordenadoria de Atendimento e Infraestrutura
 - 11.4.1. Seção de Gestão de Segurança da Informação
 - 11.4.2. Seção de Gestão de Banco de Dados
 - 11.4.3. Seção de Gestão de Telecomunicações
 - 11.4.4. Seção de Gestão de Serviços e Aplicações
 - 11.4.5. Seção de Gestão de Atendimento ao Usuário
 - 11.4.6. Seção de Gestão de Microinformática

DIRETORIA-GERAL

1. Gabinete do Diretor-Geral
 - 1.1. Seção de Passagens e Diárias
2. Núcleo de Suporte Logístico e Segurança
 - 2.1. Seção de Apoio aos Conselheiros e aos Juízes
 - 2.2. Seção de Segurança e Transportes
3. Comissão Permanente de Licitação
 - 3.1. Seção de Licitações
4. Assessoria Jurídica
5. Secretaria de Administração
 - 5.1. Seção de Material e Patrimônio
 - 5.2. Seção de Compras
 - 5.3. Seção de Gestão de Contratos
 - 5.4. Seção de Almoxarifado

- 5.5. Seção de Arquitetura
- 5.6. Seção de Engenharia e Manutenção Predial
- 5.7. Seção de Serviços Gerais
- 5.8. Seção de Elaboração de Editais
- 5.9. Seção de Arquivo
- 6. Secretaria de Orçamento e Finanças
 - 6.1. Seção de Contabilidade
 - 6.2. Seção de Análise e Liquidação
 - 6.3. Seção de Planejamento Orçamentário
 - 6.4. Seção de Execução Orçamentária e Financeira
- 7. Secretaria de Gestão de Pessoas
 - 7.1. Seção de Registros Funcionais
 - 7.2. Seção de Benefícios
 - 7.3. Seção de Legislação
 - 7.4. Seção de Seleção e Gestão de Desempenho
 - 7.5. Seção de Educação Corporativa
 - 7.6. Seção de Pagamento
 - 7.7. Seção de Governança em Gestão de Pessoas do Poder Judiciário

III – CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

- 1. Juízes Auxiliares
- 2. Gabinete da Corregedoria
- 3. Assessoria da Corregedoria

Quadro A.1.3. Informações sobre áreas ou unidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas: Gabinete da Secretaria-Geral		
Competências: A Secretaria-Geral do Conselho, órgão de direção superior, tem por finalidade assegurar à Presidência, à Corregedoria Nacional de Justiça, aos Conselheiros e às Comissões a assessoria e o apoio técnico e administrativo necessários à realização de suas atividades e ações.		Objetivo estratégico vinculado: Garantir a infraestrutura apropriada às atividades.
Titular: Fábio Cesar dos Santos Oliveira	Cargo: Secretário-Geral	Período de Atuação: 27/11/2012 a 31/7/2014
Titular: Fabricio Bittencourt da Cruz	Cargo: Secretário-Geral	Período de Atuação: 1º/8/2014 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas: Departamento de Pesquisas Judiciárias		
Competências: I – desenvolver pesquisas destinadas ao conhecimento da função jurisdicional brasileira; II – realizar análise e diagnóstico dos problemas estruturais e conjunturais dos diversos segmentos do Poder Judiciário; III – elaborar relatórios conclusivos e opinar sobre matéria que lhe seja submetida; IV – fornecer subsídios para a formulação de políticas judiciárias; V – disseminar informações e conhecimentos por meio de publicações, seminários e outros veículos; VI – realizar estudo técnico sobre projeto de lei relacionado a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais (Lei no 12.017, de 12 de agosto de 2009).		Objetivo estratégico vinculado: Garantir a precisão no diagnóstico da realidade do Judiciário
Titular: Janaina Lima Penalva	Cargo: Diretor	Período de Atuação: 4/5/2012 a 15/7/2014

da Silva	Executivo	
Titular: Fabyano Alberto Stalschmidt Prestes	Cargo: Diretor Executivo	Período de Atuação: 18/07/2014 até o momento

Áreas/Subunidades Estratégicas: Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas - DMF		
Competências: I – monitorar e fiscalizar o cumprimento das recomendações e resoluções do CNJ; II – planejar, organizar e coordenar, no âmbito de cada tribunal, mutirões para reavaliação da prisão provisória e definitiva, da medida de segurança e da internação de adolescentes e para o aperfeiçoamento de rotinas cartorárias; III – acompanhar e propor soluções em face de irregularidades verificadas no sistema carcerário e no sistema de execução de medidas socioeducativas; IV – fomentar a implementação de medidas protetivas e de projetos de capacitação profissional e reinserção social do interno e do egresso do sistema carcerário; V – propor ao Conselho Nacional de Justiça, em relação ao sistema carcerário e ao sistema de execução de medidas socioeducativas, a uniformização de procedimentos, bem como de estudos para aperfeiçoamento da legislação sobre a matéria.		Objetivo estratégico vinculado: Garantir a conformidade aos Princípios Constitucionais na atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.
Titular: Douglas de Melo Martins	Cargo: Juiz Supervisor do DMF	Período de Atuação: 22/05/2013 a 31/7/2014
Titular: Luís Geraldo Sant'ana Lanfredi	Cargo: Juiz Supervisor do DMF	Período de Atuação: 15/8/2014 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas: Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário - CEAJUD		
Competências: I – promover treinamentos, cursos - nas modalidades presencial e a distância, seminários e outras ações de educação corporativa, encaminhando as medidas necessárias à viabilização de tais ações; II – integrar as iniciativas de educação a distância do Poder Judiciário, mantendo banco de cursos já desenvolvidos pelos tribunais.		Objetivo estratégico vinculado: Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos conselheiros, magistrados e servidores
Titular: Diogo Albuquerque Ferreira	Cargo: Chefe do CEAJUD	Período de Atuação: 18/11/2011 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas: Secretaria de Comunicação Social		
Competências: I – produzir e gerenciar o planejamento de comunicação do Conselho Nacional de Justiça; II – realizar ampla divulgação das ações estratégicas e de interesse público; III – planejar e administrar as campanhas na mídia para produzir mensagens coerentes e duradouras; IV – realizar ações de comunicação conjuntas com órgãos de comunicação social dos demais poderes no âmbito federal, estadual ou municipal; V - coordenar as atividades do Sistema de Comunicação do Poder Judiciário (SICJUS).		Objetivo estratégico vinculado: Aprimorar a comunicação com públicos externos
Titular: Cintia da Silveira Lima	Cargo: Secretária	Período de Atuação: 18/3/2013 a 1º/8/2014
Titular: Giselly Siqueira	Cargo: Secretária	Período de Atuação: 27/8/2014 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas: Secretaria Processual		
Competências: I -coordenar e fixar orientações relativas às atividades específicas de protocolo, autuação, distribuição, digitalização de documentos e também aos autos e ao processamento dos feitos de competência do Conselho; II – coordenar as funções de secretaria de sessões plenárias e de atendimento ao público.		Objetivo estratégico vinculado: Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.
Titular: Mariana Silva Campos Dutra	Cargo: Secretária	Período de Atuação: 30/4/2010 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas: Departamento de Gestão Estratégica		
Competências: I – prestar assessoramento técnico nas atividades relacionadas ao planejamento estratégico em âmbito institucional e nacional, à gestão de projetos, à organização e à normatização; II – assessorar a Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento na coordenação das atividades de planejamento e gestão estratégica do Poder Judiciário; III – manter o intercâmbio com outros órgãos em assuntos relacionados à gestão estratégica.		Objetivo estratégico vinculado: Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário
Titular: Ivan Gomes Bonifácio	Cargo: Diretor	Período de Atuação: 20/4/2012 a 11/8/2014
Titular: Karina Yoshimura Alvarenga	Cargo: Diretor	Período de Atuação: 25/9/2014 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas: Departamento de Acompanhamento Orçamentário		
Competências: I – acompanhar e avaliar os processos de planejamento, orçamento e execução orçamentária e financeira dos órgãos do Poder Judiciário; II – prestar o assessoramento técnico ao Conselho Nacional de Justiça.		Objetivo estratégico vinculado: Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução dos objetivos da estratégia.
Titular: Antonio Carlos Stangherlin Rebelo	Cargo: Diretor	Período de Atuação: 22/8/2008 até o momento

Áreas/ Subunidades Estratégicas: Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação		
Competências: I – prover soluções de tecnologia da informação, automação dos processos de trabalho, comunicação eletrônica e armazenamento de dados para o Conselho Nacional de Justiça; II – propor políticas de informática para o Judiciário, bem como desenvolver ações para a implementação e manutenção do processo judicial eletrônico.		Objetivo estratégico vinculado: Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI.
Titular: Lucio Melre da Silva	Cargo: Diretor	Período de Atuação: 24/4/2013 a 1º/9/2014
Titular: Marcelo Lauriano Lucio	Cargo: Diretor	Período de Atuação: 13/10/2014 até o momento

1.4 Macroprocessos Finalísticos

Quadro A.1.4. Macroprocessos finalísticos

<p>Macroprocesso: Julgar processos disciplinares e realizar o controle dos atos administrativos do Judiciário.</p> <p>Descrição: Corresponde ao exercício da competência constitucional atribuída ao Conselho Nacional de Justiça nos incisos II e III do §4º do art. 103-B, e é realizada de ofício ou mediante provocação pelo Plenário do CNJ.</p> <p>Produtos e Serviços: processos disciplinares julgados, atos administrativos controlados.</p> <p>Principais Clientes: sociedade.</p> <p>Principais Insumos: Condutas que mereçam ser apuradas, irregularidades encontradas na atuação jurisdicional e administrativa.</p> <p>Principais Fornecedores: Conselheiros, Plenário, Corregedoria Nacional.</p> <p>Unidades Responsáveis: Conselheiros, Plenário do CNJ.</p>
<p>Macroprocesso: Expedir atos normativos que promovam os princípios da Administração Pública.</p> <p>Descrição: Edição de normas para a gestão e o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, que favoreçam a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e demais princípios da Administração Pública.</p> <p>Produtos e Serviços: Resoluções, Instruções Normativas, Recomendações aos Tribunais.</p> <p>Principais Clientes: Jurisdicionados e Tribunais.</p> <p>Principais Insumos: Existência de problemas ou necessidades que demandem a edição de atos normativos.</p> <p>Principais Fornecedores: Conselheiros, Plenário, Corregedoria Nacional.</p> <p>Unidades Responsáveis: Conselheiros, Secretaria Processual, Plenário do CNJ.</p>
<p>Macroprocesso: Promover estudos e diagnóstico sobre o Poder Judiciário</p> <p>Descrição: O Conselho Nacional de Justiça elabora estudos e diagnósticos para possibilitar um conhecimento amplo do Judiciário e das especificidades de cada ramo e grau de jurisdição de justiça, fomentar medidas de integração e de redução das disparidades regionais e fornecer subsídios técnicos para a formulação de políticas judiciárias.</p> <p>Produtos e Serviços: Justiça em Números, Pesquisa; Diagnóstico; Relatório; Estudo Técnico; Proposição de políticas; Análises; Pareceres; Seminários Justiça em Números/ CNJ acadêmico</p> <p>Principais Clientes: Conselheiro, Grupo de trabalho, Plenário, Secretaria – Geral, Cidadão.</p> <p>Principais Insumos: Demandas situação-problema; Pesquisa externas; Processos Administrativos (processo de adoção de medidas – PAM); Dados dos Tribunais; Dados dos Departamentos; Dados e metas.</p> <p>Principais Fornecedores: Conselheiro, Grupo de trabalho, Plenário, Secretaria – Geral.</p> <p>Unidades Responsáveis: Departamento de Pesquisas Judiciárias.</p>
<p>Macroprocesso: Promover a comunicação institucional e a interlocução entre os órgãos do Poder Judiciário</p> <p>Descrição: Planejamento e produção de ações de comunicação social, de forma integrada com órgãos da justiça e de outros Poderes, para fomentar as políticas do Poder Judiciário, sua atuação jurisdicional e administrativa.</p> <p>Produtos e Serviços: Notícias do Judiciário, Informativos, Matérias jornalísticas, Portal do CNJ.</p> <p>Principais Clientes: Presidência do CNJ, Conselheiros, Público Externo e Interno, Imprensa, Áreas de Comunicação dos Tribunais, Servidores do CNJ.</p> <p>Principais Insumos: Matérias jornalísticas, Notícias, Material gráfico</p> <p>Principais Fornecedores: Presidência do CNJ, Conselheiros, Público Externo e Interno, Imprensa, Áreas de Comunicação dos Tribunais, Servidores do CNJ.</p> <p>Unidades Responsáveis: Secretaria de Comunicação Social, Presidência CNJ.</p>
<p>Macroprocesso: Contribuir para o aperfeiçoamento dos recursos humanos do Judiciário.</p> <p>Descrição: Engloba processos de planejamento, coordenação e execução de atividades que contribuam para a formação, aperfeiçoamento e desenvolvimento de competências, fomentando o crescimento profissional, o alcance da excelência e a qualidade de vida no trabalho.</p> <p>Produtos e Serviços: Encontro Nacional sobre Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário; Fórum de Educação a Distância do Poder Judiciário; Cursos e treinamentos; Política Nacional de Capacitação de Servidores; Ciclos de Capacitação; Formação de Tutores e Coordenadores de Educação a Distância (EaD); Seminário</p>

<p>de Gestão por Competências; Cursos; Certificados; Normativos de pessoal, Pagamento de salários e benefícios.</p> <p>Principais Clientes: Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, CEAJud, Servidores, Tribunais, Unidades, Secretaria de Orçamento e Finanças, Servidores, Magistrados e Conselheiros.</p> <p>Principais Insumos: Demandas por capacitação e aperfeiçoamento; Pesquisas externas quanto à necessidade de se oferecer treinamento; Dados dos Tribunais; Termos de cooperação; Dados dos Departamentos; Contratos; Memorando; Solicitação de Compartilhamento de curso; Seleção de conteudistas; Currículo de Tutores.</p> <p>Principais Fornecedores: Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, CEAJud, Servidores, Tribunais, Unidades do CNJ, Conteudista.</p> <p>Unidades Responsáveis: Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas, CEAJud; Secretaria de Gestão de Pessoas.</p>
<p>Macroprocesso: Gerir a estratégia do Judiciário.</p> <p>Descrição: O Conselho Nacional de Justiça tem a atribuição de coordenar o planejamento e a gestão estratégica do Poder Judiciário. Este macroprocesso permite impulsionar a melhoria dos processos de gestão do Judiciário, contribuindo para o cumprimento dos macrodesafios estabelecidos, acompanhando resultados por meio do monitoramento de metas.</p> <p>Produtos e Serviços: Planejamento Estratégico do Judiciário, Encontro Nacional, Relatórios gerenciais, inovações metodológicas de gestão, planejamento institucional.</p> <p>Principais Clientes: Presidência do CNJ, Comissão de Gestão Estratégica, Conselheiros, Tribunais, Conselhos, Rede de Governança, Unidades do CNJ.</p> <p>Principais Insumos: Diagnóstico estratégico, Propostas de metas e iniciativas</p> <p>Principais Fornecedores: Tribunais, Conselhos, Rede de Governança, Unidades do CNJ</p> <p>Unidades Responsáveis: Departamento de Gestão Estratégica.</p>
<p>Macroprocesso: Promover iniciativas de modernização do Judiciário.</p> <p>Descrição: Constitui-se nos processos de trabalho para prover tecnologia, infraestrutura e mecanismos que contribuam com o desenvolvimento e a eficiência dos serviços para a modernização do Judiciário.</p> <p>Produtos e Serviços: Processo Judicial Eletrônico; Sistemas Administrativos; Soluções tecnológicas.</p> <p>Principais Clientes: Tribunais; Cidadãos; OAB; Advogados.</p> <p>Principais Insumos: Tecnologias; Equipamentos; Sistemas, Relatórios, Análise de viabilidade técnica.</p> <p>Principais Fornecedores: Empresas de TI; Tribunais; Cidadãos.</p> <p>Unidades Responsáveis: Comissão de TI e Infraestrutura; Departamento de Tecnologia da Informação; Secretaria de Administração.</p>
<p>Macroprocesso: Promover ações de acesso à justiça e à cidadania.</p> <p>Descrição: O Conselho Nacional de Justiça tem forte atuação na promoção de ações de acesso à justiça e cidadania. Para tanto, se propõe a adotar medidas como a capilaridade, a democratização do acesso, a execução das decisões, a inclusão social e a conscientização de direitos, deveres e valores do cidadão. Ademais, o CNJ disponibiliza canal para manifestação da sociedade e realiza projetos que visam solucionar conflitos com mais rapidez e estimular os meios alternativos de solução de conflitos.</p> <p>Produtos e Serviços: Cursos de Formação em Mediação e Conciliação; Semana Nacional da Conciliação; Fórum Nacional de Mediação Judicial; Prêmio Conciliar é Legal; Competição Nacional de Mediação, Conferência Nacional de Conciliação e Mediação, Mutirões de Conciliação.</p> <p>Principais Clientes: Cidadãos, Faculdades e estudantes de Direito, Mediadores dos Tribunais, Juízes.</p> <p>Principais Insumos: Materiais dos cursos, Processos ajuizados, Audiência prévia, Intimação das partes.</p> <p>Principais Fornecedores: Juízes, Faculdades de Direito, Unidades Administrativas do CNJ.</p> <p>Unidades Responsáveis: Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania, Gabinetes dos Conselheiros, Juízes.</p>
<p>Macroprocesso: Realizar controle orçamentário, financeiro e de pessoal do Poder Judiciário.</p> <p>Descrição: Envolve os processos de acompanhamento e avaliação do planejamento, orçamento e execução orçamentária e financeira dos órgãos do Judiciário; de auditoria e de gestão orçamentária e financeira do CNJ.</p> <p>Produtos e Serviços: Relatórios financeiros, Relatórios de acompanhamento orçamentário e fiscal, Ordem bancária, Pagamentos.</p>

Principais Clientes: Unidades CNJ, Secretaria de Controle Interno, Conselheiros, Sociedade.

Principais Insumos: Processo de pagamento, Empenhos, Informações orçamentárias dos Tribunais, Informações de pessoal.

Principais Fornecedores: Unidades CNJ, Secretaria de Controle Interno.

Unidades Responsáveis: Departamento de Acompanhamento Orçamentário, Conselheiros, Secretaria de Orçamento e Finanças, Secretaria de Gestão de Pessoas.

Macroprocesso: Realizar correições, inspeções e sindicâncias em órgãos judiciais.

Descrição: Evidencia-se a atuação do Conselho Nacional de Justiça em promover a realização de correições, inspeções e sindicâncias, quando houver fatos graves ou relevantes que as justifiquem, visando ao bom desempenho da atividade judiciária dos mais diversos tribunais e juízos do país.

Produtos e Serviços: Correições, Inspeções e Sindicâncias, Processo Administrativo Disciplinar.

Principais Clientes: Sociedade, Plenário, Conselheiros.

Principais Insumos: Denúncias, Reclamações, Diligências. Sindicâncias.

Principais Fornecedores: Sociedades, Tribunais, Secretaria de Controle Interno.

Unidades Responsáveis: Corregedoria Nacional de Justiça.

Macroprocesso: Acompanhar e fiscalizar o sistema carcerário e de execução de penas alternativas.

Descrição: Envolve o monitoramento e a fiscalização do cumprimento da legislação pertinente referente aos sistemas carcerário e socioeducativo. Para isso, destacam-se as atividades de visitas aos estabelecimentos penais e unidades de internação de adolescentes para verificar a regularidade no cumprimento de prisões provisórias e definitivas, medidas de segurança e medidas socioeducativas de internação e semiliberdade; mutirões para revisão processual de custodiados e adolescentes em conflito com a lei; e proposição de termos de cooperação entre os entes responsáveis pelas aludidas matérias.

Produtos e Serviços: Relatórios de fiscalização e monitoramento, Pareceres, Mutirões carcerários.

Principais Clientes: Sociedade, Detentos, Ministério da Justiça.

Principais Insumos: Denúncias, Reclamações, Decisões judiciais, Relatórios do Sistema Carcerário.

Principais Fornecedores: Sociedade, Detentos, Ministério da Justiça, Unidades do CNJ.

Unidades Responsáveis: Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas.

Informações sobre a Governança

Item 2 - Parte A, do Anexo II, da DN TCU nº 134/2013

2. Informações sobre a governança

2.1 Estrutura de Governança

Presidência

A Presidência do Conselho Nacional de Justiça é exercida pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal. As atribuições do Presidente estão previstas na Seção II do Capítulo III do Título I do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça.

As atribuições do Presidente do CNJ estão descritas no art. 6.º do Regimento Interno do Conselho, entre as quais se destacam: I - velar pelo respeito às prerrogativas do Conselho Nacional de Justiça; II - dar posse aos Conselheiros; III - representar o CNJ perante quaisquer órgãos e autoridades; IV - convocar e presidir as sessões plenárias do CNJ, dirigindo-lhes os trabalhos, cumprindo e fazendo cumprir o presente Regimento; V - executar e fazer executar as ordens e deliberações do Conselho Nacional de Justiça.

Plenário

O Plenário é órgão colegiado do CNJ, integrado por quinze Conselheiros, presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal. (Art. 103-B, § 1º, CF)

São atribuições do Plenário, entre outras: elaborar relatórios estatísticos sobre processos e outros indicadores pertinentes à atividade jurisdicional; elaborar relatório anual, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa, discutido e aprovado em sessão plenária especialmente convocada para esse fim, versando sobre:

a) avaliação de desempenho de Juízos e Tribunais, com publicação de dados estatísticos sobre cada um dos ramos do sistema de justiça nas regiões, nos Estados e no Distrito Federal, em todos os graus de jurisdição, discriminando dados quantitativos sobre execução orçamentária, movimentação e classificação processual, recursos humanos e tecnológicos;

b) as atividades desenvolvidas pelo CNJ e os resultados obtidos, bem como as medidas e providências que julgar necessárias para o desenvolvimento do Poder Judiciário; definir e fixar, em sessão plenária de planejamento especialmente convocada para este fim, com a participação dos órgãos do Poder Judiciário, podendo para tanto serem ouvidas as associações nacionais de classe das carreiras jurídicas e de servidores, o planejamento estratégico, os planos de metas e os programas de avaliação institucional do Poder Judiciário, visando ao aumento da eficiência, da racionalização e da produtividade do sistema, bem como ao maior acesso à Justiça.

Comissões Permanentes

As Comissões Permanentes do CNJ são instâncias que estudam temas e atividades específicas de interesse do Conselho na busca de soluções para o Judiciário.

Atuam nos mais diversos âmbitos, promovendo campanhas, elaborando propostas para melhorar o aparelhamento dos tribunais, ou acompanhando a execução de leis que tramitam no Congresso sobre o judiciário.

As Comissões do CNJ estão instituídas em seu Regimento Interno, com atribuições especificadas no Art. 28, do Capítulo VI:

Discutir e votar as proposições sujeitas à deliberação que lhes forem distribuídas;

Realizar audiências públicas com órgãos públicos, entidades da sociedade civil ou especialistas;

Receber requerimentos e sugestões de qualquer pessoa sobre tema em estudo ou debate em seu âmbito de atuação;

Estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo propor, no âmbito das atribuições para as quais foram criadas, a realização de conferência, exposições, palestras ou seminários.

- **Comissão Permanente de Acesso à Justiça e Cidadania**

- **Competência:** Trata-se de comissão permanente que, analisando o funcionamento do Poder Judiciário em suas várias instâncias, propõe-se a adotar as seguintes medidas:

- Capilaridade;
- Democratização do acesso;
- Execução das decisões;
- Inclusão social e desenvolvimento;
- Conscientização de direitos, deveres e valores do cidadão;
- Construir parcerias com os demais Poderes, setores e instituições para aperfeiçoamento dos serviços judiciais;
- Disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva no Judiciário, em universidades, faculdades, centros de pesquisas, OAB, MP, DP, Associações de classe;
- Aprimorar a comunicação com públicos externos, divulgação dos dados dos processos judiciais e execução orçamentária na internet com linguagem clara gerando transparência, divulgação do papel e das ações do Poder Judiciário.

- **Comissão Permanente de Articulação Federativa e Parlamentar**

- **Competência:** Tem a missão de complementar os trabalhos do Conselho, uma vez que vai identificar e conhecer de perto o andamento dos projetos legislativos de interesse do Judiciário que tramitam na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

- **Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas**

- **Competência:** Trata-se de comissão permanente que, analisando o funcionamento do Poder Judiciário em suas várias instâncias, propõe-se a adotar medidas tendentes a:

- Racionalização judicial;
- Simplificação recursal;
- Otimização de rotinas;
- Melhor alocação de pessoas;
- Aproveitamento de novas tecnologias para automação dos processos de trabalho;
- Gestão adequada de custos operacionais e;
- Padronização de estruturas organizacionais.

Cuida, ainda, de projetos voltados para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes – tanto dos magistrados como de servidores, por meio de capacitação, essenciais à execução da estratégia e à motivação, sem descuidar da qualidade de vida.

- **Comissão Permanente de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento**
 - **Competência:** Trata-se de comissão permanente que, analisando o funcionamento do Poder Judiciário em suas várias instâncias, propõe-se a adotar as seguintes medidas:
 - Gestão Estratégica Nacional – desdobramento da estratégia, acompanhamento dos indicadores de desempenho, fomento da troca de experiências e análise da estratégia por meio dos indicadores e estatísticas;
 - Departamento de Pesquisas Judiciárias para a precisão do diagnóstico do Poder Judiciário (DPJ);
 - Fomento da troca de experiências entre os Tribunais;
 - Garantia do orçamento necessário aos projetos estratégicos.
- **Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas**
 - **Competência:** Trata-se de comissão permanente que, analisando o funcionamento do Poder Judiciário em suas várias instâncias, propõe-se a adotar medidas tendentes a:
 - Buscar infraestrutura adequada ao funcionamento desejado para o Poder Judiciário;
 - Criar Planejamento estratégico em TI para garantir tecnologia apropriada ao bom desempenho das atividades dos tribunais e interoperabilidade entre os diversos sistemas e para o aperfeiçoamento e implantação do processo eletrônico;
 - Implantar Processo eletrônico.

2.2. Atuação da unidade de auditoria interna

A Secretaria de Controle Interno (SCI) é a Unidade de Auditoria do CNJ, que é vinculada diretamente ao Presidente, sendo unidade de assessoramento do Presidente, do Corregedor Nacional de Justiça e dos Conselheiros na supervisão e avaliação de gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e de pessoal, quanto à observância das normas constitucionais e infraconstitucionais.

A SCI, por sua vez, é formada pelas Coordenadorias de Auditoria e de Acompanhamento e Orientação da Gestão, as quais são responsáveis pela avaliação dos resultados obtidos pela Administração quanto a economicidade, eficiência e eficácia em relação à Unidade Orçamentária CNJ.

Do Planejamento e execução das auditorias e fiscalizações

Assim, com o propósito de atender à missão da Secretaria e aos comandos da Constituição Federal, o Presidente do CNJ aprovou, em 2013, o Plano de Auditoria de Longo Prazo para o período de 2014 a 2017 e o Plano Anual de Auditoria para o exercício de 2014.

O Plano de Auditoria de Longo Prazo tem por objetivo principal garantir mais abrangência das ações de auditoria de forma que abarque as áreas do CNJ em determinado período.

Para o quadriênio de 2014 a 2017, o citado plano contempla as seguintes áreas:

- a) Gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial;
- b) Avaliação de controles internos e as suas interligações;
- c) Gestão documental;

- d) Avaliação de resultados (planejamento estratégico, projetos, programas);
- e) Gestão das contratações;
- f) Gestão de Recursos Humanos, incluindo passivos; e
- g) Gestão de Tecnologia da Informação.

Ressalte-se que áreas ou temas de auditoria abordados no planejamento de longo prazo são trazidos em seu sentido amplo, a título diretivo, e posteriormente detalhados ou acrescidos por ocasião da elaboração do Plano de Auditoria (PPA) específico para cada ano.

Por sua vez, o Plano Anual de Auditoria para 2014 objetivou avaliar a gestão dos recursos aplicados pelo CNJ mediante execução dos seguintes exames de auditoria:

1. Unidade auditada: Diretoria-Geral

- a) Licitações, Dispensas e Inexigibilidade de licitação – com o objetivo de verificar, entre outros, se:
 - a.1) o julgamento das propostas ocorreu em observância ao normativo legal;
 - a.2) as aquisições de bens e serviços estão previstas no planejamento de contratações;
 - a.3) o Projeto Básico ou Termo de Referência possui elementos suficientes que justifiquem a demanda e os requisitos necessários para a contratação ou aquisição; e
 - a.4) os contratos ou outros instrumentos que os substituam estabelecem com clareza e precisão as condições para sua execução;

2. Unidade auditada: Secretaria de Orçamento e Finanças

- b) avaliação dos aspectos legais e operacionais da execução orçamentária e financeira do CNJ, com o objetivo de verificar se:
 - b.1) a proposta orçamentária está alinhada ao planejamento estratégico do CNJ;
 - b.2) a execução do orçamento é realizada de forma eficiente;
 - b.3) a utilização dos recursos financeiros é realizada de forma eficiente; e
 - b.4) os processos de trabalho da Secretaria de Orçamento e Finanças são eficientes;

3. Unidade auditada: Secretaria de Orçamento e Finanças

- c) avaliação dos aspectos legais, normativos e operacionais da política contábil do CNJ, com o objetivo de verificar se:
 - c.1) foi dado o tratamento contábil adequado às despesas com pessoal;
 - c.2) os ativos imobilizado e intangível estão representados de forma fidedigna;
 - c.3) os demonstrativos e a evidenciação contábil atendem às exigências normativas; e
 - c.4) existe contabilidade de custos no CNJ;

4. Unidade auditada: Secretaria-Geral

- d) avaliar, em termos operacionais, a implementação do Processo Judicial eletrônico (PJe) nos Tribunais de Justiça Estaduais, com o objetivo de prever os problemas passíveis de prejudicar o atingimento das metas e objetivos estabelecidos na Resolução CNJ nº 185/2013 e assim estabelecer ações para mitigar a chance de concretização dos riscos e, com isso, propiciar mais alcance de resultados na implantação do Processo Judicial eletrônico (PJe) e apontar possíveis oportunidades de melhoria;

Das análises realizadas pela Coordenadoria de Auditoria destacam-se aquelas relacionadas ao enfoque financeiro, contábil e orçamentário atribuído às ações realizadas em 2014.

Dentre as recomendações com maior impacto na gestão, encontram-se aquelas relacionadas ao alinhamento do orçamento com os objetivos estratégicos do Conselho. No entanto, aguarda-se a publicação do novo Planejamento Estratégico do CNJ para adequação das propostas encaminhadas pelo Controle Interno.

Já a Auditoria Contábil teve o enfoque de suas análises direcionado à adaptação das atuais rotinas da área de orçamento às recentes alterações implementadas na contabilidade pública federal. A receptividade das recomendações atendeu às expectativas da Secretaria de Controle Interno. No entanto, serão necessárias novas análises para confirmar a adequação dos procedimentos contábeis.

A Coordenadoria de Acompanhamento da Gestão elaborou planejamento anual para o exercício de 2014, no qual definiu as seguintes ações:

1. Unidade auditada: Secretaria de Gestão de Pessoas

e) análise de atos de gestão de pessoal, com o objetivo de avaliar processos individuais dos servidores a fim de verificar a existência de documentos essenciais à vida funcional de servidores e ocupantes de cargos e funções comissionadas, bem como a regularidade de atos de concessão de benefícios, tais como Adicional de Qualificação e auxílios em geral, e propor, se for o caso, a revisão de procedimentos e a instituição de controles administrativos que permitam melhor gestão de dados e informações relativas à administração de pessoal;

2. Unidade auditada: Diretoria-Geral

f) análise das contratações por meio do Sistema de Registro de Preços, com o objetivo de avaliar os procedimentos licitatórios para registro de preços e verificar a execução das Atas de Registro de Preços deles resultantes, com ênfase na legalidade, economicidade, eficácia, eficiência e efetividade de tais atos; e

3. Unidade auditada: Secretaria de Administração

g) análise do Planejamento das Contratações para o Exercício de 2013, com o objetivo de avaliar a execução do planejamento das contratações do exercício de 2013, de forma a, caso necessário, sugerir alterações de procedimentos administrativos e a instituição de ferramentas de controle que permitam melhor desempenho para o exercício de 2014 e posteriores.

4. Unidade auditada: Secretaria de Administração

h) inspeção nos contratos de prestação de serviço com alocação de mão de obra, com objetivo de verificar o atendimento a algumas recomendações feitas por meio da Informação nº 27/2013 – SCI, referentes aos achados do Relatório de Auditoria nº 6/2012 (Processo nº 350.457), bem como a outras recomendações feitas por esta Secretaria ao longo do exercício.

Das ações planejadas, registra-se que a análise dos atos de gestão de pessoal vem sendo realizada desde 2013 com enfoques diferenciados e tem gerado, na visão desta Secretaria, melhoria nos controles internos e nos procedimentos da unidade de gestão de pessoas.

A análise do planejamento das contratações, por sua vez, gerou sugestões de alteração dos controles utilizados pela Administração. No entanto, é necessária nova análise para avaliar a aplicação das alterações sugeridas e sua efetividade no processo de planejamento.

Das quatro ações de auditoria previstas para 2014, todas foram realizadas dentro do cronograma estabelecido. Da mesma forma, as quatro inspeções planejadas com vistas ao acompanhamento da gestão foram executadas conforme cronograma.

A inspeção nos contratos de terceirização de serviços com prestação de mão de obra, apesar de executada em 2014, teve a emissão de relatório adiada para o exercício de 2015 em razão da complexidade das recomendações e da alteração na titularidade da Diretoria-Geral do CNJ.

Além disso, a Secretaria de Controle Interno, após ouvir o Comitê Técnico de Controle Interno, instituído pela Portaria CNJ nº 107/2013, propôs ao Plenário do CNJ a realização de Ação Coordenada de Auditoria na área de Tecnologia da Informação.

A citada ação, realizada em outubro de 2014, teve como escopo a verificação do cumprimento, pelos tribunais e conselhos, da implantação das regras estabelecidas na Resolução CNJ nº 182/2013, que dispõe sobre diretrizes para as contratações de solução de tecnologia da informação (planejamento da contratação, análise de viabilidade da contratação, sustentação do contrato, estratégia para a contratação e análise de riscos).

Quanto à opinião do auditor sobre a qualidade dos controles internos relacionados à apuração dos resultados dos indicadores da gestão, informamos que essa análise estará contemplada no conteúdo do Relatório de Auditoria de Gestão.

2.3 Demonstração da execução das atividades de correção no âmbito do CNJ

Com o intuito de melhorar o atendimento prestado pelo Poder Judiciário, a Corregedoria Nacional de Justiça promove audiências públicas nos tribunais, inspeciona as unidades judiciárias e administrativas, bem como os cartórios extrajudiciais. O resultado dessas visitas e reuniões compõe relatórios que apresentam as deficiências e as boas práticas encontradas, além de determinações e recomendações às Unidades para melhorar seu desempenho.

Igualmente, as inúmeras diligências e medidas decorrentes da inspeção são documentadas em atas, das quais se dá plena ciência à Presidência e aos demais Conselheiros do CNJ.

Das inspeções resultam procedimentos de acompanhamento e correção de irregularidades, bem como para apuração de eventuais faltas disciplinares.

No ano de 2014, foram realizadas as seguintes correções/inspeções/revisões de inspeções :

INSPEÇÕES, CORREIÇÕES E REVISÕES REALIZADAS EM 2014		
TRIBUNAIS	PERÍODO	PORTARIAS
Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (correção – continuação da realizada em maio de 2013 – administrativo-judicial-extrajudicial)	20 a 24 de janeiro de 2014	Portaria nº 92, de 13 de novembro de 2013
Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (correção – continuação da realizada em maio de 2013 – administrativo-judicial-extrajudicial)	3 e 4 de fevereiro de 2014	Portarias nº 95, de 13 de novembro de 2013 e n. 1, de 29 de janeiro de 2014
Tribunal de Justiça do Estado do Amapá (correção – administrativo-judicial)	17 a 20 de março	Portaria n. 7, de 14 de fevereiro de 2014
Tribunal de Justiça do Estado do Pernambuco (inspeção-precatórios-administrativa)	17 a 18 de março de 2014	Portarias n. 9, de 18 de fevereiro de 2014 e 11, de 24 de fevereiro de 2014
Tribunal de Justiça do Estado do Pará – Comarca de Xinguara (correção judicial)	14 e 15 de maio de 2014	Portarias n. 16, de 24 de abril de 2014 e n. 20 de 8 de maio de 2014
Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (correção – precatórios)	16 a 20 de junho de 2014	Portaria nº 22, de 30 de maio de 2014

Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul (correição – todas as áreas, exceto extrajudicial)	28 de julho a 1º de agosto de 2014	Portarias nº 29, de 18 de junho de 2014, n. 30, de 1º de julho de 2014 e n. 32, de 16 de julho de 2014
Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (judicial, disciplinares e precatórios)	24 a 26 de setembro de 2014	Portaria n. 56, de 22 de setembro de 2014
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (precatórios)	20 a 24 de outubro de 2014	Portaria n. 59, de 9 de outubro de 2014
Tribunal Regional Federal da 3ª Região	25 a 28 de novembro de 2014	Portaria n. 63, de 12 de novembro de 2014
Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão	Programada para 2014	

Fonte: As portarias de Inspeção estão publicadas no site do Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br) – Corregedoria.

JUSTIÇA PLENA Processos em Destaque
<p>Caso “Ceci Cunha”, com julgamento realizado nos dias 16, 17 e 18 de janeiro de 2012, que condenou todos acusados pela morte da deputada federal Ceci Cunha;</p> <p>Casos “Damião Ximenes Lopes” e “Sétimo Garibaldi”, que levaram à condenação internacional do Brasil por violação de direitos humanos;</p> <p>Caso do “ex-goleiro Bruno”, com recente julgamento de alguns acusados;</p> <p>Processos que envolvem os Grupos de Extermínio nos Estados do Ceará, Bahia e Goiás;</p> <p>Interceptações telefônicas ilegais no Paraná – caso “Escher”;</p> <p>Caso da garota que ficou presa em cela masculina no Pará;</p> <p>Caso Manoel Bezerra de Mattos, advogado e vereador do município de Itambé e vice-presidente do PT de Pernambuco, no qual a apuração do episódio e do envolvimento de cinco suspeitos tramitava perante a Justiça Estadual da Paraíba (Comarca de Caaporã), quando houve pedido de federalização por parte da Procuradoria-Geral da República. A 3ª Seção do STJ, em decisão inédita, transferiu para a esfera federal.</p> <p>Chacina de Unai;</p> <p>Massacre do Carandiru.</p> <p>Processos envolvendo o prefeito de Coari-AM, Manoel Adail Pinheiro, acusado da prática de exploração sexual de vulneráveis, em razão de indícios de que a tramitação dos processos era morosa, supostamente em virtude da atuação de membros do Poder Judiciário amazonense.</p>

Procedimentos de Competência da Corregedoria – São procedimentos de competência da Corregedoria Nacional de Justiça: Reclamações, Representações por Excesso de Prazo, Pedidos de Providências, Sindicâncias, Avocações, Reclamações para Garantia das Decisões e Notas Técnicas.

No ano de 2014 foram recebidos e analisados pela Corregedoria Nacional de Justiça o seguinte quantitativo de procedimentos:

No ano de 2014 foram recebidos e analisados pela Corregedoria Nacional de Justiça o seguinte quantitativo de procedimentos:

PROCESSOS ANALISADOS PELA CNJ NO ANO DE 2014	
Recebidos	4.772
Julgados	5.564
Baixados	5.766
Em tramitação	2.953

Magistrados punidos por decisão Plenária em 2014 - No ano de 2014, foram punidos por decisão Plenária 5 (cinco) magistrados, dos quais 2 (dois) foram aposentados compulsoriamente, 1 (um) foi punido com pena de disponibilidade e 2 (dois) com advertência:

MAGISTRADOS PUNIDOS POR DECISÃO PLENÁRIA EM 2014		
Aposentadoria Compulsória	Disponibilidade	Advertência
0007158-87.2010.2.00.0000	0005845-23.2012.2.00.0000	0001901-13.2012.2.00.0000
0003651-84.2011.2.00.0000		0004639-37.2013.2.00.0000

Magistrados afastados preventivamente em 2014

MAGISTRADOS AFASTADOS PREVENTIVAMENTE EM 2014
No ano de 2014, foram afastados preventivamente 5 (cinco) magistrados: PAD 0000683-76.2014.2.00.0000 – 1 magistrado afastado; PAD 0005930-09.2012.2.00.0000 – 1 magistrado afastado; PAD 0005448-95.2011.2.00.0000 – 2 magistrados afastados e PAD 0003374-63.2014.2.00.0000 – 1 magistrado afastado

2.4 Avaliação do funcionamento dos Controles Internos

O Conselho Nacional de Justiça realizou a Avaliação de Funcionamento dos Controles Internos, ano base 2014, de forma participativa, considerando a percepção das subunidades vinculadas às duas macroestruturas (Secretaria-Geral e Diretoria-Geral).

O levantamento contou com 15 subunidades participantes. A resposta a cada item foi consolidada no quadro a seguir e considerou as respostas mais frequentes observadas.

Em síntese, os resultados obtidos foram os seguintes:

- Não houve prevalência entre os participantes da resposta “totalmente inválida” (valor 1) ou “parcialmente inválida” (valor 2) para nenhum dos itens em específico.
- Houve prevalência entre os participantes da resposta neutra (valor 3) para 7 dos 30 itens avaliados (23%) – itens 4,16,17,20,21,27 e 28.
- Houve prevalência entre os participantes da resposta “parcialmente válida” (valor 4) em 18 dos 30 itens avaliados (60%) - itens: 2,3,5,6,8,11,12,13,14,15,19,22,23,24,25,26,29 e 30.
- Houve prevalência entre os participantes da resposta “totalmente válido” (valor 5) para 5 dos 30 itens avaliados (17%) – itens 1,7,9,10 e 18.

Quadro A.2.4. Avaliação do Sistema de Controles Internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			x		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos				x	

funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					x
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				x	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			x		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		

29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Análise crítica e comentários relevantes:					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

Análise Crítica

Considerando os mecanismos que vêm sendo empregados pela Administração do CNJ, percebe-se que houve uma melhor avaliação no ano de 2014 comparado com 2013, no que diz respeito a comunicação entre as áreas na elaboração e divulgação de projetos. Esta melhoria pode ser atribuída ao aperfeiçoamento na divulgação dos projetos por meio da Intranet, além de frequentes encontros e reuniões de titulares de áreas estratégicas. Além disso, o curso de formação de novos servidores promove uma importante comunicação inicial com os recém ingressos, ocasião em que recebem informações sobre a estrutura orgânica e principais projetos das unidades. Estas informações são explanadas pelos próprios representantes de cada setor, tornando mais efetivo esse processo de comunicação e aproximação.

Quanto à existência de código de ética interno, apesar de o CNJ ainda se espelhar na Lei n. 8.112/90 e no Código de Ética do Servidor Público Federal, ressalta-se que em 2014 iniciou-se movimento na Secretaria de Gestão de Pessoas para edição de código de ética dos servidores do CNJ. No início de 2015, a Secretaria de Gestão de Pessoas apresentou uma minuta de Código de Ética que foi submetida à Diretoria-Geral. Esta, por sua vez, visando garantir ou incentivar a participação de servidores de diversos níveis da estrutura, constituiu Comissão para avaliar a minuta apresentada e consolidar a versão definitiva do Código, composta por servidores de Gabinete de Conselheiro, da Ouvidoria, das Secretarias de Gestão de Pessoas, Comunicação Social e Cerimonial e Eventos, dentre outros. Desta forma, espera-se que até o final do exercício de 2015 já se tenha um Código de Ética interno dos servidores do CNJ.

Quanto à avaliação de riscos, cita-se que, boa parte do orçamento do CNJ é voltada para contratações na área de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC, em virtude dos Projetos Modernização do Poder Judiciário e Implantação do PJe. Assim, é importante ressaltar que todas as contratações de TIC devem observar as diretrizes da Resolução n. 182/2013, que, em seu art.12 exige a elaboração de estudos preliminares, que deverão contemplar, dentre outros requisitos, a Análise dos Riscos que possam vir a comprometer o sucesso de todo o Ciclo de Vida da Contratação.

Vale ressaltar que a Diretoria-Geral aplicará as diretrizes básicas da referida Resolução, incluindo a análise de riscos, para as contratações mais sensíveis.

Quanto aos itens 16 e 17 do Questionário, em 2014, foram registrados dois casos de perda ou extravio de bens patrimoniais do CNJ, conforme informado no item 11.4 deste Relatório. Para os dois casos registrados foram abertas sindicâncias para apuração do ocorrido, visando o

ressarcimento do valor ao erário, caso comprovado dolo ou culpa do responsável. Sobre este tema, o CNJ possui a Instrução Normativa n. 16/2013, que dispõe sobre a administração de bens móveis patrimoniais do CNJ. Ainda, visando conferir regularidade aos procedimentos de sindicância instaurados pelo CNJ, recentemente foi constituída comissão para elaboração de manual de sindicância e de processos administrativos disciplinares.

Relacionamento com a Sociedade

Item 3 - Parte A, do Anexo II, da DN TCU nº 134/2013

3. Relacionamento com a Sociedade

3.1. Canais de acesso do cidadão ao CNJ

O Conselho Nacional de Justiça dispõe de Ouvidoria, constituída com a missão de servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e o Conselho Nacional de Justiça, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Conselho, bem como promover a articulação com as demais Ouvidorias judiciais para o eficaz atendimento das demandas acerca dos serviços prestados pelos órgãos do Poder Judiciário, nos termos da Resolução CNJ nº 103, de 24 de fevereiro de 2010.

A referida resolução definiu que compete à Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça:

I - receber consultas, diligenciar junto aos setores administrativos competentes e prestar informações e esclarecimentos sobre atos, programas e projetos do Conselho Nacional de Justiça;

II - receber informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios sobre as atividades do Conselho e encaminhar tais manifestações aos setores administrativos competentes, mantendo o interessado sempre informado sobre as providências adotadas;

III - promover a interação com os órgãos que integram o Conselho e com os demais órgãos do Poder Judiciário visando o atendimento das demandas recebidas e aperfeiçoamento dos serviços prestados;

IV - sugerir aos demais órgãos do Conselho a adoção de medidas administrativas tendentes ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas, com base nas informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios recebidos;

V - promover a integração entre as Ouvidorias judiciais visando à implementação de um sistema nacional que viabilize a troca das informações necessárias ao atendimento das demandas sobre os serviços prestados pelos órgãos do Poder Judiciário.

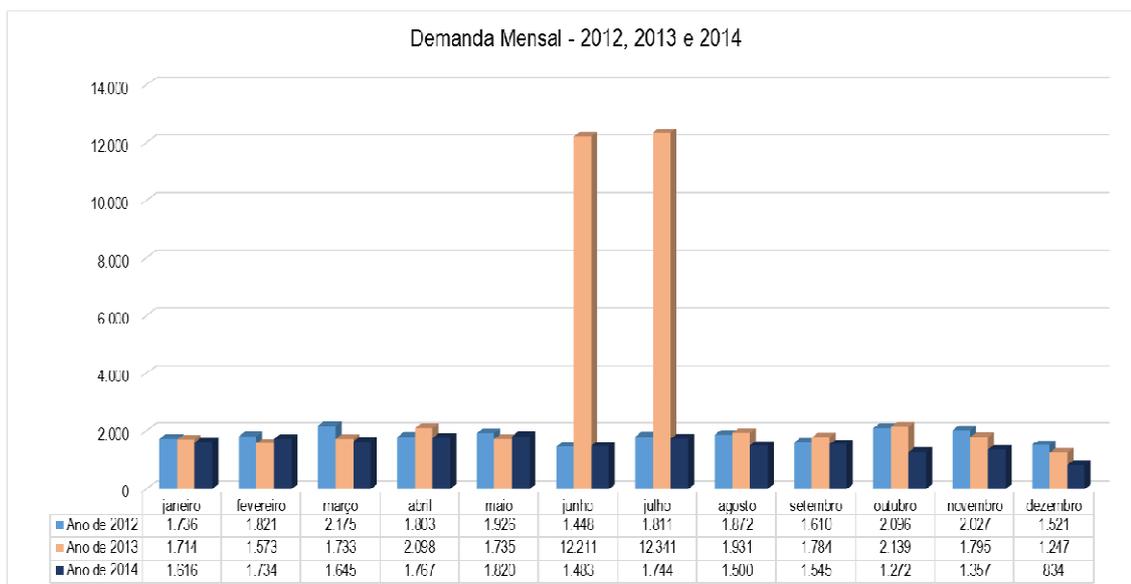
VI - apresentar e dar publicidade aos dados estatísticos acerca das manifestações recebidas e providências adotadas;

VII - encaminhar ao Plenário do Conselho Nacional de Justiça relatório trimestral das atividades desenvolvidas pela Ouvidoria.”

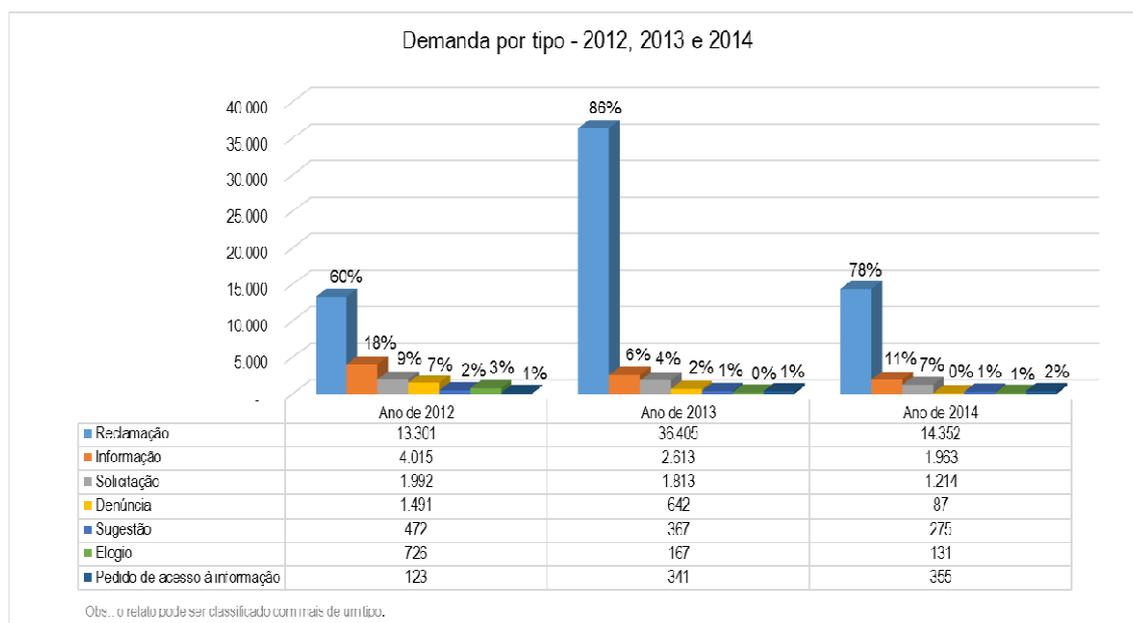
O acesso à Ouvidoria pode ser realizado pelos seguintes meios:

- formulário eletrônico (disponível em www.cnj.jus.br/manifestacao);
- telefone (contatos: 61 2326-4608/4607);
- correspondência;
- pessoalmente (comparecendo ao endereço SEPN 514, bloco B, lote 7, sala 11 - Asa Norte – Brasília/DF);
- ofício/memorando;
- urna para folder (fixada no prédio do Conselho situado no Supremo Tribunal Federal - Anexo I, Praça dos Três Poderes, S/N, Brasília/DF).

A quantidade total de relatos recebidos mensalmente demonstram alguma constância. Nos meses de junho e julho de 2013, porém, a demanda da Ouvidoria apresentou pico, em razão do recebimento de manifestações a respeito de determinado processo judicial, cujo ritmo de tramitação e a decisão nele exarada causou grande repercussão nas mídias sociais. Retirando-se esses dois meses do cálculo, nos anos de 2012, 2013 e 2014, a média mensal foi de 1.703 registros. As demandas anuais foram de 21.846, 42.301 e 18.317, respectivamente.



As manifestações recebidas são classificadas como elogio, denúncia, informação, pedido de acesso à informação, reclamação, solicitação e sugestão. O quadro a seguir mostra os totais e os percentuais de cada tipo de manifestação no último triênio:



A maior demanda da Ouvidoria, como pode ser observado, se trata de reclamações. Em especial quanto às reclamações, mas também quanto aos outros tipos de relatos, no que tange ao Poder Judiciário e se adequa às atribuições da Ouvidoria/CNJ, a unidade tem promovido trabalho conectado às demais unidades do Conselho, e, principalmente, aos órgãos do Poder Judiciário. Grande número de demandas é encaminhado para as Ouvidorias Judiciais, com acompanhamento da solução apresentada por esta. Detalhamentos sobre os resultados obtidos com esse trabalho podem ser encontrados nos relatórios trimestrais do órgão, disponíveis no link www.cnj.jus.br/ouvidoria-page/documentos.

A fim de ilustrar os bons resultados obtidos com este procedimento, apresentamos abaixo tabela com os dados referentes ao ano de 2014:

Órgão de Destino	Acompanhamento com solução	Acompanhamento sem solução	Enviado sem acompanhamento	Em acompanhamento	Total
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ)	1.018	1	45		1.064
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP)	797	11	56	1	865
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (TJBA)	594	155	27	71	847
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG)	447	2	25		474
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA)	313	12	3		328
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE)	224	19	21	4	268
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3)	235	2	14		251
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE)	230	4	6	5	245
Ouvidoria Judiciária do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1)	210	21	13		244
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO)	182	1	10		193
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS)	178	1	5		184
Ouvidoria do Superior Tribunal de Justiça (STJ)	177		6		183
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR)	51	97	12	11	171
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB)	152	2	12		166
Ouvidoria do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (TST e CSJT)	139	3	14		156
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (TRT2)	134	2	12		148
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do	128		8		136

Órgão de Destino	Acompanhamento com solução	Acompanhamento sem solução	Enviado sem acompanhamento	Em acompanhamento	Total
Maranhão (TJMA)					
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (TJES)	129		5		134
Ouvidoria do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2)	75	52	3	4	134
Ouvidoria do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1)	122		10		132
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (TJMT)	110	1	9	1	121
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM)	100	6	3		109
Ouvidoria do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN)	93	8	3	2	106
Outros	962	63	120	13	1.158
Totais	6.800	463	442	112	7.817
%	87,0%	5,9%	5,7%	1,4%	100%

A Ouvidoria está em processo de finalização do projeto de lançamento de página oficial específica da Ouvidoria do CNJ nas redes social, com previsão de lançamento no primeiro semestre de 2015. O projeto-piloto será de interação via Facebook, em consideração ao elevado alcance desse canal de comunicação, mas já com a intenção de ser ampliada para o Twitter.

3.2. Informação sobre a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão

A Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça dispõe de espaço específico no Portal do Conselho (www.cnj.jus.br). Esse espaço é divulgado em duas opções da página principal do CNJ, como forma de facilitar para o cidadão a localização do serviço no site (opções “Ouvidoria” e “Fale com a Ouvidoria”, que conduzem à página www.cnj.jus.br/ouvidoria-page).

Nesse espaço próprio da unidade, estão disponíveis informações aos cidadãos sobre os meios de acesso ao serviço da Ouvidoria do CNJ, horário de funcionamento, e esclarecimentos sobre as competências da unidade (atribuições e limitações), e inclui ainda os relatórios da Ouvidoria, FAQ (Dúvidas Frequentes), informações sobre os pedidos de acesso à informação (Lei 12.527/2011), sobre o Conselheiro Ouvidor, e, por se tratar de um serviço muito procurado pela população, informações sobre o procedimento para acionar formalmente o Conselho Nacional de Justiça.

3.3 Mecanismos para medir a satisfação dos produtos e serviços

A Ouvidoria disponibilizou ferramenta que permite aos cidadãos avaliarem a resposta oferecida pela unidade, quando enviadas por meio de correio eletrônico.

A ferramenta consiste em um convite para o cidadão responder à avaliação não obrigatória, logo em seguida a resposta enviada, em que são expostas quatro questões, no que refere aos fatores atendimento, tempo para resposta, desfecho e clareza da resposta. Os resultados obtidos no último triênio, a partir das avaliações voluntárias, estão disponíveis nos quadros a seguir:

Atendimento	Ano de 2012		Ano de 2013		Ano de 2014	
	Quantidades	%	Quantidades	%	Quantidades	%
Ótimo	533	56,58%	636	55,30%	306	59,30%
Bom	178	18,90%	228	19,83%	90	17,44%
Não informado	96	10,19%	126	10,96%	54	10,47%
Regular	80	8,49%	105	9,13%	34	6,59%
Ruim	55	5,84%	55	4,78%	32	6,20%
Total Geral	942	100,00%	1.150	100,00%	516	100,00%

Quesito: “Como o(a) senhor(a) avalia o atendimento que lhe foi dispensado pela Ouvidoria?”

Para trabalhar a constante melhoria do atendimento prestado pelos atendentes da Ouvidoria, a equipe tem promovido reuniões, nas quais são discutidas situações problema e compartilhadas as boas práticas.

Tempo de resposta	Ano de 2012		Ano de 2013		Ano de 2014	
	Quantidades	%	Quantidades	%	Quantidades	%
Ótimo	563	59,77%	666	57,91%	326	63,18%
Bom	216	22,93%	269	23,39%	93	18,02%
Regular	83	8,81%	91	7,91%	42	8,14%
Não informado	49	5,20%	78	6,78%	36	6,98%
Ruim	31	3,29%	46	4,00%	19	3,68%
Total Geral	942	100,00%	1.150	100,00%	516	100,00%

Quesito: “Como o(a) senhor(a) avalia o tempo de resposta para sua manifestação?”

Satisfação quanto ao desfecho	Ano de 2012		Ano de 2013		Ano de 2014	
	Quantidades	%	Quantidades	%	Quantidades	%
Sim	511	54,25%	564	49,04%	289	56,01%
Não	431	45,75%	586	50,96%	227	43,99%
Total Geral	942	100,00%	1.150	100,00%	516	100,00%

Quesito: “O(A) senhor(a) ficou satisfeito(a) com o desfecho atingido em sua manifestação? Alcançou o seu objetivo?”

Clareza da resposta	Ano de 2012		Ano de 2013		Ano de 2014	
	Quantidades	%	Quantidades	%	Quantidades	%
Sim	706	74,95%	886	77,04%	388	75,19%
Não	236	25,05%	264	22,96%	128	24,81%
Total Geral	942	100,00%	1.150	100,00%	516	100,00%

Quesito: “As informações prestadas pela Ouvidoria forma claras?”

Não obstante os índices de satisfação obtidos serem considerados satisfatórios, os procedimentos da unidade são permanentemente discutidos, a fim de cumprir regulamente a missão da Ouvidoria.

3.4 Acesso às informações

As informações relevantes sobre o Conselho Nacional de Justiça podem ser acessadas por meio do portal do CNJ constante do seguinte endereço eletrônico: www.cnj.jus.br. Uma vez acessado o site, pode-se obter informações relativas à transparência, gestão estratégica, sistema carcerário, execução penal e medidas sócio educativas, atos normativos, agenda, eventos e campanhas de mobilização, pesquisas judiciárias, tecnologia da informação, publicações e vários outros.

3.5 Medidas relativas à Acessibilidade

Os edifícios destinados ao Conselho Nacional de Justiça possuem instalações precárias e que não atendem aos requisitos de acessibilidade. Com a alocação de recursos orçamentários destinados à melhoria das edificações, no exercício de 2014, foram iniciados os serviços de reforma e adaptação das edificações. De acordo com o cronograma de execução, foram concluídas as seguintes ações relacionadas à acessibilidade:

- Adaptação de instalações sanitárias tornando-as acessíveis, são elas: três banheiros no 3º pavimento da unidade SEPN 514 e um banheiro no pavimento térreo da unidade SCRN 702/3. A adaptação das demais instalações sanitárias será contemplada no caso de reforma completa da unidade SEPN 514;
- Contratação (ARP nº46/2014) de fornecimento, instalação e manutenção de peças de comunicação visual, com sinalização em Braile, conforme norma ABNT NBR 9050;
- Contratação (Contrato 09/2014) de instalação de corrimãos e guarda-corpos na unidade SCRN 702/3 e no 3º pavimento da unidade SEPN 514, conforme recomendações constantes da ABNT NBR 9050, ABNT NBR 9077/01 e NT 009/02 – CBMDF. A adaptação das demais escadas e rampas será contemplada no caso de reforma completa das unidades;
- Elaboração de Termo de Referência (TR11.5/2014) para substituição de dois elevadores na unidade SEPN 514, com incremento nas dimensões das caixas e instalação de painéis com inserto em braile, sinais sonoros e luminosos, conforme preconizado pela normas supracitadas;
- Adoção de maçanetas do tipo “alavanca” para todas as portas componentes de painéis divisórios, conforme recomendação da ABNT NBR 9050 (ARP nº60-2014);
- Construção de rampa de acesso interna na unidade SCRN 702/3 conforme parâmetros da ABNT NBR 9050.

Planejamentos e Resultados Alcançados

Item 5 - Parte A, do Anexo II, da DN TCU nº 134/2013

5. Planejamento e Resultados alcançados

5.1 Planejamento do Conselho Nacional de Justiça

O Plano Estratégico do Conselho Nacional de Justiça foi instituído pela Portaria nº 18, de 19 de fevereiro de 2010, pelo período de 2010 a 2014, como desdobramento da Resolução nº 70, de 18 de março de 2009, que dispõe sobre o Planejamento e a Gestão Estratégica no âmbito do Poder Judiciário.

A metodologia adotada para realizar a gestão da estratégia é o Balanced Scorecard – BSC. Este método prevê a representação gráfica dos objetivos estratégicos (mapa estratégico), agrupados em perspectivas logicamente organizadas, de forma a demonstrar a relação de causa e efeito entre eles, assim como o impacto dos resultados aferidos, na missão institucional.

No mapa estão distribuídos os temas estratégicos em que o Conselho deve se concentrar, a Missão Institucional, a Visão de Futuro e os objetivos do Órgão, desdobráveis em metas e iniciativas, sintetizando, dessa forma, as prioridades do CNJ.

A seguir apresenta-se o mapa estratégico do Conselho Nacional de Justiça:



Tema: Fiscalização e Correição

Objetivo Estratégico:

Garantir a conformidade aos princípios constitucionais na atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário.

Descrição do Objetivo:

Controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário para garantir a conformidade com os princípios constitucionais administrativos e com a legislação.

Objetivo Estratégico:

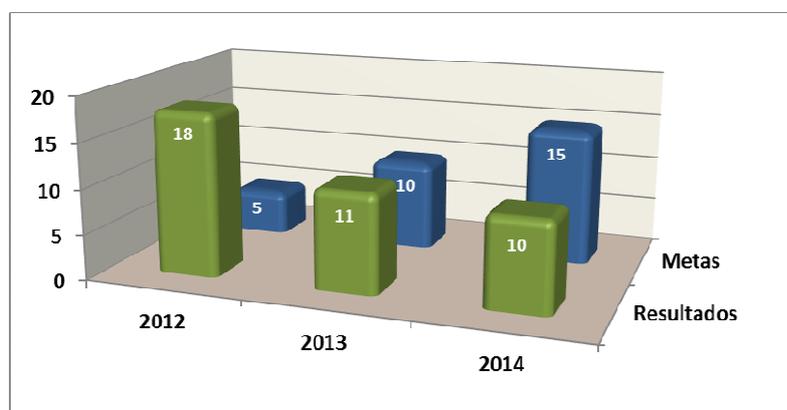
Prevenir e corrigir desvios de conduta dos membros e/ou órgãos do Poder Judiciário.

Descrição do Objetivo:

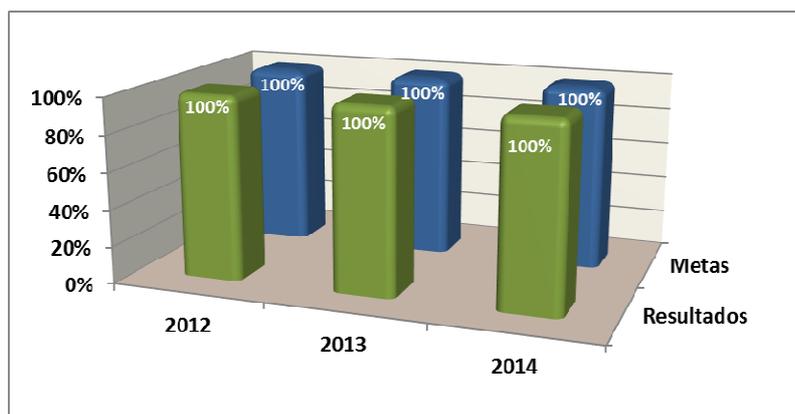
Realizar ações de prevenção e correição no cumprimento dos deveres funcionais dos membros e órgãos do Poder Judiciário.

Indicadores e resultados vinculados

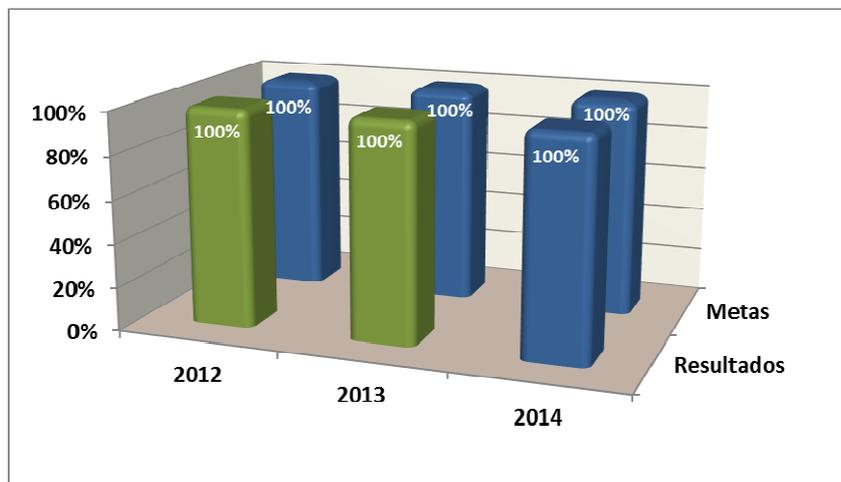
Indicador 18: Número de Tribunais inspecionados/correicionados



Indicador 19 – Transparência das ações correicionais



Indicador 20 – Planejamento das Correições



Tema: Alinhamento e Integração

Objetivo Estratégico:

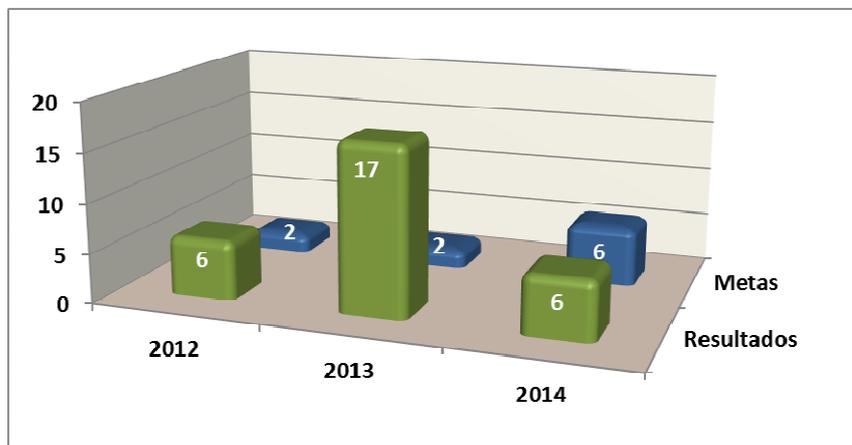
Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário.

Descrição do Objetivo:

Garantir que as unidades do Judiciário tenham seu planejamento estratégico e sua gestão alinhados à estratégia do Poder Judiciário Nacional, respeitando as particularidades locais e visando resultados no curto, médio e longo prazos.

Indicadores e resultados vinculados

Indicador 30 – Índice de Integração



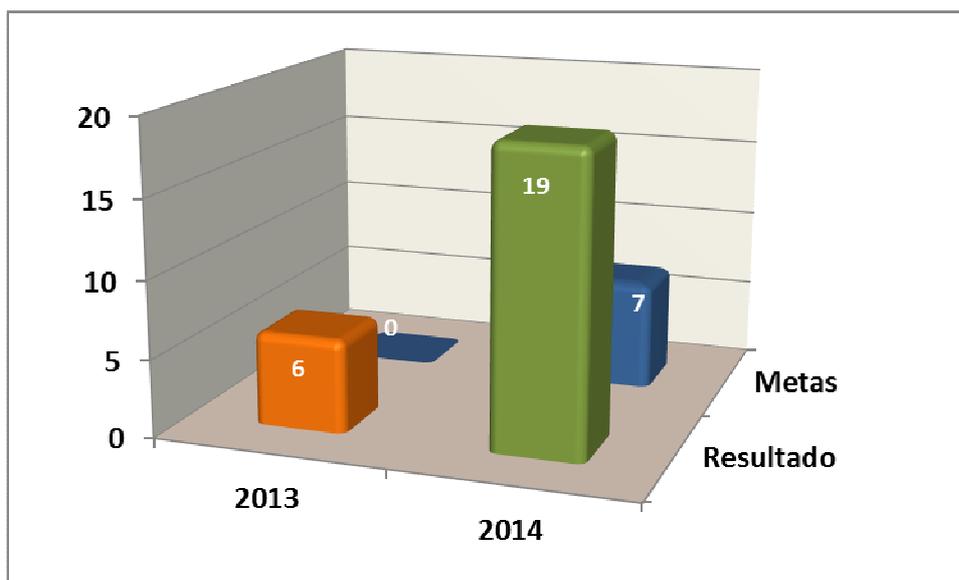
Objetivo Estratégico:

Garantir a precisão no diagnóstico da realidade do Judiciário.

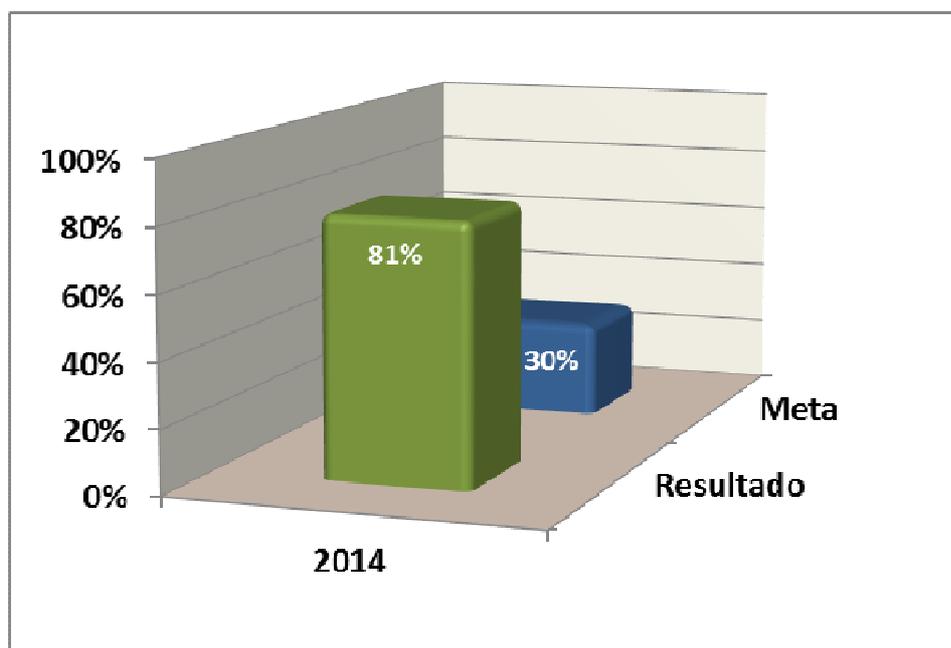
Descrição do Objetivo:

Realizar pesquisas para levantamento de dados que apresentem a realidade do Poder Judiciário, subsidiando a elaboração de políticas públicas e diretrizes nacionais.

Indicador 24 - Taxa anual de pesquisas publicadas por pesquisas com publicação prevista para o ano base



Indicador 28 - Índice de tribunais condecorados com o selo bronze (Selo Justiça em Números, ano 2014)



Objetivo Estratégico:

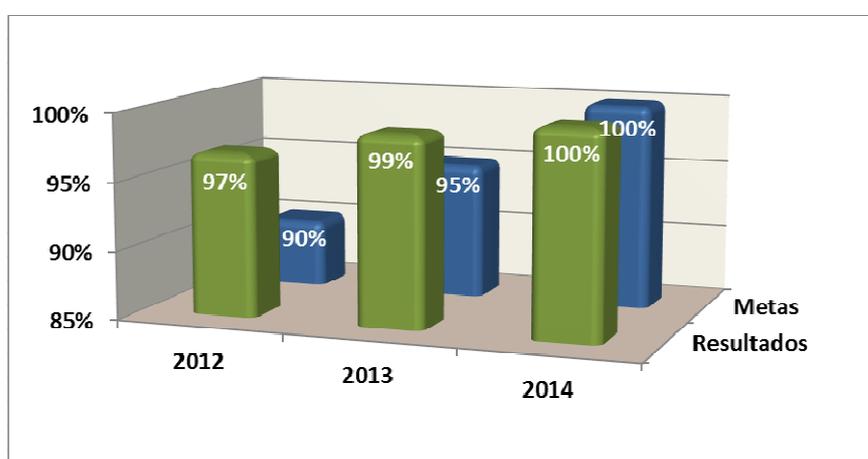
Garantir o cumprimento das deliberações do CNJ.

Descrição do Objetivo:

Garantir que todas as deliberações do CNJ sejam cumpridas pelos órgãos do Poder Judiciário.

Indicadores e resultados

Indicador 32 - Índice de Tribunais com informações orçamentárias e financeiras disponibilizadas na internet



Objetivo Estratégico:

Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais.

Descrição do Objetivo:

Buscar a unicidade e a integração da Justiça, por meio da troca de experiências entre Tribunais, compartilhando conhecimento, práticas e soluções jurídicas e administrativas.

Objetivo Estratégico:

Promover a modernização tecnológica do Poder Judiciário.

Descrição do Objetivo:

Modernizar, de forma inovadora, todos os segmentos do Poder Judiciário brasileiro, por meio de implantação de projetos de tecnologia da informação, especialmente o processo eletrônico, visando aumentar a agilidade e a cobertura da prestação jurisdicional, bem como a transparência nos atos, decisões e de informações de interesse da sociedade.

Tema: Atuação Institucional

Objetivo Estratégico:

Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições.

Descrição do Objetivo:

Fortalecer a integração entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e desenvolver parcerias com setores e instituições para viabilizar o acesso à justiça, o cumprimento das decisões judiciais, a prevenção de grandes demandas, a conciliação e solução coletiva de processos judiciais. Conscientizar cada Poder, Órgão e Instituição sobre sua responsabilidade no atendimento à população.

Objetivo Estratégico:

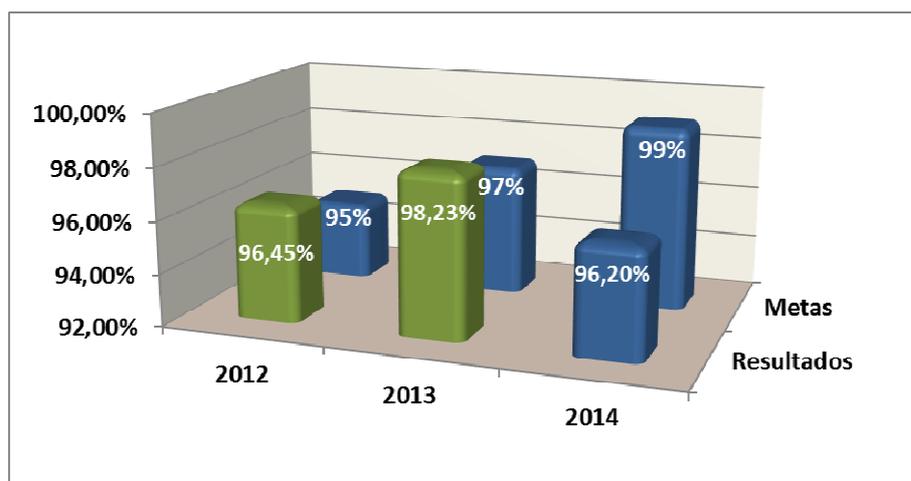
Aprimorar a comunicação com públicos externos.

Descrição do Objetivo:

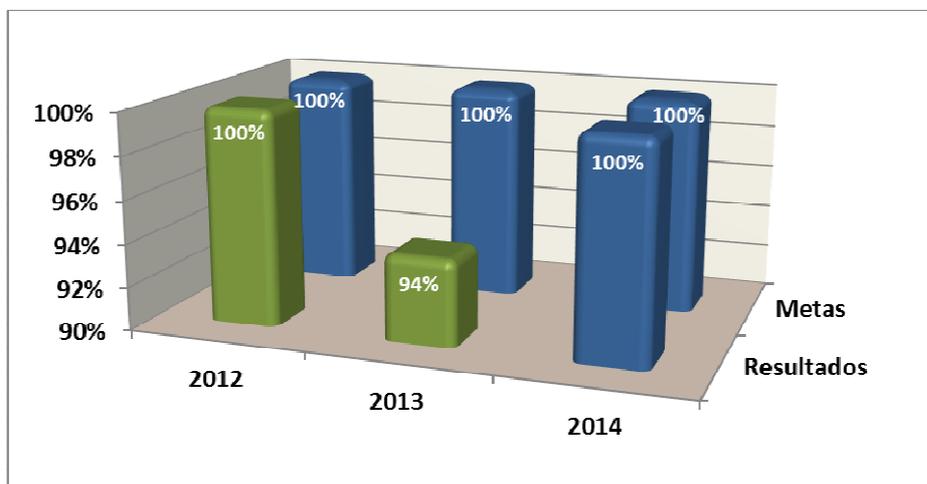
Aprimorar a comunicação com públicos externos disponibilizando, com uma linguagem clara e acessível, informações sobre: papel, ações e iniciativas do CNJ, andamento processual, atos judiciais e administrativos, dados orçamentários. Utilizar a Ouvidoria como forma de aproximação com a sociedade.

Indicadores e resultados vinculados

Indicador 33 –Índice de Atendimento da Ouvidoria



Indicador 34 - Índice de Comunicação de Massa



Objetivo Estratégico:

Promover a cidadania e disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva.

Descrição do Objetivo:

Promover a inclusão social e o desenvolvimento por meio de ações que contribuam para o fortalecimento da educação e da consciência dos direitos, deveres e valores do cidadão. Também, fomentar a incorporação de valores éticos e morais (imparcialidade, ética, probidade) nos Magistrados e Servidores do CNJ, nos integrantes de organizações ligadas à atividade judiciária (OAB, AMB, AGU, Defensorias, Ministério Público, sindicatos, associações) e nos estudantes de Direito e Centros de Pesquisa.

Tema: Eficiência Operacional

Objetivo Estratégico:

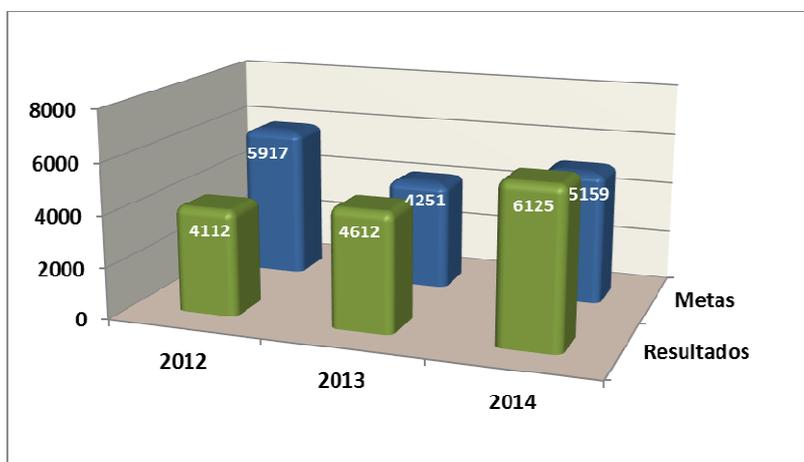
Garantir a agilidade nos trâmites administrativos.

Descrição do Objetivo:

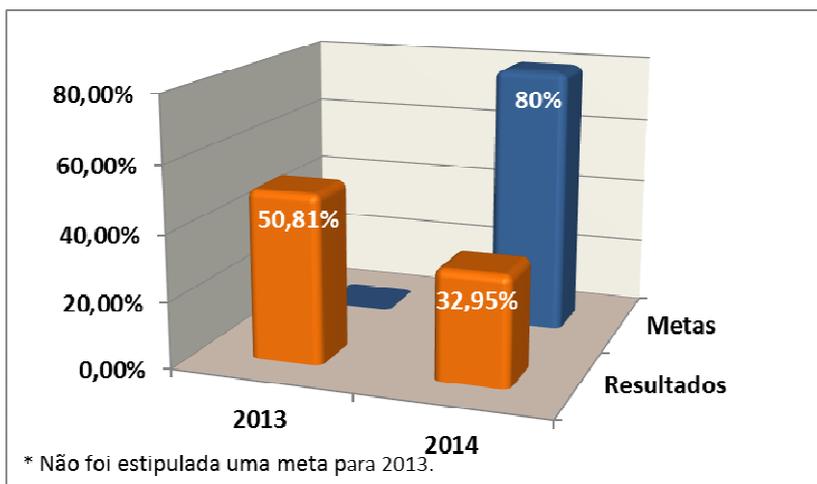
Garantir a agilidade na tramitação dos processos administrativos e assegurar a razoável duração do processo.

Indicadores e resultados vinculados

Indicador 44 – Taxa de Procedimentos em Andamento



Indicador 17: Índice de Processos Julgados



Objetivo Estratégico:

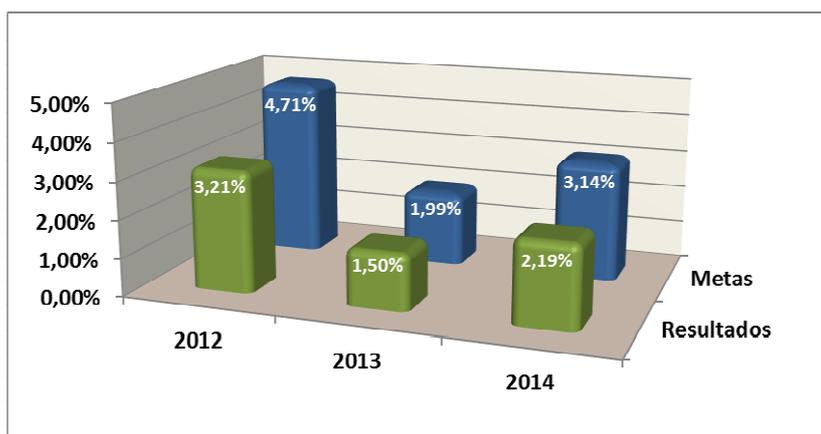
Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

Descrição do Objetivo:

Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos os materiais, bens e serviços (promover ações de Responsabilidade Ambiental), e da melhor alocação dos recursos humanos necessários à prestação jurisdicional.

Indicadores e resultados vinculados

Indicador 02: Percentual do orçamento de aplicado em capacitação



Tema: Gestão de Pessoas

Objetivo Estratégico:

Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos Conselheiros, Magistrados e Servidores.

Descrição do Objetivo:

Garantir que os Conselheiros, Magistrados e Servidores possuam conhecimentos, habilidades e atitudes essenciais para o alcance dos objetivos estratégicos.

Objetivo Estratégico:

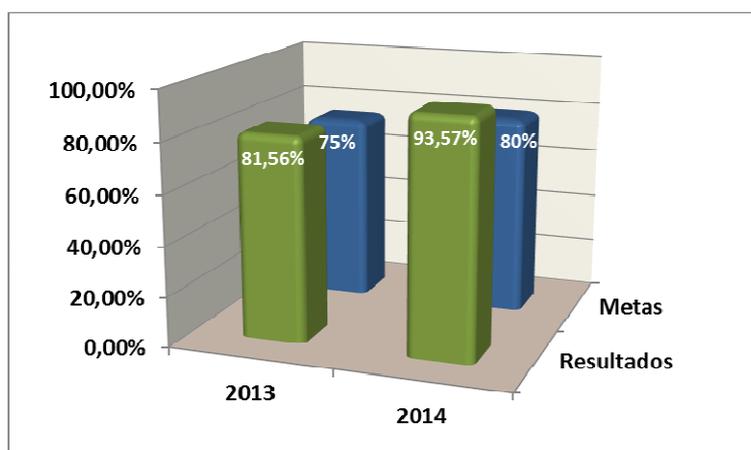
Motivar e comprometer Conselheiros, Magistrados e Servidores com a execução da Estratégia.

Descrição do Objetivo:

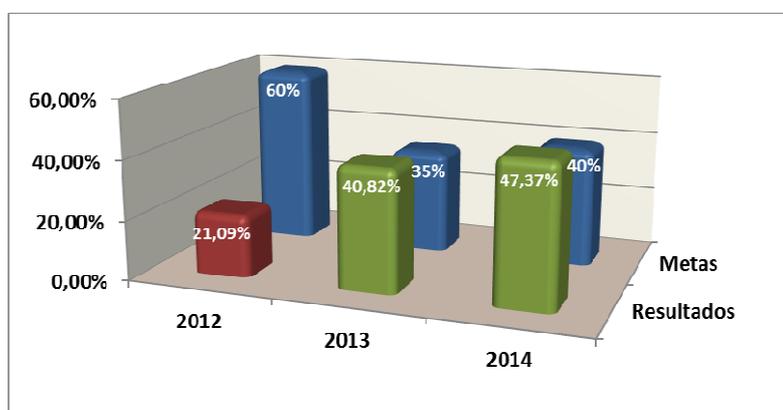
Elevar o nível de comprometimento e motivação dos Conselheiros, Magistrados e Servidores para viabilizar a execução da estratégia.

Indicadores e resultados vinculados

Indicador 03: Índice de capacitação para Servidores



Indicador 04: Índice de capacitação para Gestores



Tema: Infraestrutura e Tecnologia

Objetivo Estratégico:

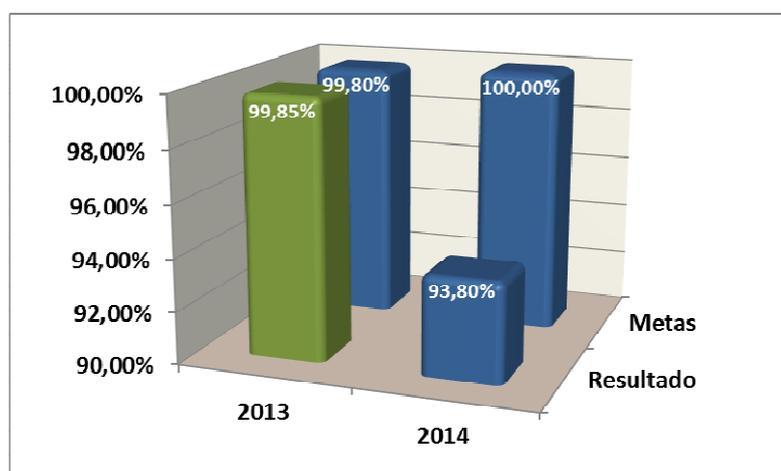
Garantir a infraestrutura apropriada às suas atividades.

Descrição do Objetivo:

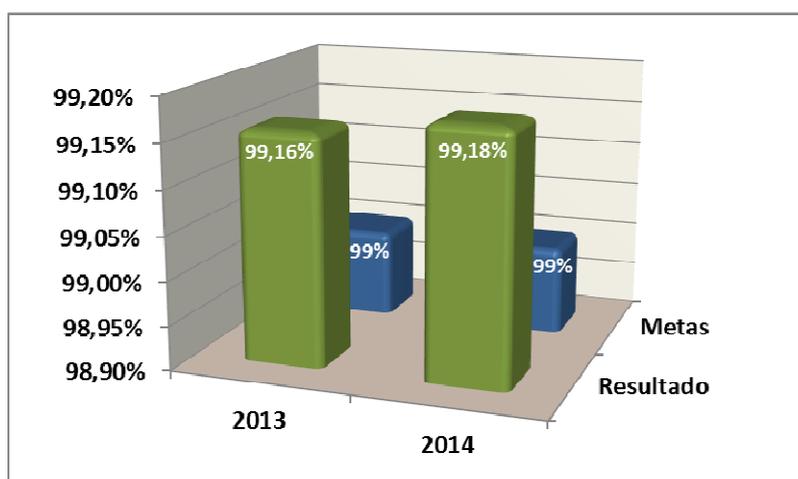
Prover os recursos materiais e tecnológicos (instalações, mobiliários, equipamentos de informática) que permitam o bom desempenho do CNJ, garantindo aos Conselheiros, Magistrados e Servidores condições de saúde e segurança, além da proteção e manutenção dos sistemas.

Indicadores e resultados vinculados

Indicador 10: Índice de disponibilidade de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação do CNJ



Indicador 11: Índice de disponibilidade de sistemas de informação estratégicos do CNJ



Objetivo Estratégico:

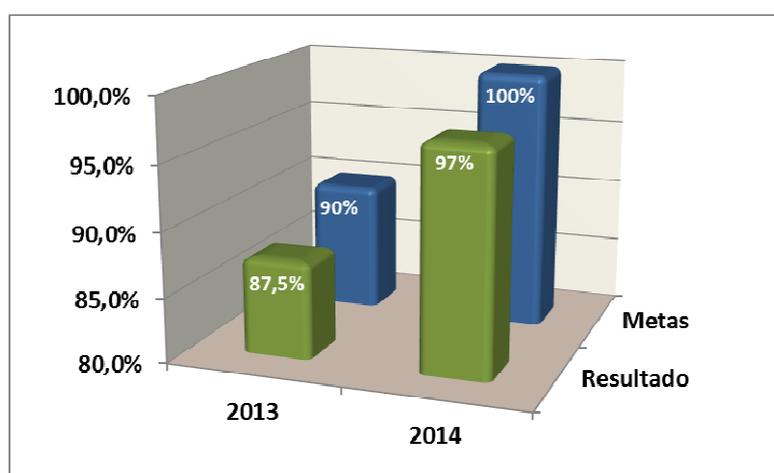
Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI.

Descrição do Objetivo:

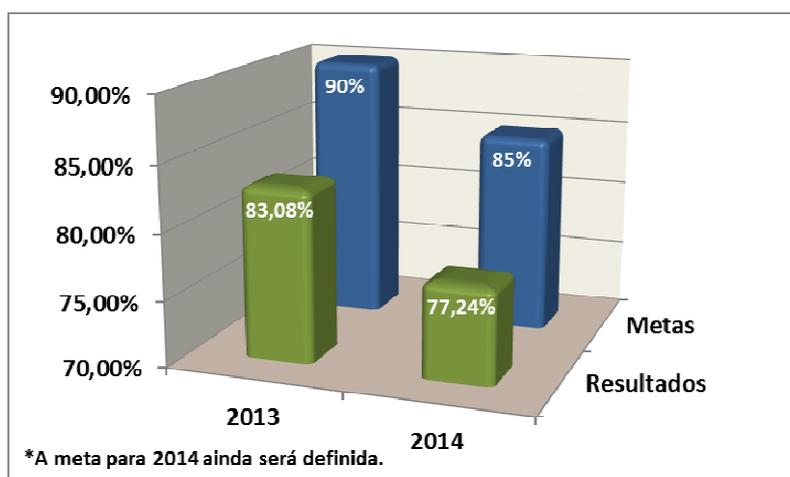
Estruturar a tecnologia da informação e o seu gerenciamento de forma a garantir o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a disponibilidade dos sistemas essenciais à execução da estratégia.

Indicadores e resultados vinculados

Indicador 09: Índice de aderência aos padrões mínimos de TI estabelecidos para o Poder Judiciário



Indicador 29: índice de alcance do nivelamento nos portes de tecnologia, automação e capacitação conforme Resolução 90



Tema: Orçamento

Objetivo Estratégico:

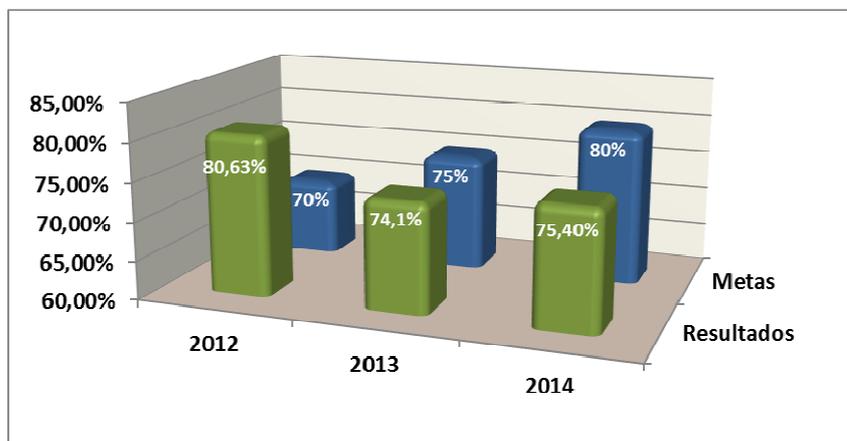
Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução dos objetivos da estratégia.

Descrição do Objetivo:

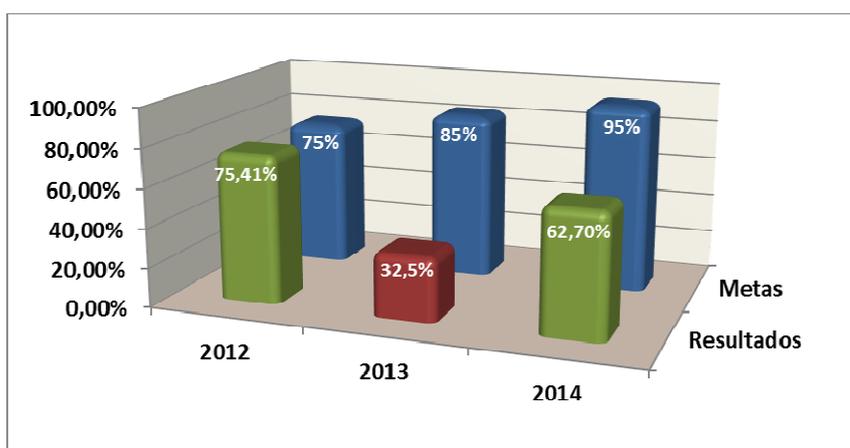
Promover ações orçamentárias visando assegurar recursos que viabilizem as ações e metas necessárias à execução da Estratégia. Garantir a disponibilização dos recursos orçamentários necessários para a execução dos projetos estratégicos, de acordo com os cronogramas estabelecidos para cada iniciativa.

Indicadores e resultados vinculados

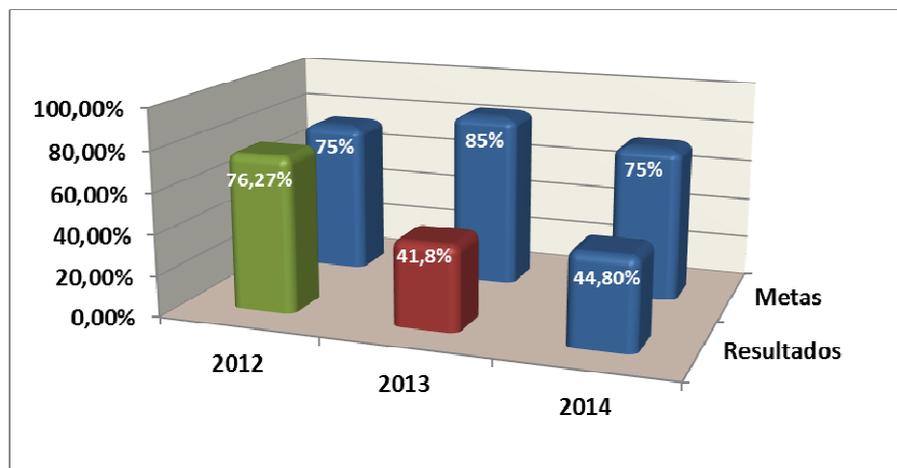
Indicador nº 14 - Índice de orçamento estratégico



Indicador nº 15 - Índice de empenho do orçamento estratégico



Indicador nº 16 - Índice de liquidação do orçamento disponibilizado



5.1 Planejamento do Conselho Nacional de Justiça - itens “a” e “b”

Melhoria das Instalações Prediais

Desde a criação do Conselho Nacional de Justiça, o Supremo Tribunal Federal disponibilizou parte de suas dependências para instalação das unidades deste Conselho.

Com o crescimento gradativo do órgão, o CNJ também passou a ocupar espaços do edifício então afetado ao Tribunal de Contas da União e do prédio do Tribunal Superior do Trabalho.

Em 14 de junho de 2012, o imóvel com área de 7.548 m², situado à SEP 514, foi transferido para uso do CNJ.

Como o prédio foi recebido em situação precária (reparos importantes), necessitando de vários reparos importantes, deu-se início a elaboração de projetos para a realização da reforma completa do edifício, cujas ações foram dificultadas pela ausência de plantas, projetos, laudos técnicos e registros de manutenções anteriores.

Apesar dos esforços envidados, somente mediante a consolidação da equipe técnica da Seção de Manutenção Predial e Arquitetura, e com a alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2014 destinados à reforma, houve significativo avanço na instrução dos processos que viabilizaram a realização de diversos procedimentos licitatórios em 2014.

Nesse ínterim, como o espaço não seria suficiente para acomodar todas as unidades do CNJ, a Administração, dando cumprimento à diretriz da Presidência, deu continuidade às tratativas com a Secretaria de Patrimônio da União - SPU, tendo por objetivo acomodar todas as unidades em um mesmo espaço, com área aproximada de 13.000 m².

As negociações resultaram na disponibilização de quatro pavimentos do edifício da extinta SIDERBRAS (Setor de Autarquias Sul), com área de 2.080 m², que também precisaria passar por reforma completa.

Após a formalização do recebimento do imóvel, ficou deliberado que a reforma completa do edifício seria realizada, em conjunto, pelos cinco órgãos que ocupariam o imóvel, sendo vedada qualquer intervenção individualizada.

Diante desse cenário, não seria possível o imediato início das obras e a consequente desocupação do STF.

Após uma nova rodada de negociação com a Presidência da República e a Secretaria de Patrimônio da União, o CNJ celebrou com a EBC - Empresa Brasil de Comunicação o Termo de Cessão de Uso Gratuito e Temporário do imóvel situado à SCR 702/703, pelo período de 2 anos, na condição de o CNJ realizar as reformas necessárias às instalações das unidades.

Para viabilizar a instalação definitiva do CNJ em um único endereço, também foi registrado junto à Presidência da República e à Secretaria de Patrimônio da União o interesse no recebimento dos edifícios atualmente ocupados pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no Setor de Autarquias Sul.

Com a disponibilização desses edifícios ao CNJ, a desocupação do STF foi ratificada pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Administrativa de 30/04/2014.

Para promover a desocupação do espaço utilizado pelas unidades do Conselho Nacional de Justiça no Anexo I do Supremo Tribunal Federal, estão em andamento as reformas de adequação das instalações prediais do CNJ, a saber:

- **SEPN 514 - área 7.548 m²** - O escopo da reforma contempla recuperação da cobertura, reforço estrutural das lajes e vigas, readequação das instalações elétricas, lógicas e sanitárias, sistema de prevenção e combate a incêndio, sistema de CFTV - vigilância eletrônica, substituição de aparelhos de ar condicionado e dos elevadores, troca de pisos, divisórias e persianas, pintura, recuperação da fachada e instalação de brises e adequação da área externa.

Como o prédio permanecerá ocupado durante as reformas, os serviços serão executados gradativamente por pavimento, com deslocamento provisório das unidades para outra área.

Até o presente momento, foi concluída a reforma do 3º pavimento, cuja ocupação se deu em agosto/2014, viabilizando a transferência do Plenário, dos Gabinetes dos Conselheiros, do Gabinete da Presidência, da Secretaria-Geral e da Secretaria de Cerimonial e Eventos para o prédio da SEPN 514.

- **SCRN 702/703 - área 2.503 m²** - O projeto de reforma foi elaborado para a instalação das Secretarias de Controle Interno, de Orçamento e Finanças e de Gestão de Pessoas, do CEAJUD, das Seções de Elaboração de Editais, de Gestão de Contratos e de Compras, da Comissão Permanente de Licitações e das salas de treinamento (para uso compartilhado com a EBC).

A reforma tem como objetivo a readequação das instalações elétricas, lógicas e sanitárias, a implantação do sistema de prevenção e combate a incêndio, a substituição de aparelhos de ar condicionado, pisos, divisórias e persianas, pintura e a recuperação da fachada e da calçada externa.

Os pavimentos 4º, 3º, 2º e 1º foram concluídos e ocupados pelas Secretarias de Controle Interno, de Orçamento e Finanças e de Gestão de Pessoas, Seção de Elaboração de Editais e Comissão Permanente de Licitações.

Os serviços nas demais áreas do prédio serão concluídos no primeiro semestre de 2015.

- **Continuidade das reformas das instalações prediais** - No final de 2014, em decorrência das dificuldades enfrentadas em função de o CNJ se encontrar instalado em cinco distintos endereços, iniciaram-se os estudos para locação de imóvel destinado a unificar o CNJ em um único endereço. Diante dessa possibilidade de locação, as contratações para a continuidade das reformas estão sobrestadas até que seja proferida a decisão quanto à nova sede do CNJ.

Força de trabalho

Em 2014, foram nomeados 179 candidatos egressos do concurso público de 2013, nos meses de janeiro, fevereiro, maio, junho, julho, agosto, setembro e novembro, para ocuparem cargos decorrentes da Lei n. 12.463/2011 e de vacâncias ocorridas no período. Desses candidatos, 138 tomaram posse, sendo 79 analistas judiciários e 59 técnicos judiciários, para atuar nas áreas administrativa, judiciária e de apoio especializado (arquivologia, ciências sociais, estatística, pedagogia, psicologia, análise de sistemas e programação de sistemas).

Desta forma, restam 43 cargos a serem providos em 2015, sendo 5 de analistas judiciários e 38 de técnicos judiciários. A validade do concurso segue até julho de 2015, podendo ser prorrogado por mais 2 anos.

Para que os novos servidores fossem acolhidos e integrados, além de sensibilizados quanto ao cumprimento da missão e da visão do CNJ, foram realizadas 4 edições do Programa de Ambientação nos meses de fevereiro, junho, setembro e novembro, que contaram com a apresentação das unidades que compõem o Conselho e com realização de dinâmicas de integração. No mesmo período ocorreu o ingresso de 32 servidores requisitados e de 8 servidores sem vínculo com a Administração Pública e o desligamento de 43 requisitados e 7 sem vínculo.

Quanto aos juízes auxiliares, foram 10 juízes auxiliares requisitados e 3 conselheiros nomeados, sendo que 22 juízes e 3 conselheiros foram desligados nesse período.

Dessa forma, a força de trabalho atual do CNJ é composta de 250 servidores efetivos, 70 requisitados, 22 sem vínculo, 8 juízes auxiliares e 15 conselheiros.

5.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados.

Não foram preenchidos os seguintes quadros, uma vez que não se aplicam à realidade do Conselho Nacional de Justiça.

- A.5.2.1 – Programa Temático.
- A.5.2.2 – Objetivo fixado pelo PPA
- A.5.2.3.2 – Ações/Subtítulos – OFSS
- A.5.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento - OI

5.2.3.1 Ações – OFSS

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade do CNJ

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS						
Identificação da Ação						
Código	0181				Tipo:	Operação Especial
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis					
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	Código	0089	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.	
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
130.000,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	0C04			Tipo:	Operação Especial	
Título	Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações					
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	Código	0909	Tipo:	Operação Especial	
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.223.651,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	00H7			Tipo:	Operação Especial	
Título	Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações					
Programa	Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	Código	0909	Tipo:	Operação Especial	
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.088.509,00	352.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	medida	Realizada	
0,00	0,00	0,00	-	-	-	

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS						
Identificação da Ação						
Código	2B65				Tipo:	Atividade
Título	Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos					
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Código	1389	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.	
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
78.250.676,00	78.200.676,00	51.120.443,27	41.620.985,37	41.583.232,39	37.752,98	9.499.457,90
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Processo apreciado		unidade	8025	8025	8424	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		medida	Realizada
10.903.070,26	8.403.107,78	1.706.404,37	Processo apreciado		unidade	0

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS						
Identificação da Ação						
Código	20TP				Tipo:	Atividade
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Código	1389	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.	
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
34.805.677,00	43.029.328,00	36.767.596,81	34.906.222,62	34.906.222,62	0,00	1.861.374,19
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		medida	Realizada
986.014,54	551.120,92	153.128,70	-		-	-

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS						
Identificação da Ação						
Código	2004				Tipo:	Atividade
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cíveis, Empregados, Militares e seus Dependentes					
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Código	1389	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.	
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
885.532,00	1.075.532,00	1.075.532,00	952.968,18	952.968,18	0,00	122.563,82
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	medida	Realizada	
92.426,46	72.126,34	12.372,20	-	-	-	

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS						
Identificação da Ação						
Código	2010				Tipo:	Atividade
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares					
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Código	1389	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.	
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
240.000,00	306.000,00	306.000,00	272.174,42	272.174,42	0,00	33.825,58
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	medida	Realizada	
45.456,41	333,79	35.122,62	-	-	-	

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS						
Identificação da Ação						
Código	2011				Tipo:	Atividade
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares					
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Código	1389	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.	
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
24.000,00	27.527,00	27.527,00	26.242,35	26.242,35	0,00	1.284,65
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		medida	Realizada
8.879,38	0,00	7.879,38	-		-	-

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS						
Identificação da Ação						
Código	2012				Tipo:	Atividade
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Cíveis, Empregados e Militares					
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Código	1389	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.	
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.440.000,00	2.297.000,00	2.297.000,00	2.271.020,95	2.271.020,95	0,00	25.979,05
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		medida	Realizada
114.006,82	7.100,00	81.876,82	-		-	-

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS						
Identificação da Ação						
Código	2549			Tipo:	Atividade	
Título	Comunicação e Divulgação Institucional					
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Código	1389	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.	
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
9.000.000,00	9.000.000,00	5.463.030,51	4.698.875,86	4.687.225,89	764.154,65	11.649,97
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Matéria veiculada		unidade	36000	36000	51000	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		medida	Realizada
609.516,98	602.954,13	6.562,85	Matéria veiculada		unidade	0

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS						
Identificação da Ação						
Código	00M1			Tipo:	Operação Especial	
Título	Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade					
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Código	1389	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.	
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
20.000,00	20.000,00	20.000,00	3.406,46	3.406,46	0,00	16.593,54
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	-		-	-

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	09HB			Tipo:	Operação Especial	
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Código	1389	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.	
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.576.855,00	4.665.364,00	4.178.509,00	4.136.419,36	4.136.419,36	0,00	42.089,64
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
-		-	-	-	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	medida	Realizada	
4.016,57	0,00	462,96	-	-	-	

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	1K27			Tipo:	Projeto	
Título	Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira					
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Código	1389	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.	
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
52.699.714,00	52.699.714,00	38.758.175,16	3.105.936,17	3.105.936,17	0,00	35.652.238,99
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Projeto implantado		% de execução física	12	12	6	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	medida	Realizada	
55.344.779,12	51.387.111,72	1.091.774,78	Projeto implantado	% de execução física	0	

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	14ZQ				Tipo:	Projeto
Título	Reforma do Edifício do Conselho Nacional de Justiça					
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Código	1389	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.	
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
16.000.000,00	16.000.000,00	3.633.316,66	1.895.517,13	1.858.194,10	37.323,03	1.737.799,53
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Edifício reformado		% de execução física	35	35	18	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Edifício reformado		% de execução física	0

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UJ – OFSS

Identificação da Ação						
Código	151R				Tipo:	Projeto
Título	Reforma dos Pavimentos do Edifício Siderbrás destinados ao Conselho Nacional de Justiça					
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Código	1389	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.	
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.000.000,00	5.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Reforma efetivada		% de execução física	35	0	0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Reforma efetivada		% de execução física	0

Quadro A.5.2.3.1 – Ações de responsabilidade da UI – OFSS						
Identificação da Ação						
Código	152A				Tipo:	Projeto
Título	Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário – Pje					
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Código	1389	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.	
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2014						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.877.500,00	7.877.500,00	762.837,30	565.305,85	565.305,85	0,00	197.531,45
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Sistema implantado		% de execução física	20	20	7	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		medida	Realizada
0,00	0,00	0,00	Sistema implantado		% de execução física	0

5.2.3.2 Ação/Subtítulos – OFSS: Não se aplica ao Conselho Nacional de Justiça

5.2.3.3 Ações não previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados

Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação						
Código	11E6				Tipo:	Projeto
Título	Implantação de Sistema Integrado de Gestão da Informação Jurisdicional no Poder Judiciário (e-Jus)					
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Código	1389	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.	
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada

9.778.079,61	7.713.803,25	1.682.584,38	Sistema implantado	% de execução física	-
--------------	--------------	--------------	--------------------	----------------------	---

Quadro A.5.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2014 - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	2B66			Tipo:	Atividade
Título	Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário				
Programa	Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário	Código	1389	Tipo:	Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.
Unidade Orçamentária	17101 - Conselho Nacional de Justiça				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
89.755,60	-	89.755,60	Pesquisa aplicada	unidade	-

5.2.3.4 Ações – Orçamento de Investimentos – OI: não se aplica ao Conselho Nacional de Justiça.
5.2.3.5 Análise Situacional
Pagamento de Aposentadorias e Pensões

Considerando-se o quantitativo de servidores efetivos em atividade no CNJ, estimou-se que até 2 servidores poderiam se aposentar no ano de 2014; situação em que o valor de R\$ 130.000,00 seria suficiente. Entretanto não houve nenhuma aposentadoria no período, razão pela qual não foi necessária a utilização dos créditos.

Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos

Tanto a meta financeira quanto a física foram afetadas pela antecipação de mudança da Presidência do CNJ. No período de janeiro a dezembro/14, foram solucionados 8.424 processos, superando em 5 % a meta estabelecida. Mesmo com a reprogramação de algumas ações do CNJ, a execução financeira foi superior a 70%. Como o objeto “processos apreciados” não possui associação direta com o dispêndio financeiro, a medição da meta física se restringe ao período de execução. Logo, a tramitação dos processos apreciados não se vincula à execução financeira, de forma que não é possível mensurar os recursos inscritos em restos a pagar pela meta física.

Para melhor elucidar o desenvolvimento da execução orçamentária, detalham-se as ações desenvolvidas e as dificuldades enfrentadas no âmbito dos principais Planos Orçamentários:

Adaptação do edifício da SCRN 702/703

Foram concluídas as adaptações de quatro pavimentos do edifício cedido ao CNJ, por ocasião do Termo de Cessão de Uso Gratuito e Temporário celebrado com a EBC, correspondente à área de 1.339m². Mesmo com a execução física de 55,58%, o fato de o CNJ ter obtido preços mais vantajosos nas contratações firmadas contribuiu para que a execução financeira fosse inferior à prevista. Avaliados todos os aspectos expostos, entende-se que a execução física e financeira foram satisfatórias.

Capacitação de Recursos Humanos

Em 2014, as ações desenvolvidas contaram com 10 (dez) eventos no Programa de Desenvolvimento de Líderes; 51 (cinquenta e um) eventos abertos e 23 (vinte e três) eventos internos, totalizando, nesses eventos, 320 (trezentos e vinte) servidores capacitados.

Em que pese a meta física inicialmente estipulada fosse de 370 (trezentos e setenta) servidores capacitados, na sua origem objetivava-se o cumprimento do “Índice de Capacitação para Servidores”, o qual previa como meta a participação de no mínimo 80% de servidores em ações de capacitação para 2014.

Sendo assim, considerando que o CNJ contava em 31/12/2014 com 342 (trezentos e quarenta e dois) servidores, dentre sem vínculo, requisitados e efetivos, alcançou-se, dessa forma, 93,57% dos servidores capacitados, ultrapassando a meta programada para o período.

Durante o exercício, destacam-se algumas dificuldades enfrentadas:

- a) A Seção de Educação Corporativa conta com uma equipe reduzida para promover a capacitação no CNJ. Atualmente é formada por quatro servidores efetivos, um servidor requisitado, dois colaboradores terceirizados, um colaborador reeducando; e um estagiário;
- b) Ausência de espaço dedicado no Conselho Nacional de Justiça à realização de eventos de capacitação, que nos obriga a peregrinar para encontrar, em entidades parceiras, espaços para a realização de nossas ações de capacitação. Esse óbice gera duas dificuldades principais: necessidade de deslocamento dos servidores do Conselho para outros locais para participarem de eventos de capacitação; e dificuldade para encontrar espaços disponíveis para a realização dos cursos, pois concorremos com as agendas dos órgãos cedentes e de terceiros que os procuram;
- c) A realização de eventos *in company* é dificultada pelo corpo administrativo reduzido, pois são comuns equipes que contam com um ou dois servidores e que lidam com assuntos sensíveis que demandam capacitação. Desta feita, há diversidade de competências a serem desenvolvidas e que demandam ações de capacitação com número reduzido de participantes, que não atingem contingente suficiente para a formação de turmas fechadas;
- d) Dificuldade recorrente de liberação por parte das chefias de servidores para a participação de ações de capacitação, devido ao reduzido corpo técnico deste Conselho;
- e) Incremento na rotatividade percebida no Conselho Nacional de Justiça em virtude de servidores que tomam posse em outros órgãos públicos, o que gera três consequências mais sensíveis: necessidade de realização constante de curso de formação, que é exigência normativa do Conselho, de modo a atender servidores que tomam posse em face de vagas geradas por servidores desligados; perda de investimentos realizados em capacitação, com o desligamento de servidores devidamente capacitados pelo Conselho; e necessidade constante de treinamento de novos servidores em assuntos e rotinas administrativas.

Coordenação Nacional de Estatística e Pesquisa no Poder Judiciário

O Termo de Cooperação CAPES/CNJ nº 01/2010 objetiva fomentar, realizar e divulgar o desenvolvimento da pesquisa científica em áreas de interesse prioritário para o Poder Judiciário, mediante o incentivo e a concessão de bolsas de estudo a grupos de pesquisa de instituições de ensino superior. Sendo assim, o Edital CAPES/CNJ nº 020/2010 selecionou, inicialmente, 12 projetos, tendo 1 desistência antes da publicação do auxílio. Dessa forma, atualmente há 11 projetos de pesquisa em andamento, envolvendo 20 coordenadores e 17 instituições de ensino superior.

O projeto "Diagnóstico e Fortalecimento dos Judiciários Estaduais" foi firmado entre o CNJ e o Banco Mundial, por meio do contrato nº 08/2013 e está em andamento a 3ª etapa do projeto, fase de implantação dos modelos propostos em tribunais específicos. Ao final do exercício de 2014, 81% do projeto estava cumprido, com a entrega dos Produtos 1 a 11, de um total de 13 produtos esperados até o adimplemento total do contrato.

A 1ª Edição da Série Justiça Pesquisa, por meio da Convocação Pública nº 01/2012, contratou 8 projetos de pesquisa, dos quais sete foram finalizados no exercício de 2014, com a entrega satisfatória dos produtos das 3 fases previstas, tendo apenas um inadimplemento contratual.

O Relatório Justiça em Números de 2014, ano-base 2013, foi elaborado e devidamente publicado no exercício de 2014, cumprindo-se a meta estabelecida, contudo não foram utilizados os recursos orçamentários previstos nesta Ação para a realização de seminário, uma vez que o mencionado relatório foi apresentado no VIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado nos dias 10 e 11 de novembro de 2014.

Ações de Informática

A execução da meta no segundo semestre alcançou percentual aquém do planejado. Esse cenário é devido a alguns contratos de prestação de serviços terem sido orçados em sua totalidade para atender projetos que poderiam surgir no decorrer do ano, projetos que não foram concretizados, o que causou impacto na execução.

Centro de Aperfeiçoamento de Estudos do Poder Judiciário

O CEAJUD aplica seu orçamento em programas de capacitação, na modalidade presencial e a distância, de servidores do Poder Judiciário. Estes cursos contam com a presença de instrutores ou tutores que acompanham os alunos no processo de ensino-aprendizagem. O CEAJUD capacitou ainda 6.876 cidadãos nos cursos a distância abertos à sociedade. Estes cursos não contam com a presença de um tutor. Ademais, é uma maneira de compartilhar com toda a sociedade o conhecimento produzido com os recursos públicos.

Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

O benefício da Assistência Médica atualmente é prestado na forma de auxílio, de caráter indenizatório, mediante ressarcimento parcial de despesas com planos privados de assistência à saúde, de livre escolha e responsabilidade do beneficiário.

Com o intuito de proporcionar aos servidores e seus dependentes condições para manutenção da saúde física e mental foram disponibilizados R\$ 885.532,00 (oitocentos e oitenta e cinco mil e quinhentos e trinta e dois reais).

No que se refere ao número de beneficiários, o quantitativo no mês de janeiro era de 303. Com as nomeações de novos servidores efetivos, esse número passou para 394 em dezembro de 2014.

Empenhou-se o valor de R\$ 1.075.532,00 (um milhão e setenta e cinco mil e quinhentos e trinta e dois reais), sendo que, deste, foram liquidados R\$ 952.968,18 (novecentos e cinquenta e dois mil, novecentos e sessenta e oito reais e dezoito centavos), e R\$ 122.563,82 (cento e vinte e

dois mil, quinhentos e sessenta e três reais e oitenta e dois centavos) foram inscritos em restos a pagar.

Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares

Este benefício tem por objetivo conceder a assistência pré-escolar aos servidores que tenham filhos na faixa etária de zero a cinco anos.

O orçamento previsto para este benefício foi de R\$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

No mês de janeiro, o quantitativo de beneficiários do referido auxílio era de 38 servidores. Com o ingresso de novos servidores, esse número passou para 53 beneficiários no mês de dezembro.

Dessa forma, foi empenhada a quantia de R\$ 306.000,00 (trezentos e seis mil reais), e liquidou-se o valor de R\$ 272.174,42 (duzentos e setenta e dois mil e cento e setenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), ficando R\$ 33.825,58 (trinta e três mil oitocentos e vinte e cinco reais e cinquenta e oito centavos) inscritos em restos a pagar.

Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Destina-se a assegurar aos servidores o pagamento, em pecúnia, do auxílio-transporte destinado ao custeio parcial das despesas realizadas nos deslocamentos para o local de trabalho e vice-versa.

Os recursos orçados totalizavam o montante de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais). Em janeiro o quantitativo de servidores beneficiados era de 30 e encerrou o mês de dezembro com 45.

Foi empenhado o valor de R\$ 27.527,00 (vinte e sete mil e quinhentos e vinte e sete reais). Liquidou-se R\$ 26.242,35 (vinte e seis mil e duzentos e quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos), e os restos a pagar ficaram em R\$ 1.284,65 (mil duzentos e oitenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos).

Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

Objetiva conceder, em caráter indenizatório e sob a forma de pecúnia, auxílio alimentação para custeio das despesas com alimentação aos servidores.

Em relação a este benefício, foi destinada a dotação de R\$ 1.440.000,00 (um milhão quatrocentos e quarenta mil reais).

No início do ano de 2014 o quantitativo de beneficiários do auxílio era de 186. No mês de dezembro, esse número passou para 296.

Empenhou-se para o auxílio o valor de R\$ 2.297.000,00 (dois milhões duzentos e noventa e sete mil reais), sendo que, deste valor, foram liquidados R\$ 2.271.020,95 (dois milhões duzentos e setenta e um mil e vinte reais e noventa e cinco centavos), e R\$ 25.979,05 (vinte e cinco mil, novecentos e setenta e nove reais e cinco centavos) foram inscritos em restos a pagar.

Comunicação e Divulgação Institucional

A área de Comunicação Institucional planejou, produziu, executou e divulgou, inclusive com a produção de peças publicitárias e materiais gráficos, aproximadamente 30 campanhas institucionais, eventos internos e externos e apoio a eventos de outras instituições.

No âmbito das Mídias Sociais do CNJ, o número de posts publicados em todas as redes sociais em 2014 foram de 5.437, incluindo Facebook, YouTube, Twitter e Instagram.

O Facebook obteve 794.368 novos seguidores desde janeiro/2014 - 1,1 milhão de seguidores atualmente; no Twitter, o crescimento foi de 59.793 novos seguidores - 278 mil, no total; no Instagram, 9.931 e no YouTube, 4.272.

A Coordenação de imprensa foi responsável pela redação, produção, revisão, edição e publicação de 1.986 matérias jornalísticas no Portal do CNJ; 5.060 fotografias e suas respectivas publicações no Flickr institucional do CNJ, assim como o atendimento de 2.398 demandas jornalísticas sobre a atuação do CNJ.

De acordo com a empresa de Clipping Capital Info, houve citação direta ao Conselho Nacional de Justiça em 7.988 matérias jornalísticas em 2014, sendo 4.175,00 na Internet, 3.231 na mídia impressa e 582 na TV.

Foram contabilizadas ainda 41.026 matérias com assuntos diretamente relacionados ao CNJ, porém sem citar o órgão especificamente (citações indiretas).

Benefícios Assistenciais decorrentes de Auxílio-Funeral e Natalidade

O valor inicial dos benefícios assistenciais decorrentes de Auxílio-Funeral e Natalidade foi projetado utilizando-se como parâmetro o número total de servidores do órgão. Entretanto, não foi utilizado completamente uma vez que não houve a quantidade de fatos geradores (nascimentos e óbitos) previstos inicialmente.

Modernização da infraestrutura da tecnologia da informação

Os projetos de investimentos externos ao CNJ em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) utilizam-se de duas ações orçamentárias:

1. Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário - Pje - (Código 152A);
2. Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira - (Código 1K27).

A ação de Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira, em linhas gerais, objetiva o provimento de meios tecnológicos para viabilizar a transparência dos atos, decisões e informações de interesse da sociedade, mas tão somente pelos Órgãos do Poder Judiciário Estadual.

A execução orçamentária e financeira da ação Modernização (Código 1K27) em 2014 foi contemplada inicialmente com recursos no valor de R\$ 52.699.714,00. Ressalta-se que houve contingenciamento no valor de R\$ 4.832.910,00, transformando a dotação líquida disponível em R\$ 47.866.804,00.

Desse montante final, foram empenhados R\$ 38.758.175,16, dos quais, R\$ 3.105.936,17 foram efetivamente liquidados no período pelo CNJ. Foram inscritos em restos a pagar o valor de R\$ 35.652.238,99 decorrentes de execução de ações que somente foram autorizadas e concluídas no fim do ano de 2014.

Verifica-se, preliminarmente, se considerarmos os valores contemplados após o contingenciamento e os efetivamente liquidados no referido exercício financeiro, que temos uma execução de cerca de 6%. Entretanto, considerando o valor final da dotação orçamentária, o valor efetivamente executado e o valor inscrito em restos a pagar, a execução totaliza cerca de 81%.

A meta física de execução estabelecida para ação Modernização foi 12. Se considerarmos somente o que foi liquidado, temos 6 como meta alcançada.

Alguns fatores contribuíram para que a execução não ocorresse conforme planejado como o fato das contratações previstas para o segundo semestre de 2014 somente terem se concretizado no último bimestre, o que impactou substancialmente a execução da ação orçamentária; a dificuldade de obtenção de propostas de preços adequadas para a precificação dos projetos, que são complexos; e a alteração antecipada da Presidência do CNJ, que gerou a redefinição de iniciativas e prioridades.

Os contratos abaixo relacionados totalizaram, em Restos a Pagar, o montante de R\$ 35.322.432,00, ou seja, cerca de 99% dos recursos inscritos em restos a pagar. Tal monta foi inscrita em restos a pagar porque são contratações decorrentes de Atas de Registro de Preços do CNJ que dependem de entrega e instalação em todas as regiões do país para o aceite, a emissão dos termos de recebimento definitivos e, conseqüentemente para que ocorram os devidos pagamentos:

- Processo SIGA-DOC ADM-2014/02091; ARP 45/2014 – Aquisição de Scanners; R\$ 1.144.130,00;

- Processo SIGA-DOC ADM-2014/02091; ARP 41/2013 – Aquisição de Microcomputadores; R\$ 31.399.088,00

- Processo SIGA-DOC ADM-2014/02091; ARP 42/2013 – Aquisição de NOBREAKS; R\$ 2.779.214,00

Os outros 1% dos valores inscrito em Restos a Pagar correspondem ao Contrato CNJ nº 48/2010, cujo objeto é a prestação de serviços de rede WAN para o tráfego de dados, voz e videoconferência entre os órgãos do Poder Judiciário. O montante inscrito em Restos a Pagar, no valor de R\$ 329.806,99, refere-se à prestação de serviços executados no final de 2014, mas que não foram faturados antes do fechamento do exercício orçamentário.

Conclui-se, portanto, que apesar de o DTI/CNJ não ter alcançado as metas físicas estabelecidas para o uso dos recursos orçamentários destinados as ações de desenvolvimento e implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário e Modernização da Infraestrutura da Tecnologia da Informação do Judiciário Estadual, a justiça brasileira avançou tecnologicamente considerando-se os percentuais que serão executados ainda no primeiro semestre de 2015.

Desenvolvimento e implantação do PJE

O Desenvolvimento e Implantação do Sistema Processo Judicial Eletrônico no Poder Judiciário (Pje) tem como objetivo impulsionar o desenvolvimento e o aprimoramento do processo judicial eletrônico no Poder Judiciário, propiciando a instalação e utilização do sistema, permitindo significativa evolução na tramitação dos processos e na obtenção dos dados gerenciais imprescindíveis para o alcance das estratégias nacionais definidas pelo CNJ.

O desenvolvimento e implantação do sistema viabiliza:

- a. Exercício da jurisdição de forma una, em razão do compartilhamento de informações processuais;
- b. Aproveitamento de informações entre ramos e instâncias do Judiciário;
- c. Atividades de cumprimento e controle de processos judiciais desempenhadas automaticamente pelo sistema;
- d. Maior confiabilidade e fidelidade dos dados estatísticos.

Considerando a extração de dados do SIAFI, a execução orçamentária e financeira da ação Pje, em 2014, foi contemplada inicialmente com recursos no valor de R\$ 7.877.500,00.

Desse recurso foi empenhada pelo CNJ a importância de R\$ 762.837,30 e efetivamente liquidados no período a quantia de R\$ 562.305,85. Foi inscrito em restos a pagar o valor de R\$ 197.531,45.

Verifica-se, preliminarmente, se considerarmos os valores colocados à disposição do CNJ e os valores efetivamente liquidados no referido exercício financeiro, uma execução de apenas 7%. Por outro lado, os valores inscritos em restos a pagar somam cerca de 3% dos valores recebidos pelo CNJ em 2014.

A meta física de execução estabelecida para o Pje foi 20. Se considerarmos somente o que foi liquidado, tem-se 7 como meta alcançada.

Alguns fatores podem ter contribuído para que o DTI não alcançasse a meta estabelecida em 2014, como a alteração antecipada da Presidência do Conselho, que gerou a redefinição de iniciativas e prioridades.

A execução dessa ação não pôde ser maximizada, conforme planejamento orçamentário, tendo em vista a restrição de uso dos recursos quanto à aquisição de equipamentos e softwares, restrição que deve inexistir em 2015. Os recursos foram utilizados, basicamente, para o pagamento de passagens e diárias de profissionais que desenvolveram atividades relacionadas ao Processo Judicial Eletrônico.

Ressalta-se que a Comissão Permanente de Tecnologia da Informação e Infraestrutura aprovou, para 2015, a contratação de serviços para impulsionar estratégias do PJe, o que permitirá avanços na próxima execução.

O contrato abaixo relacionado totalizou os Restos a Pagar em 2015, ou seja, 100% dos recursos inscritos. Tal contratação foi inscrita em restos a pagar porque dependeu da entrega e aceite, inicialmente pelos Tribunais, para a emissão dos termos de recebimento definitivos do CNJ para a concretização dos devidos pagamentos:

Processo 351979; ARP 3/2013 - Aquisição e emissão de certificados digitais; R\$ 197.531,45.

Se considerarmos o valor liquidado em 2014 e o previsto para liquidação em 2015, a execução financeira dessa ação foi de cerca de 10% do recurso inicialmente contemplado para o Conselho.

Reforma dos Pavimentos do Edifício Siderbras destinados ao CNJ

Por força de decisão da Secretaria de Patrimônio da União, que deliberou pela constituição de um condomínio formado por todos os órgãos que iriam ocupar o edifício, não foi possível realizar a reforma da área cedida ao CNJ, no prazo necessário para viabilizar a transferência de unidades, os pavimentos foram devolvidos à Secretaria de Patrimônio da União. O valor permaneceu contingenciado durante o exercício.

5.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Metas Nacionais

As metas nacionais são fixadas em comum acordo pelos presidentes dos tribunais, conforme estabelecido nos encontros nacionais do Poder Judiciário.

O CNJ não fixa metas, restringindo-se o seu papel a organizar, coordenar e monitorar os resultados.

Os resultados parciais apurados até janeiro de 2015 são os seguintes:

Meta 1 de 2014 – Todos os segmentos de Justiça:

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Meta 1	
Esfera da Justiça	Percentual de Cumprimento
Estadual	92,72%
Federal	81,68%
Trabalho	97,44%
Eleitoral	114,02%
Militar Estadual	109,42%
STJ	88,49%
TST	102,81%
TSE	--
STM	103,08%
Panorama Nacional	91,80%

Meta 2 de 2014 – Todos os segmentos de Justiça:

Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos:

No Superior Tribunal de Justiça, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009;

Na Justiça Militar da União, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º grau, e 95% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no STM;

Na Justiça Federal, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2008 e 80% dos distribuídos em 2009, no 1º grau e no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2010, e 80% dos distribuídos em 2011, nos Juizados Especiais e Turmas Recursais Federais;

Na Justiça do Trabalho, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2011 e 80% dos processos distribuídos até 2012, nos 1º e 2º graus, e 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011, no TST;

Na Justiça Eleitoral, 90% dos processos distribuídos até 31/12/2011;

Nos Tribunais de Justiça Militares Estaduais, 95% dos processos distribuídos até 31/12/2012, no 1º grau, e até 31/12/2013, no 2º grau; e

Na Justiça Estadual, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º grau, e até 31/12/2011, no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011, nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais Estaduais.

Esfera da Justiça	Meta 2 - Percentual de Cumprimento						
	Até 31.12.2008	Em 2009	Até 31.12.2010	Em 2011	Até 31.12.2011	Até 31.12.2012	Até 31.12.2013
Estadual - 1º Grau comum, Juizados e Turmas	--	--	71,50%	--	80,77%	--	--
Estadual - 2º grau	--	--	--	--	111,86%	--	--
Federal	91,38%	108,33%	96,96%	119,77%	--	--	--
Trabalho	--	--	--	--	104,84%	116,57%	--
Eleitoral	--	--	--	--	94,32%	--	--
Militar Estadual	--	--	--	--	--	103,16%	104,73%
STJ	96,96%	119,35%	--	--	--	--	--

TST	--	--	--	--	103,35%	--	--
TSE	--	--	--	--	--	--	--
STM - Tribunal	--	--	--	--	--	103,07%	--
STM - Auditorias	--	--	--	--	--	104,63%	--

Meta 3 de 2014 – Justiça Estadual, Justiça do Trabalho, Justiça Militar da União e Justiça Militar Estadual:

Estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.

Meta 3	
Esfera da Justiça	Percentual de Cumprimento
Estadual	39,01%
Trabalho	74,31%
Militar Estadual	100,00%
TST	33,33%
STM	64,29%
Panorama Nacional	56,29%

Meta 4 de 2014 – Justiça Estadual, Justiça Federal, Justiça Militar da União, Justiça Militar Estadual e Superior Tribunal de Justiça:

Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual, na Justiça Militar da União e nos Tribunais de Justiça Militar Estaduais, as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012, e na Justiça Federal e no STJ, 100% das ações distribuídas até 31 de dezembro de 2011 e 50% das ações distribuídas em 2012.

Esfera da Justiça	Meta 4 - Percentual de Cumprimento		
	Até 31.12.2011	Em 2012	Até 31.12.2012
STJ	83,43%	132,57%	--
STM	--	--	85,64%
Estadual	--	--	50,22%
Federal	63,73%	92,09%	--
Militar Estadual	--	--	96,81%
Panorama Nacional	65,64%	97,40%	50,53%

Meta 5 de 2014 – Justiça Federal e Justiça do Trabalho:

Reduzir o congestionamento, em relação à taxa média de 2013 e 2012, na fase de cumprimento de sentença e de execução: em 10% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença na Justiça Federal; em qualquer percentual quanto às execuções fiscais e em 5% quanto às execuções não fiscais e cumprimento de sentença, na Justiça do Trabalho.

Esfera da Justiça	Meta 5 - Percentual de Redução	
	Cumprimento de Sentença e da Execução Não Fiscal	Execução Fiscal
Federal	-18,80%	--
Trabalho	6,12%	3,06%
Panorama Nacional	0,84%	3,06%

Meta 6 de 2014 – Justiça Estadual e Justiça do Trabalho:

Identificar e julgar, até 31/12/2014, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2011, no 1º Grau e no TST, e até 31/12/2012, no 2º Grau.

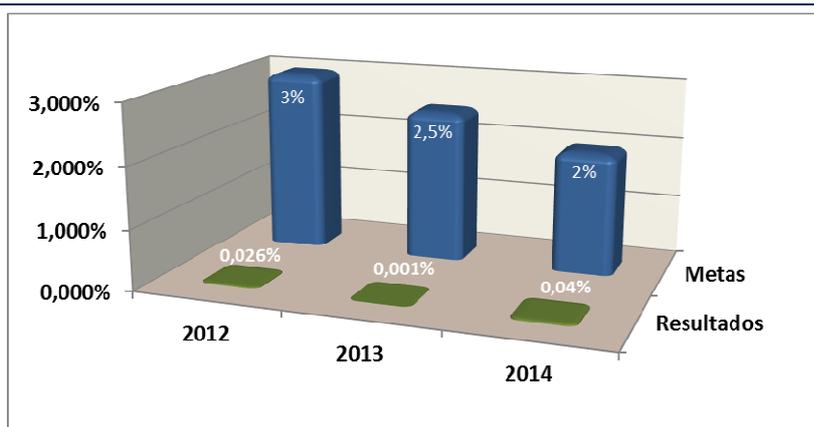
Esfera da Justiça	Meta 6 - Percentual de Cumprimento	
	Até 31.12.2011	Até 31.12.2012
TST	100,00%	--
Estadual	58,91%	30,03%
Trabalho	67,20%	70,06%

-- Meta não aplicável ao segmento, tribunal ou instância ou não informada pelo tribunal

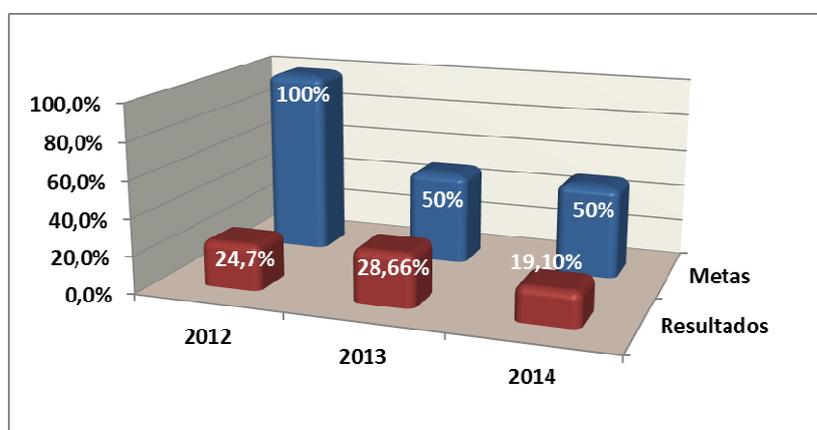
Com relação às metas estabelecidas para o próprio CNJ vide item 5.1 e 5.4.

5.4 Indicadores de desempenho operacional

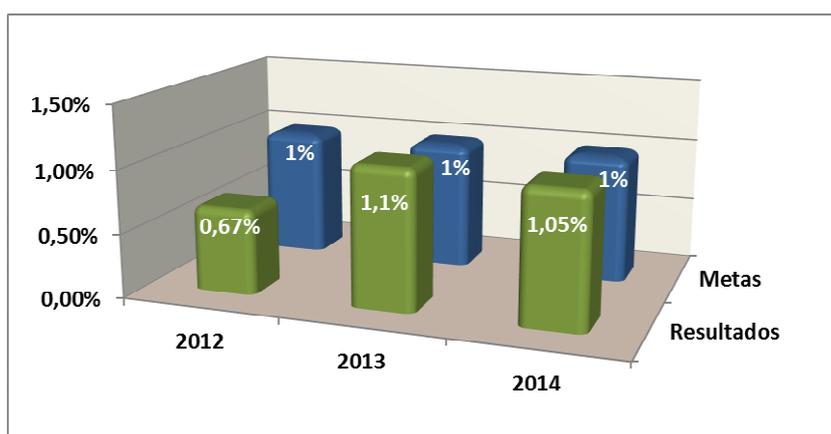
<p>Tema: Gestão de Pessoas</p> <p>Objetivo Estratégico: Motivar e comprometer Conselheiros, Magistrados e Servidores com a execução da Estratégia.</p> <p>Descrição do Objetivo: Elevar o nível de comprometimento e motivação dos Conselheiros, Magistrados e Servidores para viabilizar a execução da estratégia.</p>
<p>Indicadores e resultados vinculados</p> <p>Indicador 06: Índice de absenteísmo</p>



Indicador 07: Índice de prevenção de saúde



Indicador 08: Índice de ausência por motivo de saúde



Tema: Eficiência Operacional

Objetivo Estratégico:

Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.

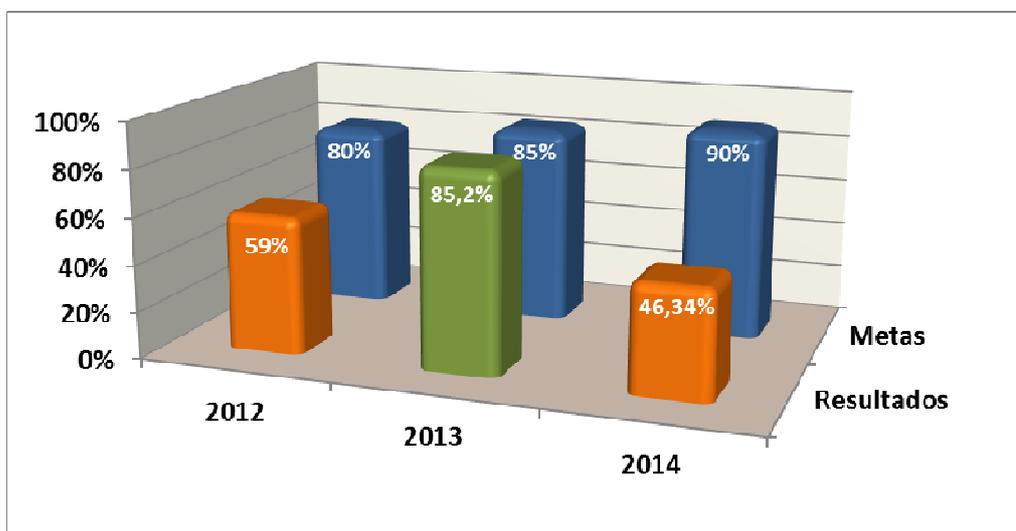
Descrição do Objetivo:

Garantir a economicidade dos recursos por meio da racionalização na aquisição e utilização de todos

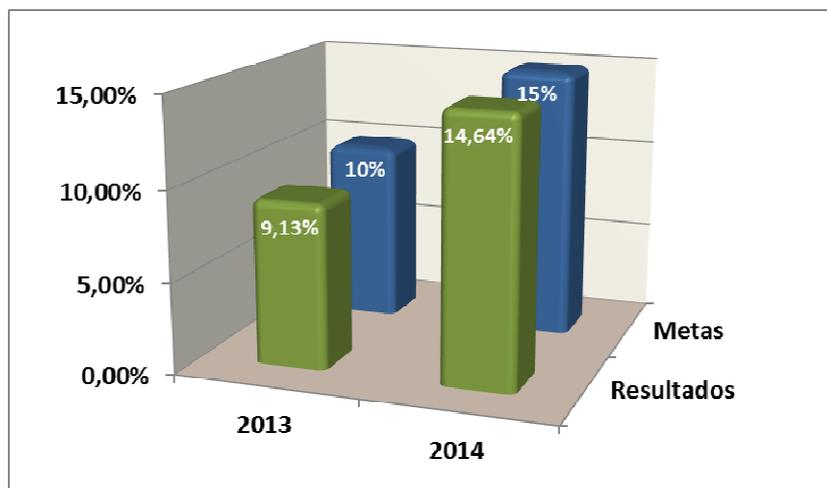
os materiais, bens e serviços (promover ações de Responsabilidade Ambiental), e da melhor alocação dos recursos humanos necessários à prestação jurisdicional.

Indicadores e resultados vinculados

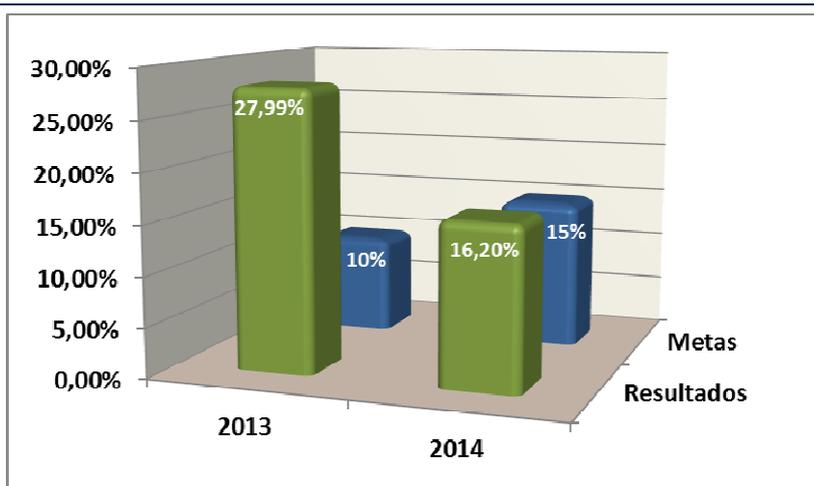
Indicador 42: Índice de agilidade na tramitação dos processos de aquisição de bens e Serviços



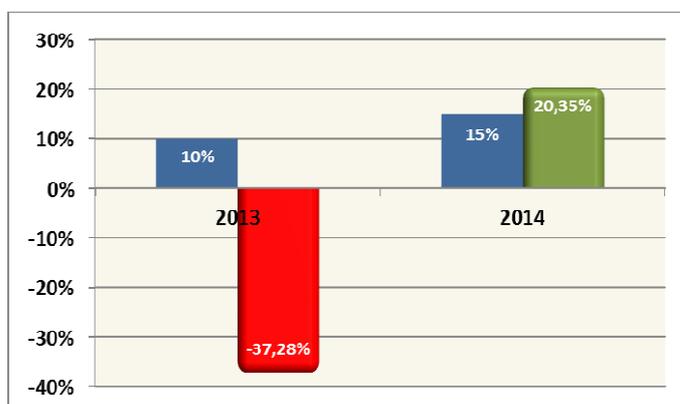
Indicador 47: Redução do consumo de material de insumos per capita



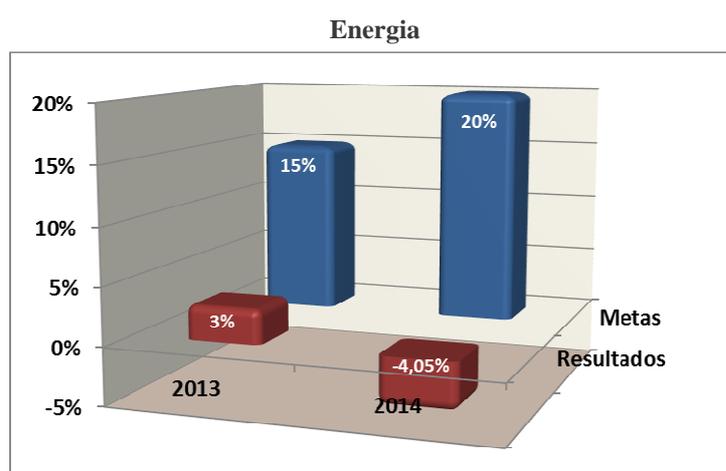
Indicador 48 – Redução nas despesas de combustível, por veículo



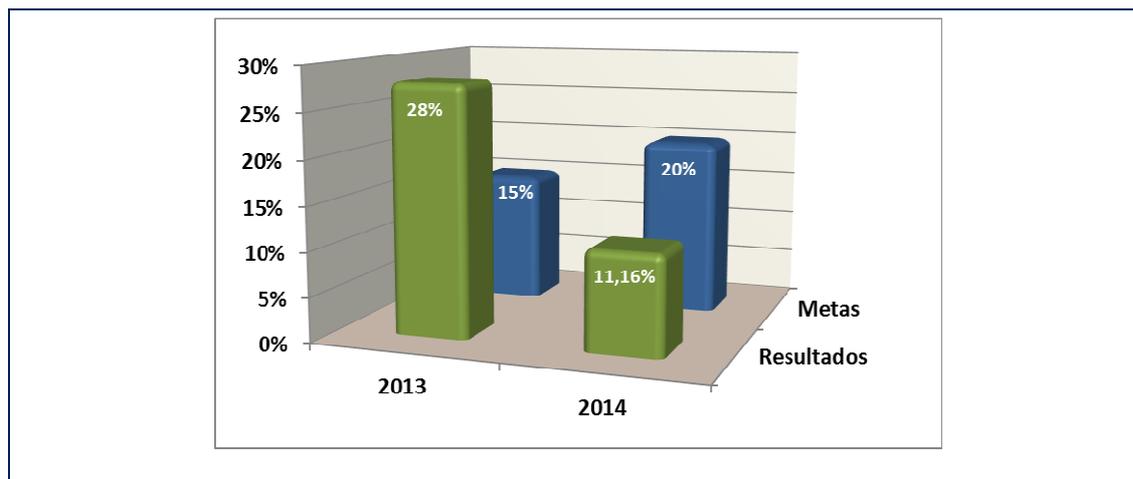
Indicador 49: Redução das despesas de telefonia



Indicador 50: Redução de consumo de água e energia per capita



Água



5.5 Custos de Produtos e Serviços

O Conselho Nacional de Justiça já iniciou as tratativas com a Secretaria de Tesouro da Nacional para implantação do Sistema de Custos do Governo Federal âmbito do CNJ, conforme informado no item 12.2

Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

Item 6 - Parte A, do Anexo II, da DN TCU nº 134/2013

6. Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

6.1 Demonstração da execução das despesas

Quadro A.6.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária: Conselho nacional de Justiça		Código UO: 17101		UGO: 040003	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		47.824.692,00		101.839.370,00	
CRÉDITOS	Suplementares	9.664.160,00		4.656.032,00	
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados		-9.312.160,00		-1.194.000,00	
Outras Operações					
Dotação final 2014 (A)		48.176.692,00		105.301.402,00	
Dotação final 2013(B)		42.589.024,00		86.443.607,00	
Variação (A/B-1)*100		13,12		21,82	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		69.598.052,00			
CRÉDITOS	Suplementares	1.144.000,00			
	Especiais	Abertos			
		Reabertos			
	Extraordinários	Abertos			
		Reabertos			
Créditos Cancelados		-3.539.505,00			
Outras Operações					
Dotação final 2014 (A)		67.202.547,00			
Dotação final 2013(B)		69.237.626,00			
Variação (A/B-1)*100		-2,939267444			

Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais

Foram consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2014 R\$ 47.824.692,00. Foram realizadas as seguintes suplementações:

- Acréscimo de R\$ 8.223.651,00, na ação 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União, de acordo com a Portaria CNJ nº 49, de 8 de abril de 2014;

- b) Acréscimo de R\$ 1.088.509,00, na ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais, de acordo com a Portaria CNJ nº 49, de 8 de abril de 2014;
- c) Acréscimo de R\$ 352.000,00, na ação 00H7 – Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos e Carreiras e Revisão de Remunerações, de acordo com o Decreto de 7 de outubro de 2014;
- d) Cancelamento de R\$ 8.223.651,00, na ação 0C04 – Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações, de acordo com a Portaria CNJ nº 49, de 8 de abril de 2014;
- e) Cancelamento de R\$ 1.088.509,00, na ação 00H7 – Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Provimento de Cargos e Funções e Reestruturação de Cargos, Carreiras e Revisão de Remunerações, de acordo com a Portaria CNJ nº 49, de 8 de abril de 2014.

Grupo 3 – Outras Despesas Correntes

A dotação inicial deste grupo de despesa foi de R\$ 101.839.370,00. Durante o exercício, foram realizadas as seguintes suplementações:

- a) Acréscimo de R\$ 3.539.505,00 na ação 1K27 – Modernização da Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira, de acordo com a Portaria CNJ nº 54, de 25 de abril de 2014;
- b) Acréscimo de R\$ 21.000,00, na ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares, de acordo com o Decreto de 7 de outubro de 2014;
- c) Acréscimo de R\$ 701.000,00, na ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares, de acordo com o Decreto de 7 de outubro de 2014;
- d) Acréscimo de R\$ 3.527,00, na ação 2011 – Auxílio-Transporte, de acordo com o Decreto de 29 de maio de 2014;
- e) Acréscimo de R\$ 190.000,00, na ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados e Militares e seus Dependentes, de acordo com o Decreto de 3 de novembro de 2014;
- f) Acréscimo de R\$ 45.000,00, na ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares, de acordo com o Decreto de 3 de novembro de 2014;
- g) Acréscimo de R\$ 106.000,00, na ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares, de acordo com o Decreto de 3 de novembro de 2014;
- h) Acréscimo de R\$ 50.000,00, na ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares, de acordo com a Portaria CNJ nº 193, de 3 de dezembro de 2014;
- i) Cancelamento de R\$ 1.144.000,00 na ação 2B65 – Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos, de acordo com a Portaria CNJ nº 49, de 8 de abril de 2014;
- j) Cancelamento de R\$ 50.000,00 na ação 2B65 – Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos, de acordo com a Portaria CNJ nº 193, de 3 de dezembro de 2014.

Grupo 4 – Investimentos

A dotação inicial deste grupo de despesa foi de R\$ 69.598.052,00. Durante o exercício, foram realizadas as seguintes suplementações:

- a) Acréscimo de R\$ 1.144.000,00 na ação 2B65 – Apreciação e Julgamento de Processos Disciplinares e Administrativos, de acordo com a Portaria CNJ nº 49, de 8 de abril de 2014.
- b) Cancelamento de R\$ 3.539.505,00 na ação 1K27 – Modernização da Infraestrutura de Tecnologia da Informação da Justiça Brasileira, de acordo com a Portaria CNJ nº 54, de 25 de abril de 2014.

6.1.2 Movimentação de créditos interna e externa

Não foi preenchido o Quadro A.6.1.2.1 (Movimentação orçamentária Interna por Grupo de Despesa) pois não se aplica ao Conselho Nacional de Justiça.

Quadro A.6.1.2.2 – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	040003	040001	17101.02.301.1389.2004			10.185,22
Concedidos	040003	040001	17101.02.131.1389.2549			293.229,36
Concedidos	040003	040001	17101.02.032.1389.2B65			1.134.947,15
Concedidos	040003	050001	17101.02.032.1389.2B65			2.630,20
Concedidos	040003	90026	17101.02.032.1389.2B65			25.490,28
Concedidos	040003	154003	17101.02.032.1389.2B65			1.070.071,14
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos	040003	154003	17101.02.032.1389.2B65	R\$ 53.333,00		

6.1.3 Realização da despesa

Quadro A.6.1.3.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Conselho Nacional de Justiça	Código UO: 17101		UGO: 040003	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	45.069.647,62	34.888.468,78	44.984.121,60	34.328.215,01
a) Tomada de Preços	236,01		236,01	
b) Concorrência	505.729,36	261.009,94	505.729,36	261.009,94
c) Pregão	44.563.682,25	34.627.458,84	44.478.156,23	34.067.205,07
2. Contratações Diretas (h+i)	1.955.298,27	3.636.050,34	1.954.098,31	3.633.320,14
d) Dispensa	872.567,97	2.834.242,87	871.368,01	2.831.512,67
e) Inexigibilidade	1.082.730,30	801.807,47	1.082.730,30	801.807,47
3. Regime de Execução Especial	6.034,39	3.944,94	6.034,39	3.944,94
f) Suprimento de Fundos	6.034,39	3.944,94	6.034,39	3.944,94
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	40.148.135,86	30.911.504,29	40.148.135,86	30.911.504,29
g) Pagamento em Folha	39.042.641,98	29.410.628,32	39.042.641,98	29.410.628,32
h) Diárias	1.105.493,88	1.500.875,97	1.105.493,88	1.500.875,97
5. Outros	7.275.958,58	5.753.506,39	7.275.958,58	5.753.506,39
6. Total (1+2+3+4+5)	94.455.074,72	75.193.474,74	94.368.348,74	74.630.490,77

Quadro A.6.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Total.

Unidade Orçamentária: Conselho Nacional de Justiça			Código UO: 17101			UGO: 040003		
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1. Pessoal								
Vencimentos e Vantagens fixas - Pessoal Civil	34.008.654,31	25.013.213,59	33.036.355,75	24.738.884,55	972.298,56	274.329,04	33.036.355,75	24.738.884,55
Obrigações Patronais - OP. Intra - Orçamentárias	4.944.509,00	3.410.317,26	4.879.190,64	3.404.263,65	65.318,36	6.053,61	4.879.190,64	3.404.263,65
Ressarcimento de Despesa de Pessoal Requisitado	1.216.500,00	1.389.776,20	652.624,59	921.776,20	563.875,41	468.000,00	652.624,59	921.776,20
Demais elementos do grupo	776.442,50	493.435,54	474.471,00	345.703,92	301.971,50	147.731,62	474.471,00	345.703,92
3. Outras Despesas Correntes								
Locação de Mão de Obra	35.022.854,04	32.620.128,75	29.860.806,38	26.723.416,21	5.162.047,66	5.896.712,54	29.829.597,81	26.307.094,41
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	12.964.566,42	13.401.762,48	10.109.454,68	8.292.903,87	2.855.111,74	5.108.858,61	10.094.071,37	8.243.691,88
Material de Consumo	3.380.549,54	2.833.189,59	2.053.368,29	774.460,44	1.327.181,25	2.058.729,15	2.047.286,43	772.121,19
Demais elementos do grupo	11.168.947,45	9.835.054,56	9.677.124,84	8.650.352,65	1.491.822,61	1.184.701,91	9.677.124,84	8.558.427,33

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
4. Investimentos								
Equipamentos e Material Permanente	38.128.873,04	58.565.350,88	2.176.910,77	1.217.926,88	35.951.962,27		57.347.424,00	2.142.858,53
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.388.358,77	968.685,59	1.257.199,82	67.119,70	1.131.158,95		901.565,89	1.257.199,82
Obras e Instalações	356.379,64	11.666,67	229.234,96	11.666,67	127.144,68			229.234,96
Demais elementos do grupo	53.333,00	55.000,00	48.333,00	45.000,00	5.000,00		10.000,00	48.333,00
								45.000,00

Os Quadros A.6.1.3.2 (Despesas executadas diretamente pela UJ, por modalidade de contratação – Créditos Originários), A.6.1.3.4 (Despesas executadas diretamente pela UJ – Créditos Originários), A.6.1.3.5 (Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação) e A.6.1.3.6 (Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação) não foram preenchidos, pois não se aplicam ao CNJ.

6.2 Despesas com publicidade e Propaganda

Quadro A.6.2 – Despesas com Publicidade

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores Liquidados
Institucional	2549 – Comunicação e Divulgação Institucional	R\$ 1 44.519,96	R\$ 1 27.254,96
		R\$ 4 .491.632,61	R\$ 3 .819.883,64
		R\$ 5.238,90	R\$ 5.238,90
		R\$ 495.017,73	R\$ 420.627,05
		R\$ 3 26.621,31	R\$ 3 25.871,31
Legal	Não se aplica		
Mercadológica	Não se aplica		
Utilidade pública	Não se aplica		
	TOTAL	R\$ 5.463.030,51	R\$ 4.698.875,86

Divulgação institucional do Conselho Nacional de Justiça

Em 2014, a área de Comunicação Institucional planejou, produziu, executou e divulgou, inclusive com a produção de peças publicitárias e materiais gráficos, aproximadamente 30 campanhas institucionais, eventos internos e externos e apoio a eventos de outras instituições.

No âmbito das Mídias Sociais do CNJ, o número de posts publicados em todas as redes sociais em 2014 foram de 5.437, incluindo Facebook, YouTube, Twitter e Instagram. O Facebook obteve 794.368 novos seguidores desde janeiro/2014 – 1,1 milhão de seguidores atualmente; no Twitter, o crescimento foi de 59.793 novos seguidores – 278 mil, no total; no Instagram, 9.931 e no YouTube, 4.272. A Coordenação de imprensa foi responsável pela redação, produção, revisão, edição e publicação de 1.986 matérias jornalísticas no Portal do CNJ; 5.060 fotografias e suas respectivas publicações no Flickr institucional do CNJ.

Assim como o atendimento de 2.398 demandas jornalísticas sobre a atuação do CNJ. Ainda, de acordo com a empresa de Clipping Capital Info, houve citação direta ao CNJ em 7.988 matéria jornalística em 2014, sendo 4.175,00 na Internet, 3.231 Na mídia impressa e 582 na TV.

6.3 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recurso

O presente item não se aplica ao CNJ.

6.4 Demonstração da movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro A.6.4 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	73.404.106,37	67.964.840,50	4.286.480,43	1.152.785,44
2012	R\$ 3.993.761,00	R\$ 571.122,10	R\$ 556.746,28	2.865.892,62
...				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	562.983,97	186.544,92	24.697,95	351.741,10
2012	R\$ 15.150,41	R\$ 15.150,41	R\$ 0,00	0,00
...				0,00

Análise Crítica da Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

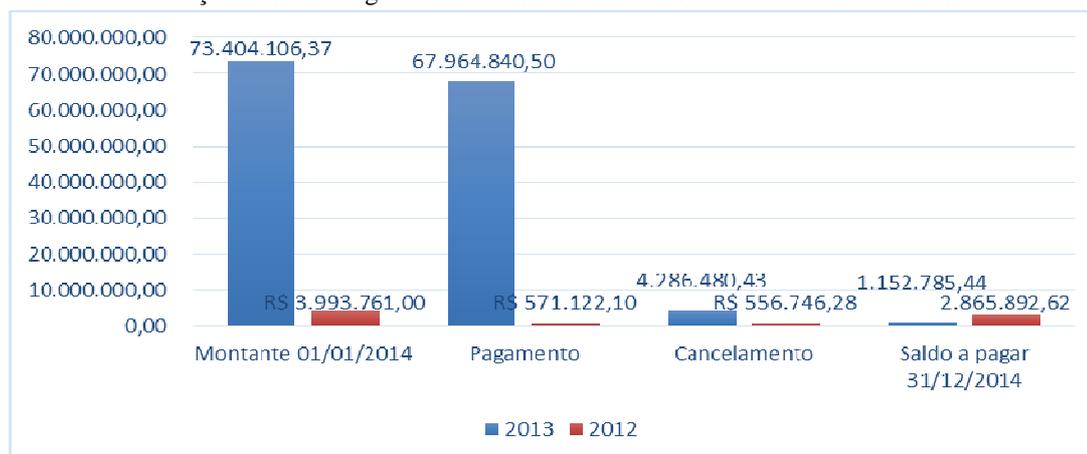
De acordo com a Lei nº 4.320/64 consideram-se restos a pagar as despesas empenhadas e não pagas até 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Os Restos Não Processados caracterizam as despesas apenas empenhadas até o término do exercício, e os processados aqueles que já foram objeto de liquidação. Para ambas as situações, o prazo de vigência encontra-se definido inicialmente no Decreto nº 93.872/86, consideram válidos até 30 de junho do segundo ano subsequente ao da sua inscrição.

Em 2012 e 2013, em obediência ao disposto no Decreto nº 93.872, de 23.12.86, a inscrição dos empenhos em Restos a Pagar Não Processados a Liquidar foi condicionada à indicação pelo Ordenador de Despesa. As despesas inscritas em restos a pagar não processados foram segregadas em exigíveis e não exigíveis com a finalidade de assegurar a transparência na composição patrimonial. Os restos a pagar exigíveis ou em liquidação são os empenhos em que o fato gerador da obrigação tenha ocorrido, mas a sua liquidação não pode ser efetuada. Enquanto os restos a pagar não exigíveis ou a liquidar são os empenhos que o prazo para cumprimento da obrigação está vigente ou vencido esse prazo haja interesse da Administração.

Foram reinscritos em Restos a Pagar Não Processados de 2012 no exercício de 2014, o montante de aproximadamente R\$ 4 milhões sendo executados e pagos no exercício de 2014, cerca de R\$ 571 mil, representando 14% em relação ao montante inscrito. O valor remanescente do exercício de 2012 foi reinscrito para 2014 em virtude da prorrogação prevista no art. 3º do Decreto nº 7.654/2011, que possibilitou a execução desses empenhos até 30 de junho de 2014 e bloqueado no dia seguinte por força do citado Decreto. Ressalta-se que um montante de aproximadamente 2,9 milhões desse saldo não executado se refere ao Contrato CNJ nº 49/2012 - Aquisição de Salas Seguras para o TJMT o qual foi desbloqueado em virtude de seu processo de liquidação estar em curso com previsão futura de pagamento.

A respeito dos Restos a Pagar não Processados de 2013, do montante de R\$ 73 milhões inscritos aproximadamente 92% foram efetivamente pagos restando saldo de cerca de R\$ 1,1 milhões reinscritos no exercício de 2015. O Gráfico abaixo resume os valores executados:

Resumo da execução Restos a Pagar Não Processados inscritos em exercícios anteriores



Fonte: Elaboração própria. Dados: Siafi Gerencial

6.5 Informações sobre transferência de recursos

Quadro A.6.5.1 – Caracterização dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de referência

CNPJ: 07.421.906/0001-29				UG/GESTÃO: 040003					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contra partida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	01/2010	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	6.674.659,60		1.123.404,14	4.384.021,74	26/01/2010	31/12/2016	1
5	04/2011	Conselho da Justiça Federal	80.309,00		25.490,28	77.895,41	31/05/2011	30/05/2015	1
3	07/2013	Supremo Tribunal Federal	-		1.438.361,73	2.406.094,38	02/07/2013	01/07/2018	1
3	08/2013	Conselho Nacional do Ministério Público	200.000,00		0,00	0,00	01/08/2013	31/07/2014	7
3	09/2013	Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário	-		0,00	0,00	22/10/2013	21/10/2018	4
3	15/2013	STJ, STF, outros				44.436,71	16/08/2013	15/08/2018	1
3	Aquisição de bilhetes aéreos	STJ			2.630,20	39.408,90			4

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso
- 5 - Termo de Execução Descentralizada (incluído por força do Decreto n. 8.180/2013)

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: Seção de Contratos e Seção de Contabilidade /CNJ

Quadro A.6.5.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Conselho Nacional de Justiça					
CNPJ:	07.421.906/0001-29					
UG/GESTÃO:	040003					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Termo de Cooperação	0	4	3	2.587.256,15	1.968.982,78	3.844.918,54
Totais	0	4	3	2.587.256,15	1.968.982,78	3.844.918,54
Obs: Sobre o valor do montante repassado no exercício de 2013, dos R\$81.215,41 repassados ao STJ conforme informado no relatório de gestão de 2013, R\$36.778,70 foram repassados mediante descentralização de recursos visando cobrir despesas com emissão de passagens aéreas nacionais com a finalidade de manutenção de atividades essenciais do CNJ que demandaram deslocamento e não puderam ser emitidas pelo contrato CNJ 03/2010.						

Fonte: Seção de Contratos e Seção de Contabilidade /CNJ

Quadro A.6.5.3 – Resumo da prestação de conta sobre transferências concedidas pelo CNJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente			
Nome: Conselho nacional de Justiça			
CNPJ: 07.421.906/0001-29		UG/GESTÃO: 040003	
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)
			Termo de Cooperação
2014	Contas Prestadas	Quantidade	3
		Montante Repassado	1.466.482,21
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-
		Montante Repassado	-
2013	Contas Prestadas	Quantidade	8
		Montante Repassado	4.699.950,42
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-
		Montante Repassado	-
2012	Contas Prestadas	Quantidade	4
		Montante Repassado	1.302.492,09
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-
		Montante Repassado	-

Anteriores a 2012	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	-
		Montante Repassado	-
Fonte: Seção de Contratos e Seção de Contabilidade /CNJ			

O Quadro A.6.5.4 – Visão Geral da Análise da Prestação de Contas de Convênios e Contratos de Repasse não foi preenchido, pois não se aplica ao CNJ.

Termo de Cooperação nº 01/2010 (TC nº 01/2010)

As prestações de contas dos exercícios de 2012 e 2013 foram devidamente prestadas. Em relação ao exercício de 2014, o Relatório de Prestação de Contas deve ser encaminhado até 30/06/2015, 120 (cento e vinte) dias após o término do exercício a que se refere à prestação de contas, conforme parágrafo quarto da Cláusula Quarta, do referido Termo de Cooperação, cláusula estabelecida pelo 3º Termo Aditivo.

As prestações de contas no decorrer dos últimos exercícios têm sido prestadas dentro do prazo regulamentar.

As oscilações ocorridas no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios se deram em razão da natureza do objeto do TC nº 01/2010, que é a realização de atividades de fomento à pesquisa, mediante o incentivo e a concessão de bolsas de estudo. Dessa forma, a quantidade de bolsistas nos projetos de pesquisa oscila entre os exercícios, o que acarreta a variação dos recursos.

A análise das prestações de contas evoluiu conforme o conhecimento do TC nº 01/2010 tornou-se mais maduro, tanto no âmbito do CNJ quanto da própria Capes, tendo disso realizadas, para esse objetivo, reuniões entre as áreas de orçamento (SOF/CNJ), Secretaria de Administração (SAD/CNJ), controle interno (SCI/CNJ), e o Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ/CNJ), bem como entre o CNJ e a Capes, para fixação de objetivos, ajustes e interesses mútuos.

O gerenciamento e controle das transferências ocorrem de forma colaborativa, tendo sido elaborada uma planilha detalhada com os valores de cada projeto de pesquisa, a qual tem sido alimentada com as Ordens Bancárias e demais documentos de transferência e pagamento de recursos, servindo ao gerenciamento e controle do TC nº 01/2010.

As transferências de recursos decorrentes do TC nº 01/2010 mostraram-se efetivas em relação ao objetivo do projeto, uma vez que este tem conseguido fomentar projetos de pesquisa nos temas direcionados ao sistema de justiça criminal, à análise do desempenho dos órgãos do Poder Judiciário, ao aprimoramento dos instrumentos para uma prestação jurisdicional mais eficiente, à atuação do Conselho Nacional de Justiça e suas interfaces com outros órgãos, e à utilização da tecnologia da informação para o aprimoramento da Justiça.

Termo de Cooperação nº 07/2013 (TC nº 07/2013)

O ajuste tem por objeto a parceria celebrada entre o CNJ e o STF destinada às demandas relativas ao funcionamento do CNJ, cujas despesas são ressarcidas mediante critérios de rateio de despesas previamente definidos no início de cada exercício.

A prestação de contas ocorre regularmente no mês de setembro de cada exercício.

O controle das despesas é realizado por cada um dos gestores das áreas demandantes indicados pela Administração. Os gestores são responsáveis por encaminhar as demandas no início do exercício que, se aprovadas pelos partícipes, terão suas execuções também fiscalizadas pelos gestores.

No mês de setembro, o STF apresenta a planilha de custos decorrentes das solicitações demandas pelo CNJ, contendo a data da solicitação, a descrição dos serviços, a classificação da despesa, o nome da empresa prestadora dos serviços e o valor.

Essas informações são submetidas à apreciação dos gestores para ateste.

Termo de Cooperação nº 01/2011 (TC nº 01/2011)

Celebrado entre o CNJ, o STF e o CJP, o objeto do ajuste é a conjugação de esforços dos partícipes para a realização de serviços gráficos relativos à comunicação institucional do STF e o STF, por meio da gráfica do CJP.

Como os serviços são executados por demanda, a descentralização ocorre mediante a comprovação das despesas de cada Ordem de Serviço. A prestação de contas ocorre previamente à descentralização dos recursos.

6.6 Informações sobre Suprimento de Fundos

Quadro A.6.6.1 – Concessão de suprimento de fundos

Exercício Financeiro	40003		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	1833540522	AILTON DA SILVA SANTOS	2	8.000,00			
	29970121715	SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO	2	8.000,00			
	55265030115	KARLLA SILENE LIMA DA CUNHA	3	12.000,00			
	69168903120	SUZANA BATISTA DOS SANTOS	4	16.000,00			
2013	54012708104	ROSSILANY MARQUES MOTA	2	8.000,00			
	69168903120	SUZANA BATISTA DOS SANTOS	6	24.000,00			
2012	1026991005	GABRIELA CORREA NOE	1	4.000,00			
	1737893150	LETICIA NICOLAU BRANDAO CALDAS	1	4.000,00			
	54012708104	ROSSILANY MARQUES MOTA	2	8.000,00			
	55265030115	KARLLA SILENE LIMA DA CUNHA	2	8.000,00			

Fonte: Siafi

Quadro A.6.6.2 – Utilização de suprimento de fundos

Exercício	40003		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
					Saque		Fatura	
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	1833540522	AILTON DA SILVA SANTOS	9	1.384,39				0,00
	29970121715	SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO	4	618,25				0,00
	55265030115	KARLLA SILENE LIMA DA CUNHA	10	1.655,05				0,00
	69168903120	SUZANA BATISTA DOS SANTOS	11	2.376,70				0,00
2013	54012708104	ROSSILANY MARQUES MOTA	2	650,00				0,00
	69168903120	SUZANA BATISTA DOS SANTOS	6	3.294,94				0,00

Fonte: Siafi

Quadro A.6.6.3 – Classificação dos gastos com suprimento de fundos no exercício de referência

40003		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
1833540522	AILTON DA SILVA SANTOS	339030	22	70,00
			24	391,79
			23	90,00
			21	337,80
			28	74,40
			16	44,40
			26	16,00
		339039	20	120,00
		63	240,00	
29970121715	SILVIA MARIA GUAPINDAIA PEIXOTO	339039	83	150,15
		339030	26	12,50
			24	399,60
			21	56,00
55265030115	KARLLA SILENE LIMA DA CUNHA	339039	83	330,60
			17	175,00
		339030	28	423,00
			26	440,02
			24	264,43
			25	22,00
69168903120	SUZANA BATISTA DOS SANTOS	339030	24	277,70
			25	40,00
			26	529,00
			28	336,00
			44	365,00
			17	304,00
			19	120,00
		339039	83	325,00
			5	80,00

Análise crítica sobre suprimento de fundos

No âmbito do CNJ, as despesas realizadas por meio de suprimento de fundos obedecem ao disposto na Instrução Normativa CNJ nº 8/2008, que foi editada pelo Presidente em consonância com a Lei n. 4.320/1964 e o Decreto-Lei nº 200/67. No ano de 2014, da despesa total liquidada, apenas 0,006% foi realizada mediante suprimento de fundos.

A norma está atualmente sendo atualizada, haja vista que na época que foi editada ainda não existia na estrutura do CNJ a Diretoria-Geral. Como a DG foi criada em 2010, a Portaria nº

112/2010 transferiu para o Diretor-Geral as atribuições referentes à gestão administrativa do órgão e de ordenação de despesas, incluídas nesta, a de autorizar a concessão de suprimento de fundos.

A norma prevê basicamente duas formas de entrega do numerário ao suprido: a) depósito por ordem bancária de crédito em conta corrente tipo “B”, em nome do suprido, aberta especificamente para esse fim; b) liberação de crédito no cartão de crédito corporativo do Banco do Brasil, para uso exclusivo do CNJ.

Até o momento, a Administração do CNJ optou por utilizar a primeira modalidade (depósito em conta Tipo “B”), visto que não há um elevado volume de processos de concessão de suprimento de fundos. Posição que poderá ser alterada após a revisão da Instrução Normativa CNJ nº 8/2008.

Atualmente, a prestação de contas é analisada e submetida à Diretoria-Geral para aprovação/rejeição das contas afim de realizar a baixa de responsabilidade do suprido ou apuração de possível infração aos ditames da Instrução Normativa já citada. Não se constatou irregularidade da aplicação destes recursos durante o exercício de forma que não foi instaurado nenhum processo de prestações de contas não aprovadas.

Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

Item 7 - Parte A, do Anexo II, da DN TCU nº 134/2013

7. Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

7.1. Estrutura de pessoal da unidade jurisdicionada

Quadro A.7.1.1.1– Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31 de dezembro de 2014

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	não há *	347	181	100
1.1. Membros de poder e agentes políticos (1.1.1+1.1.2)	não há *	23	13	25
1.1.1. Conselheiros	15	15	3	3
1.1.2. Juízes Auxiliares	não há *	8	10	22
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2 + 1.2.3)	não há *	324	168	75
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	298	253	141	29
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	não há **	não há **	não há **	não há **
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	não há *	1	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	não há *	70	27	46
2. Servidores com Contratos Temporários	não há ***	não há ***	não há ***	não há ***
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	não há *	22	10	9
4. Total de Servidores (1+ 3)		369	191	109

Fonte: Sistema SGRH/CNJ

* Não há limite definido por normativo para o quantitativo máximo autorizado.

** O Conselho Nacional de Justiça não possui servidores de carreira em exercício descentralizado.

*** O Conselho Nacional de Justiça não possui servidores com Contrato Temporário.

Quadro A.7.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva - Situação apurada em 31 de dezembro de 2014

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva ***	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	131	189
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.4+1.1.5)	131	189
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	116	133
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há*	Não há*
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	1
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	15	55
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há**	Não há**
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	21
4. Total de Servidores (1+2+3) ****	132	210

* O Conselho Nacional de Justiça não possui servidores de carreira em exercício descentralizado.

**O Conselho Nacional de Justiça não possui servidores com Contrato Temporário.

*** O critério adotado para separação das Áreas Meio e Fim foi o de que as unidades ligadas à Diretoria-Geral e Controle Interno são área meio e as restantes, ligadas à Secretaria Geral e Presidência, foram tratadas como Área Fim.

Quadro A.7.1.1.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ – Situação apurada em 31 de dezembro de 2014

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	74	74	35	34
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há***	Não há***	Não há***	Não há***
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior**	74	74	35	34
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	17	10*	4
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há***	Não há***	Não há***	Não há***
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	35	15	23
1.2.4. Sem Vínculo	-	22	10	7
1.2.5. Aposentados	Não há***	Não há***	Não há***	Não há***
2. Funções Gratificadas	102	95	60	63
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	67	39	18
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	Não há***	Não há***	Não há***	Não há***
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	28	21	45
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	176	169	95	97

Fonte: Sistema SGRH/CNJ

* Servidores de carreira vinculados ao Órgão que assumiram cargo em comissão no exercício, mas que já faziam parte do quadro de pessoal do CNJ.

** Foram incluídos os 4 cargos em comissão de Pesquisador (CJ-2), que não fazem parte do Grupo de Direção Chefia e Assessoramento

***O Conselho Nacional de Justiça não possui Cargos de Natureza Especial, Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado, nem Aposentados.

Quadro A.7.1.1.4 – Quantitativo Percentual dos Cargos em Comissão (Posição em 31/12/2014)

Cargos	Criados	Cargos Efetivos do CNJ	Poder Judiciário	Ocupados		Total	Vagos
				Outras Carreiras	Sem Vínculo		
CJ-4	1	0	1	0	0	1	0
CJ-3	31	7	12	5	7	31	0
CJ-2	28	6	12	1	9	28	0
CJ-1	14	4	3	0	6	13	1
Total	74	17	28	6	22	73	1
Ocupação		22,97%	37,84%	8,11%	29,73%	98,65%	1,35%

Quadro A.7.1.1.5 – Quantitativo Percentual das Funções Comissionadas (Posição em 31/12/2014)

Cargos	Criados	Ocupados					Vagos
		Cargos Efetivos do CNJ	Poder Judiciário União	Poder Judiciário Estadual	Outras Carreiras	Total	
FC-6	84	52	17	6	6	81	3
FC-5	12	11	0	0	0	11	1
FC-4	6	5	0	0	0	5	1
FC-3	0	0	0	0	0	0	0
FC-2	0	0	0	0	0	0	0
FC-1	0	0	0	0	0	0	0
Total	102	68	17	6	6	97	5
Ocupação		66,67%	16,67%	5,88%	5,88%	95,10%	
		TOTAL: 83,34%					

Análise Crítica

Responsável pelo controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, bem como do cumprimento dos deveres funcionais dos Juízes, o Conselho Nacional de Justiça - CNJ tem se consolidado não só como órgão de controle, mas, sobretudo, como formulador de uma política judiciária nacional. Todavia, em que pesem suas elevadas atribuições, o CNJ ainda possui uma estrutura de pessoal reduzida.

O provimento de cargos efetivos deste Conselho só teve início em julho de 2008, em virtude da criação de cargos e de funções pela Lei nº 11.618, de 19 de dezembro de 2007. Já o primeiro concurso público do CNJ só se realizou no ano de 2013, para provimento de 177 cargos de nível médio (Técnico Judiciário) e superior (Analista Judiciário), criados pela Lei nº 12.463, de 4 de agosto de 2011, e para formação de cadastro de reserva. No ano de 2014 o quantitativo de ingressos foi elevado (191) em virtude, principalmente, da convocação dos servidores efetivos do concurso público. Assim, tem-se que, em 31 de dezembro de 2014, a força de trabalho era composta por 253 servidores efetivos, 70 servidores requisitados, 1 servidor em exercício provisório, 22 servidores sem vínculo com a Administração Pública, 15 Conselheiros e 8 Juízes Auxiliares, totalizando 369 servidores e membros.

Desse modo, observa-se que o quantitativo de servidores é reduzido ante a vultosa competência do Conselho. Contudo, destaca-se a excelência do trabalho desenvolvido pela Alta administração e pelos servidores no cumprimento da missão e na persecução da estratégia organizacional. Destaca-se ainda o crescimento do órgão ao longo do ano, com o ingresso de elevado número de servidores de carreira a ele vinculados e diminuição do quantitativo de servidores requisitados ou sem vínculo com a Administração Pública, se comparado com o quadro de 2013. Em 2013, o total de servidores de carreira era de 136, passando para 253 em 2014, significando um acréscimo de 85%.

No que tange à distribuição da lotação efetiva entre área meio e área fim, constata-se que o número de servidores vinculados à área administrativa é de 133, o que representa 38% do total de servidores do órgão; e que o número de servidores vinculados à área judiciária é de 213, representando 62% do total de servidores do CNJ. Sendo assim, demonstra-se que há prevalência de

servidores na área fim e que, em consonância com o entendimento adotado pelo Judiciário e na minuta de Resolução que tramita no CNJ, os percentuais estão próximos dos 70% (área fim) X 30% (área meio), considerados ideais.

Em relação à estrutura de cargos e funções comissionadas, ressalta-se que, do total de 346 servidores, 169 são ocupantes de cargos ou função e que, destes, 46 servidores estão na área meio, contra 123 na Área Fim.

Segundo a Lei nº 11.416/2006, pelo menos 50% dos cargos em comissão, no âmbito de cada órgão do Poder Judiciário, devem ser destinados a servidores efetivos integrantes de seu quadro de pessoal. A lei determina ainda que cada órgão destinará, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do total das funções comissionadas para serem exercidas por servidores integrantes das Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União.

Em cumprimento desse dispositivo legal, o Conselho Nacional de Justiça vem, gradativamente, aumentando o percentual de ocupação de cargos em comissão por servidores efetivos. Em 31/12/2010, tal percentual correspondia a 12,77%; em 31/12/2011, era de 13,46%; em 31/12/2012, correspondia a 14,86%; em 31/12/2013, correspondeu a 17,57%; já em 2014, o percentual passou a ser de 22,97%.

O percentual imposto pela legislação ainda não foi alcançado tendo em vista o recente quadro de servidores efetivos do CNJ, uma vez que o primeiro concurso do órgão ocorreu em 2013. Assim, a substituição dos servidores cedidos e requisitados ocorrerá gradativamente à medida que os novos servidores estiverem preparados para assumir cargos comissionados. A Diretoria-Geral implantará plano de substituição para o efetivo cumprimento da Lei. Ademais, a Secretaria de Gestão de Pessoas apresentará proposta de Instrução Normativa para disciplinar o assunto.

Quanto ao disposto no § 1º do art. 5º da citada Lei, o Conselho Nacional de Justiça vem cumprindo o percentual exigido para designação de funções de confiança, que, em 31/12/2014, corresponde a 81,38%.

No que concerne aos afastamentos, salienta-se que, em 31 de dezembro de 2014, havia 4 servidores afastados, o que corresponde a 1% da força de trabalho e representa um diminuto impacto nas atividades desenvolvidas. Já em relação às aposentadorias, evidencia-se que não há servidores aposentados ou próximos do tempo de aposentadoria.

7.1.2 Qualificação e capacitação da força de trabalho

O programa de educação corporativa do Conselho Nacional de Justiça - CNJ foi regulamentado pela Instrução Normativa nº 25, de 24 de julho de 2009. A capacitação permanente tem por finalidade proporcionar aos servidores e aos gestores a qualificação e o aperfeiçoamento necessários ao cumprimento de suas atividades com maior produtividade, por meio do oferecimento de cursos, bolsas de pós-graduação e de língua estrangeira, treinamentos, seminários e outros eventos, auxiliando-os no alcance dos objetivos estratégicos do Órgão.

Em 2014 foram capacitados 320 (trezentos e vinte) servidores do Conselho Nacional de Justiça, com o preenchimento de 1.225 (mil, duzentas e vinte e cinco) vagas em eventos de capacitação realizados pelo Conselho Nacional de Justiça, totalizando 17.815 (dezesete mil, oitocentas e quinze) horas de participação de servidores do CNJ em 84 (oitenta e quatro) ações de capacitação promovidas, conforme segue na tabela abaixo:

Modalidade	Nº de Eventos	Vagas Oferecidas	Horas Oferecidas
Eventos Internos	23	825	11.031
Eventos Externos	51	250	3.508
Programa de Desenvolvimento de Líderes	10	150	3.276
Total	84	1.225	17.815

Dentre as ações desenvolvidas internamente, voltadas para o desenvolvimento de competências essenciais dos servidores recém ingressos e dos servidores que já faziam parte do quadro do Conselho, destacam-se: Ambientação para Novos Servidores (131 participantes); Gerenciamento de Projetos (105); Redação Oficial (102); Gestão de Processos (101); Sistema de Gestão Eletrônica Documental – SIGA-DOC (100); Gestão Estratégica (65); Excelência Institucional e Ética no Serviço Público (61); Língua Portuguesa (40); Elaboração de Pareceres (38); e Sindicância e Processo Administrativo (35). Importante apontar que o Conselho Nacional de Justiça, ao realizar eventos internos com número significativo de participantes, oferece vagas a outros órgãos do Poder Judiciário da União, em virtude de protocolos de cooperação.

Por meio de contratação de entidades externas, foram preenchidas 250 vagas em 51 ações de capacitação. Essas ações, em geral, buscam atender a demandas específicas das áreas e contam com número reduzido de participantes por turma. Destacam-se as seguintes áreas atendidas por tais ações: Tecnologia da Informação; Contratações; Engenharia; Gestão de Pessoas e Legislação de Pessoal; Orçamento e Finanças.

Quanto às ações do Programa de Desenvolvimento de Líderes, que têm como público-alvo prioritário servidores que exercem funções gerenciais, destacam-se as seguintes ações de capacitação: Negociação (28 participantes); Programa de Desenvolvimento de Competências Conversacionais (25); Gestão por Competência – Gerando Engajamento (17); Execução – Levando a Estratégia ao Resultado (13); e Gestão de Conflitos (7).

O Conselho conta ainda com programa de bolsas de estudo que têm o objetivo de fomentar o desenvolvimento de competências voltadas para o domínio de línguas estrangeiras e para a formação em nível de pós-graduação, lato sensu ou stritu sensu. Em 2014 foram realizados três processos seletivos para concessão de bolsas de estudo de língua estrangeira, contemplando 70 (setenta) novos servidores. De tal forma, totaliza-se 119 (cento e dezenove) bolsas de estudo ativas, consideradas as concedidas anteriormente e em vigência. Já quanto às bolsas de estudo de pós-graduação, foi realizado um processo seletivo no ano de 2014, contemplando-se 19 (dezenove) servidores; existindo, atualmente, 18 (dezoito) bolsas ativas.

No início do ano foi realizado Levantamento de Necessidades de Treinamento com todas as unidades do Conselho, com vistas a levantar as competências a serem desenvolvidas no decorrer de 2014. A partir das necessidades emergentes, previu-se a realização de 43 (quarenta e três) eventos ao longo do ano de 2014. Entretanto, realizou-se efetivamente 24 eventos, totalizando um percentual de atendimento de 55,8%.

Ressalta-se que o atendimento parcial deveu-se aos seguintes aspectos: dificuldade de identificação de profissionais ou entidades promotoras que ofertassem vagas em cursos no Distrito Federal, e dado o contingenciamento para fins de pagamento de deslocamentos para participação em outros Estados da Federação; dificuldades para identificação de profissionais qualificados e com disponibilidade para a oferta de cursos em alguns temas específicos; equipes reduzidas no Conselho e grande demanda de trabalho, dificultando a liberação dos servidores; mudança de sede, reformas e dificuldade de obtenção de espaço físico adequado e disponível; falta de espaço dedicado especialmente para ações de capacitação que demandavam utilização de equipamento informatizado.

7.1.3 Custos de Pessoal

O Quadro abaixo demonstra a composição do quadro de custos de pessoal do CNJ.

Quadro A.7.1.3 – Custos de pessoal

Quadro A.7.1.3 – Custos do pessoal

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos - Conselheiros e Juizes											
Exercícios	2014	1.795.854,73	-	130.678,41	18.321,09	1.614.948,24	81.705,16	-	3.303,55	-	3.644.811,18
	2013	1.950.665,58	-	159.772,83	-	1.874.221,76	77.541,66	-	-	-	4.062.201,83
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada - Servidores Efetivos											
Exercícios	2014	18.080.917,99	3.414.404,79	1.850.467,54	623.707,22	2.109.634,12	763.093,81	82.606,82	-	-	26.924.832,29
	2013	10.571.130,93	2.756.261,49	1.144.999,43	613.311,61	1.223.592,14	501.338,70	61.090,17	312,33	-	16.872.036,80
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada - Requisitados											
Exercícios	2014	-	4.153.259,08	378.004,23	236.660,33	443.451,87	102.571,38	1.707,52	1.135,11	-	5.316.789,52
	2013	-	4.318.019,83	372.158,23	310.137,79	613.299,51	84.915,14	2.583,02	-	-	5.701.113,52
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários) - Sem Vínculo											
Exercícios	2014	-	2.317.557,29	191.339,49	134.354,66	292.178,95	68.345,78	-	-	-	3.003.776,17
	2013	-	2.626.886,21	224.360,62	141.954,88	322.593,75	92.678,15	-	-	-	3.408.473,61
Servidores cedidos com ônus - Cedidos											
Exercícios	2014	274.586,72	-	26.980,23	10.449,77	29.868,60	2.999,41	-	-	-	344.884,73
	2013	278.736,13	-	25.006,84	9.289,99	32.550,39	6.363,90	-	-	-	351.947,25
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SGRH e SIAFI gerencial

Legenda dos grupos: **(a)** Conselheiros e Juizes Auxiliares; **(b)** Servidores efetivos do quadro e em exercício no CNJ, que ocupem ou não cargo ou função comissionada; **(c)** Servidores requisitados de outros órgãos; **(d)** Servidores sem vínculo com a Administração pública; **(e)** Servidores efetivos do quadro do CNJ cedidos a outros órgãos com ônus ao CNJ; **(f)** não há despesas com servidores com contrato temporário.

Legenda de tipos de despesas: **Vencimentos e Vantagens fixas:** Vencimento, GAJ, Diferença de Subsídio (Lei nº 11.365/2006), VPNI (quintos/décimos) (Lei 9.624/98), VPI (Lei nº 10.698/2003), Diferença Individual; **Retribuições:** retribuição pelo exercício de cargo ou função comissionada, inclusive substituições; **Gratificações:** gratificação natalina, gratificação por encargo de curso e concurso; **Adicionais:** Adicional de férias, indenização de férias, adicional de serviço extraordinário, Adicional por Tempo de Serviço, Adicionais de Qualificação; **Indenizações:** diárias, ajuda de custo, auxílio-moradia, auxílio alimentação, auxílio pré-escola; **Benefícios Assistenciais e Previdenciários:** auxílio à saúde, auxílio natalidade; **Demais Despesas:** Auxílio transporte.

7.1.4 Irregularidade na área de pessoal

7.1.4.1 Acumulação indevida de Cargos, Empregos e Funções Públicas

A identificação de eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos, vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal de 1988 é realizada pela Seção de Registros Funcionais, da Secretaria de Gestão de Pessoas, quando do recebimento dos documentos pessoais dos novos servidores que ingressam neste Conselho.

A fim de coibir tal prática, adota-se como medida a obrigatoriedade de preenchimento de formulário em que o candidato/servidor declara em quais órgãos trabalha ou trabalhou, e da apresentação de certidão/declaração na qual conste informação da sua vacância/exoneração.

Atualmente, não há registros de acumulação de cargos, funções e empregos públicos no CNJ. Contudo, em que pesem todas as providências adotadas, constatou-se, no ano de 2014, 1 (um) caso de acumulação ilegal de cargos no período de 24 de junho de 2014 a 8 de julho de 2014.

Identificada tal situação, procedeu-se à notificação da servidora e de seu órgão de origem. E, uma vez cientificada, a servidora pediu vacância, em 9 de julho de 2014, do cargo efetivo que ocupava neste Conselho, razão pela qual não foi necessária a abertura de processo administrativo disciplinar

7.1.4.2 Terceirização Irregular de Cargos

A partir de 2013, conforme recomendação da Secretaria de Controle Interno/CNJ, os processos de contratação de postos de trabalho terceirizados deste Conselho passaram a ser analisados, pela Secretaria de Gestão de Pessoas, quanto à compatibilidade em relação às atribuições exclusivas dos cargos efetivos, estabelecidas por meio da Portaria/CNJ nº 360, de 23 de agosto de 2013. De tal forma, visa-se garantir a inexistência de sobreposição entre as atribuições de prestadores de serviço terceirizados e as dos servidores do CNJ.

7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

A rotatividade de pessoal no CNJ em 2014 teve um aumento drástico se comparada aos 2 (dois) anos anteriores. A taxa de rotatividade (nº de desligamentos/média de servidores do período considerado * 100) foi de 14,54% em 2014; contra 4,83% em 2013 e 4,12% em 2012. Cabe sublinhar que o cálculo utiliza somente os servidores efetivos do órgão.

Destaca-se que ainda não foi feito estudo acerca das variáveis (causas) qualitativas destes desligamentos. O número de servidores ingressos de concurso público ao longo de 2014 foi elevado. Trata-se de um público com preparo gradativo e conhecimento cumulativo, que, em geral, possui outras aprovações, inclusive para órgãos com carreiras mais 'atrativas'. Em 2015, entrevista de desligamento será aplicada para identificar os motivos das saídas.

7.1.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade	Desempenho
	Ano base	2010	2011	2012	2013	2014			
Percentual do orçamento aplicado em capacitação	Aplicar em capacitação X% das ações orçamentárias relativas a Pessoal e Encargos Sociais* até 2014						SGP	Trimestral	2,19%
	2,64%	-	-	4,71%	1,99%	3,14%			
Fórmula	Orçamento executado em capacitação / total das ações orçamentárias relativas a Pessoal e Encargos Sociais * 100								
* Total da Ação de Pagamento do Pessoal Ativo da União + Total da Ação de Contribuição da União para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.									

Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade	Desempenho
	Ano base	2010	2011	2012	2013	2014			
Índice de capacitação para Servidores	Obter 80% no índice de capacitação nas competências da função (papéis) dos servidores* e/ou pela área de atuação até 2014						SGP	Trimestral	93,57%
				70%	75%	80%			
Fórmula	Número de servidores capacitados / total de servidores * 100								
* Servidores efetivos, requisitados ou sem-vínculo, excetuando-se aqueles considerados gestores.									

Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade	Desempenho
	Ano base	2010	2011	2012	2013	2014			
Índice de capacitação para Gestores	Obter 40% no índice de capacitação nas competências estratégicas* e/ou aquelas identificadas no processo de avaliação de competências dos gestores**, até 2014, com o mínimo de 15 horas/aulas.						SGP	Trimestral	47,37%
				60%	35%	40%			
Fórmula	Número de gestores capacitados / total de gestores * 100								
<p>* Competências Estratégicas: Gestão Estratégica, Gestão de Projetos, Gestão de Procedimentos de trabalho, gestão da informação e gestão de pessoas.</p> <p>** São considerados gestores: Conselheiros, Juízes Auxiliares, ocupantes de cargo em comissão ou função comissionada em nível de chefia, assim como servidores designados como substitutos dos ocupantes de cargo em comissão e função comissionada em nível de chefia.</p>									

Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade	Desempenho
	Ano base	2010	2011	2012	2013	2014			
Índice do clima Organizacional do CNJ	Obter 80% no índice de avaliações positivas do clima organizacional, até 2014.						SGP	Bienal	Sem medição
	-	70%	72%	80%					
Fórmula	Aguardando a realização da pesquisa para se estabelecer a fórmula								
Em 2014, foi formado grupo de trabalho para início das atividades relacionadas à pesquisa de clima. As atividades foram divididas em 3 (três) módulos, tendo sido realizados grupos focais (2ª etapa) com servidores chaves da instituição para subsidiar a elaboração									

dos itens que comporão o instrumento de pesquisa. Devido à mudança de gestão, equipe reduzida e priorização de recepção e ambientação de novos servidores efetivos, a finalização e a aplicação do instrumento ocorrerão em 2015. Após aplicação da pesquisa, será executada a 3ª etapa do projeto: análise, divulgação e gestão dos dados.

Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade	Desempenho
	Ano base	2010	2011	2012	2013	2014			
Índice de Absenteísmo	Reduzir para 2% o índice de absenteísmo até 2014.						SGP	Anual	0,036%
	-	4,0%	3,5%	3,0%	2,5%	2%			
Fórmula	(total de dias de ausências* no ano) x 100/ (total de servidores) x (dias no ano) * No cálculo das ausências, consideram-se somente as ausências injustificadas ao serviço								

Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade	Desempenho
	Ano base	2010	2011	2012	2013	2014			
Índice de prevenção de saúde	Atingir 50% do índice de prevenção de saúde até 2014.						SGP	Semestral	19,10%
	-	95%	100%	100%	50%	50%			
Fórmula	% entre o número de pessoas que realizaram exame periódico preventivo, sobre total de pessoas convidadas para consulta de exame médico preventivo para o período.								

Indicador	Metas						Responsável	Periodicidade	Desempenho
	Ano base	2010	2011	2012	2013	2014			
Índice de ausência por motivo de saúde	Manter abaixo de 1% o índice de ausência por motivo de saúde até 2014						SGP	Trimestral	1,05%
					Menor que 1%	Menor que 1%			
Fórmula	(nº de dias de ausência por motivo de saúde / (total de servidores X nº de dias do ano) X 100)								

7.2 Contratação de mão de obra de apoio e de estagiários

7.2.1 Contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância

Quadro A.7.2.1 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Conselho Nacional de Justiça													
UG/Gestão: 040003						CNPJ: 07.421.906/0001-29							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	19/2010	06.091.637/0001-17	01/06/2014	31/05/2015	18	18	-	-	-	-	P
2014	V	O	06/2014	09.267.406/0001-00	14/02/2014	13/02/2014	-	-	43	43	-	-	A
Observações:													
Contrato 19/2010: A empresa prestadora do serviço tem cumprido suas obrigações de acordo com as Cláusulas Contratuais.													
Contrato 06/2014: A empresa prestadora do serviço tem cumprido suas obrigações de acordo com as Cláusulas Contratuais. As dificuldades enfrentadas durante a execução se referem à demora na entrega de documentos.													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Quadro A.7.2.2 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: Conselho Nacional de Justiça													
UG/Gestão: 040003						CNPJ: 07.421.906/0001-29							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	3	O	24/2010	26.990.812/0001-15	10/08/2010	09/08/2015	0	0	28	12	5	4	P
2011	12	O	47/2011	26.428.219/0001-80	28/12/2011	27/12/2015	-	-	7	7	19	17	P
2011	3	O	49/2011	26.990.812/0001-15	26/01/2012	26/01/2016	-	-			84	60	P
2013	12	O	31/2013	01.588.672/0001-22	13/01/2014	12/01/2016	5	5	7	7	-	-	P
2013	9	O	33/2013	06.162.750/0001-46	1º/1/2014	28/10/2014	2	2	-	-	-	-	E

2013	12	O	24/2013	03.873.484/0001-71	01/08/2014	31/07/2015	-	-	89	89	-	-	P
2013	4	O	28/2013	02.843.359/0001-56	30/10/2014	01/11/2015	19	19	-	-	-	-	P
2014	7	O	11/2014	02.843.359/0001-56	05/03/2014	04/03/2015	-	-	5	5	-	-	A
2014	5	O	37/2014	38.054.508/0001-45	01/12/2014	30/11/2015	-	-	60	59	-	-	A
2014	9	O	36/2014	04.932.314/0001-83	05/11/2014	04/05/2015	2	2	-	-	-	-	A
2014	12	O	15/2014	00.588.541/0001-82	05/05/2014	04/05/2015	-	-	5	5	1	1	A
2014	10	O	33/2014	37.077.716/0001-05	12/09/2014	11/09/2015	-	-	14	14	-	-	A
LEGENDA							Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.						
Área:							Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.						
1. Segurança;							Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						
2. Transportes;							Quantidade de						
3. Informática;							trabalhadores: (P) Prevista						
4. Copeiragem;							no contrato; (C) Efetivamente						
5. Recepção;							contratada.						
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													

Fonte: Seção de Gestão de Contratos e Gestores de Contratos

7.2.3 Análise crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2

Em relação aos Contratos n. 24/2010; 47/2011; 15/2014; 49/2011; 31/2013; 33/2013; 33/2014 e 37/2014, as empresas contratadas vêm cumprimento suas obrigações contratuais, sem registro de ocorrências que ensejam a aplicação de penalidades.

No que se refere aos Contratos n. 24/2013, 28/2013 e 11/201, há registros de atraso no pagamento de salário ou benefícios. Após apuração dos fatos, foram aplicadas as penalidades previstas.

Quanto ao Contrato n. 36/2014, até o momento, foi detectada apenas uma ocorrência em relação ao atraso no fornecimento da garantia contratual. Referido descumprimento está sendo apurado pela administração do CNJ, sendo que os valores correspondentes à aplicação da possível penalidade foram retidos, preventivamente, da fatura dos serviços prestados em Dezembro/2014. Os serviços estão sendo prestados adequadamente, não havendo pendências quanto às suas obrigações.

7.2.4 Contratação de estagiários

Quadro A.7.2.4 – Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	26	23	23	24	R\$ 200.992,70

1.1	Área Fim	13	14	11	9	R\$ 98.218,16
1.2	Área Meio	13	9	12	15	R\$ 102.774,54
2.	Nível Médio	-	-	-	-	-
2.1	Área Fim	-	-	-	-	-
2.2	Área Meio	-	-	-	-	-
3.	Total (1+2)	26	23	23	24	R\$ 200.992,70

Análise Crítica

Conforme determina a Instrução Normativa nº 9 de outubro de 2008, que regulamenta o estágio de estudantes no âmbito do CNJ, o estágio tem por finalidade propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem mediante treinamento prático ou aperfeiçoamento técnico-cultural científico e de relacionamento humano do estudante para a cidadania e para o trabalho.

O CNJ possui 46 (quarenta e seis) vagas de estágio que são distribuídas pelas suas unidades. O quantitativo foi definido calculando-se 30% do número de servidores efetivos à época do aditamento do contrato nº 43/2011, celebrado entre o CNJ e o Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE para prestação de serviços de agente de integração para intermediar a realização de estágio supervisionado para estudantes. Atualmente, contamos com 21 (vinte e uma) vagas preenchidas.

O processo seletivo de estagiários é feito em parceria. O CIEE é responsável pelo recrutamento dos alunos e uma prévia seleção de currículos de acordo com o perfil indicado pela área interessada. O CNJ, por meio do supervisor indicado pela área demandante, realiza entrevista e indica o estagiário selecionado.

7.3 Revisão de Contratos de empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

a) O Conselho Nacional de Justiça priorizou a alteração dos contratos de TI e TIC que têm por objeto a prestação de serviços de mão de obra residente, que possuem planilha de custos, notadamente por representavam o maior montante de recursos a serem restituídos ao Erário.

Após exaustiva discussão com as empresas contratadas, em 2014 foram formalizadas as revisões dos Contratos n. 24/2010, n. 42/2011 e n. 49/2011, que resultou na economia total de R\$ 2.169.029,12 (dois milhões, cento e sessenta e nove mil, vinte e nove reais e doze centavos). A cobrança desse montante será detalhada abaixo, nas informações relativas à alínea “b” deste item.

Para a revisão dos contratos sem planilhas de custos, foi designado, por meio da Portaria DG nº CNJ-POR-2014/00159, grupo de trabalho para identificação dos contratos que poderão ser revistos e o possível montante a ser apurado, a fim de fornecer elementos para definição do parâmetro a ser adotado pela Administração.

No momento, a equipe está avaliando e identificando todos os contratos de TI e TIC que se encontravam vigente à época do início da vigência da Lei 12.546/2011 e alterações.

b) A empresa Inova, signatária do Contrato n. 42/2011, quitou o passivo de R\$ 13.906,46. O valor foi compensado em repactuação concedida simultaneamente à revisão do contrato.

Em relação aos contratos firmados com a empresa Tecnisys Informática e Assessoria Empresa Ltda., foi descontado parte do valor devido dos créditos decorrentes de repactuações e reequilíbrios.

A empresa foi notificada a quitar o passivo restante, no valor de R\$ 1.310.074,42, correspondente ao Contrato n. 49/2011, e informada sobre o indeferimento do parcelamento do débito.

A empresa impetrou ação judicial contra a decisão da administração do CNJ, tendo como resultado o deferimento do parcelamento - Processo TRF1/SJDF 88466-96.2014.4.01.3400.

Diante da decisão judicial, o valor corrigido monetariamente, no montante de R\$ 1.526.440,80 (um milhão, quinhentos e vinte seis mil, quatrocentos e quarenta reais e oitenta centavos), foi parcelado em treze parcelas sucessivas, que serão pagas mediante glosas incidentes sobre os valores devidos em decorrência da execução do contrato, a contar de Janeiro de 2015, das quais foram liquidadas três parcelas.

Quanto ao Contrato n. 24/2010, a empresa foi notificada a quitar o saldo devedor, já computada a atualização monetária, no valor de R\$ 628.681,86 (seiscentos e vinte e oito mil, seiscentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos) e a recompor o saldo da conta vinculada em R\$ 132.442,32 (cento e trinta e dois mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e trinta e dois centavos).

Contudo, a empresa impetrou pedido de reconsideração contra a decisão do CNJ, tendo por objeto o parcelamento do débito. Mediante o indeferimento pela administração do CNJ, o saldo devedor será glosado dos pagamentos futuros devidos à empresa.

c) Dados dos contratos revisados:

Contrato n. 24/2010, celebrado com a empresa Tecnisys Informática e Assessoria Empresa Ltda., CNPJ nº 26.990.812/20001-15, tendo por objeto a prestação de serviços de suporte em tecnologia da informação referente à administração de sistemas operacionais, banco de dados e demais ferramentas de TI, à infraestrutura de redes, à telefonia, à segurança e à administração de usuários, seus perfis de acesso, credenciais e demais aplicações relacionadas.

O valor do contrato passou a ser de R\$ 4.387.043,23 para R\$ 3.961.382,86, no período de 1º/11/2011 a 11/11/2011; R\$ 3.914.849,86, de 12/12/2011 a 30/04/2012; R\$ 4.147.613,50, de 1º/05/2012 a 31/07/2012; para R\$ 4.125.583,42, no período de 1º/08/2011 a 09/09/2012; R\$ 4.134.485,26, de 10/08/2012 a 30/04/2013; R\$ 4.411.159,66, de 1º/05/2013 a 09/08/2013; R\$ 4.424.890,54, de 10/08/2013 a 17/08/2013; R\$ 4.484.588,02, de 18/08/2013 a 30/04/2013; R\$ 4.774.479,22, de 1º/05/2013 a 9/08/2014; R\$ 4.796.792,14, de 10/08/2014 a 17/08/2014; R\$ 4.779.564,22, de 18/08/2014 a 25/11/2014; e R\$ 4.691.479,30, a partir de 26/11/2014, já computados os valores decorrentes de repactuações e reequilíbrio.

Contrato n. 42/2011, celebrado com a empresa Inova Tecnologia e Serviços Ltda., CNPJ nº 05.208.408/0001-77, tendo por objeto a prestação de serviços técnicos especializados na área de tecnologia da informação para execução continuada de atividades de suporte técnico presencial a usuários de soluções de tecnologia da informação, abrangendo a execução de rotinas periódicas, orientação e esclarecimento de dúvidas e recebimento, registro, análise, diagnóstico e atendimento de solicitação de usuários.

O valor do contrato passou a ser de R\$ 1.488.000,00 para R\$ 1.481.260,08, no período de 30/11/2011 a 31/03/2012; R\$ 1.397.565,12, de 1º/04/2012 a 30/04/2012; R\$ 1.473.877,92, de 1º/08/2012 a 26/11/2012; e R\$ 1.469.885,73, a partir de 27/11/2012, já considerada a repactuação concedida a partir de 1º/05/2012.

Contrato n. 49/2011, celebrado com a empresa Tecnisys Informática e Assessoria Empresa Ltda., CNPJ nº 26.990.812/20001-15, cujo objeto prestação de serviços especializados em tecnologia da informação para manutenção preventiva e adaptativa e suporte técnico aos softwares desenvolvidos e em uso pelo Conselho Nacional de Justiça e demais órgãos do Poder Judiciário.

O valor do contrato passou de R\$ 10.032.617,04 para os seguintes valores: R\$ 8.549.632,80, no período de 26/01/2011 a 22/02/2012; R\$ 8.488.983,72, de 23/02/2012 a 30/04/2012; R\$ 9.043.766,88, de 1º/05/2012 a 31/07/2012; R\$ 8.990.606,40, de 1º/08/2012 a 30/04/2013; R\$ 9.661.968,12, de 1º/05/2013 a 11/05/2014; e, por fim, R\$ 9.711.647,28, a partir de 12/05/2014, já computadas repactuações e reequilíbrios concedidos após a assinatura do contrato.

7.4 Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas

A Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud) foi criada pela Resolução STF nº 496, de 25/10/2012, com a finalidade de administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário para os membros e os servidores públicos titulares de cargo efetivo do Poder Judiciário da União, do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público.

A Funpresp-Jud é uma entidade fechada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa, financeira e gerencial, nos termos da Lei nº 12.618, de 30/4/2012, e possui uma estrutura organizacional composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

O regime de previdência complementar é facultativo e visa assegurar o melhor retorno possível no investimento dos recursos destinados à complementação das aposentadorias e pensões.

O principal objetivo é constituir reservas que garantam o benefício contratado, conforme art. 202 da Constituição Federal de 1988.

A partir da autorização de aplicação do regulamento do Plano de Benefícios da Funpresp-Jud, os membros e servidores titulares de cargos efetivos que entrarem em exercício terão suas aposentadorias limitadas ao teto do RGPS e poderão participar de um plano de benefício complementar para obter uma renda superior a esse valor.

Para tanto, a União, na qualidade de patrocinadora, contribuirá paritariamente até o limite de 8,5% sobre a parcela da remuneração que ultrapassar o teto do RGPS.

O CNJ, juntamente com outros 97 órgãos, é patrocinador da Funpresp-Jud.

Nome:	FUNPRESP-JUD
Razão Social:	Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário
CNPJ:	18.465.825/0001-47
Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes:	R\$ 86.092,67
Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes:	R\$ 43.161,38
Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora:	R\$ 42.931,29
Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora:	Não houve repasse de outros recursos
Discriminação da razão ou motivo do repasse de recursos que não sejam contribuições:	Não houve repasse de outros recursos

As demais informações solicitadas no item não estão na alçada deste Conselho. Vale enfatizar que, conforme art. 4º, III, “b”, da Resolução 496/2012, o STF exercerá a função de órgão responsável pela supervisão e fiscalização sistemática das atividades da Funpresp-Jud, em nome dos órgãos do Poder Judiciário da União, e encaminhamento dos resultados ao órgão fiscalizador das entidades fechadas de previdência complementar, na forma do art. 20 da Lei n. 12.618/2012.

Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

Item 8 - Parte A, do Anexo II, da DN TCU nº 134/2013

8. Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

8.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

Atualmente, as normas que regulam a constituição e a forma de utilização da frota de veículos oficiais do CNJ são:

- Resolução n.º 83, de 10 de junho de 2009, que dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro e dá outras providências;

- Instrução Normativa n.º 29 de 20 de novembro de 2014 que regulamenta o disposto na Resolução n.º 83, de 10 de junho de 2009, que dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos.

A frota de veículos do CNJ é objeto de suma importância para as atividades do CNJ, uma vez que o conselho possui cinco instalações em localizações distintas, uma na 514 Norte, outra na 702 Norte, no SAAN, no STF e no STJ. A frota visa dar suporte às unidades no tocante ao envio de documentação e transporte de pessoal, quando necessário. Além disso, a frota também atende aos conselheiros no que diz respeito à locomoção para o exercício de suas atribuições e/ou compromissos em que representam o CNJ.

O CNJ finalizou o ano de 2014 com uma frota de 35 veículos, sendo 21 veículos do tipo “Veículo Institucional” e 14 veículos do tipo “Veículo de Serviço” em uso, conforme tabelas a seguir:

RELAÇÃO DE VEÍCULOS INSTITUCIONAIS CNJ (FROTA ATUAL)													
NRO	MARCA	MODELO	CLASSIFICAÇÃO	ANO	PLACA	SITUAÇÃO	CHASSI	RENAVAM	Data Inicial	KM Inicial	Data Final	KM Final	Total 2014
1	FIAT	LINEA ESSENCE DUAL 1.8	VEÍCULO INSTITUCIONAL	2011/2012	JIL-8391	EM USO	9BD1105BCC1545629	371583616	29/12/2014	41845	18/12/2014	55596	13751
2	FIAT	LINEA ESSENCE DUAL 1.8	VEÍCULO INSTITUCIONAL	2011/2012	JIL-8451	EM USO	9BD1105BCC1546195	386234523	22/01/2014	47543	29/12/2014	56271	8728
3	FIAT	LINEA ESSENCE DUAL 1.8	VEÍCULO INSTITUCIONAL	2011/2012	JIL-8461	EM USO	9BD1105BCC1546202	386248338	09/01/2014	43936	22/12/2014	57678	13742
4	FIAT	LINEA ESSENCE DUAL 1.8	VEÍCULO INSTITUCIONAL	2011/2012	JIL-8471	EM USO	9BD1105BCC1546205	386252718	09/01/2014	45670	17/12/2014	59372	13702
5	FIAT	LINEA ESSENCE DUAL 1.8	VEÍCULO INSTITUCIONAL	2011/2012	JIL-8481	EM USO	9BD1105BCC1546213	386258090	07/01/2014	40497	17/12/2014	50238	9741
6	FIAT	LINEA ESSENCE DUAL 1.8	VEÍCULO INSTITUCIONAL	2011/2012	JIL-8491	EM USO	9BD1105BCC1546221	386262101	16/01/2014	41630	29/12/2014	57437	15807
7	FIAT	LINEA HLX 1.9 ALCOOL/GASOLINA	VEÍCULO INSTITUCIONAL	2010/2010	JJU-1121	EM USO	9BD110586A1522933	198965117	09/01/2014	93168	29/12/2014	116647	23479
8	FIAT	LINEA HLX 1.9 ALCOOL/GASOLINA	VEÍCULO INSTITUCIONAL	2010/2010	JJU-1131	EM USO	9BD110586A1522833	198965850	06/01/2014	98451	20/12/2014	125548	27097
9	RENAULT	MEGANE SD EXPR 1.6 ALCOOL/GASOLINA	VEÍCULO INSTITUCIONAL	2008/2009	JGC-9291	EM USO	93YLM2M1H9J165042	990127605	05/02/2014	112384	29/12/2014	126499	14115
10	RENAULT	MEGANE SD EXPR 1.6 ALCOOL/GASOLINA	VEÍCULO INSTITUCIONAL	2008/2009	JGC-9301	EM USO	93YLM2M1H9J161375	990136361	09/01/2014	95664	18/03/2014	98539	2875
11	RENAULT	MEGANE EXPRESSION 1.6 16V HI FLEX	VEÍCULO INSTITUCIONAL	2007/2007	JJE-2687	EM USO	93YLM2M1H7J833709	911391070	16/01/2014	113221	29/12/2014	122524	9303
12	RENAULT	MEGANE EXPRESSION 1.6 16V HI FLEX	VEÍCULO INSTITUCIONAL	2007/2007	JJE-2697	EM USO	93YLM2M1H7J833797	911392335	16/01/2014	69028	27/02/2014	70910	1882
13	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE	VEÍCULO INSTITUCIONAL	2012/2013	JKO-4641	EM USO	8A1LZBW2TDL560386	509066887	31/01/2014	8.951	15/12/2014	18.849	9898
14	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE	VEÍCULO INSTITUCIONAL	2012/2013	JKO-4651	EM USO	8A1LZBW2TDL561560	509068030	14/01/2014	6.318	23/12/2014	17.290	10972
15	RENAULT	FLUENCE DYNAMIQUE	VEÍCULO INSTITUCIONAL	2012/2013	JKO-4661	EM USO	8A1LZBW2TDL561342	509069622	22/01/2014	7.190	19/12/2014	16.865	9675
16	GM	CRUZE 1.8 SEDAN 140 CV	VEÍCULO INSTITUCIONAL	2014/2014	JKO-4348	EM USO	9BGPB69M0EB246725	993974643	26/03/2014	0	16/12/2014	9.198	9198
17	GM	CRUZE 1.8 SEDAN 140 CV	VEÍCULO INSTITUCIONAL	2014/2014	JKO-4368	EM USO	9BGPB69M0EB247186	993972284	21/03/2014	0	10/11/2014	10435	10435
18	GM	CRUZE 1.8 SEDAN 140 CV	VEÍCULO INSTITUCIONAL	2014/2014	JKO-4388	EM USO	9BGPB69M0EB246838	993970729	21/03/2014	0	18/12/2014	7301	7301
19	GM	CRUZE 1.8 SEDAN 140 CV	VEÍCULO INSTITUCIONAL	2014/2014	JKO-4428	EM USO	9BGPB69M0EB247197	993967922	22/12/2014	0	22/12/2014	8041	8041
20	GM	CRUZE 1.8 SEDAN 140 CV	VEÍCULO INSTITUCIONAL	2014/2014	JKO-4358	EM USO	9BGPB69M0EB247156	993978975	21/03/2014	0	29/12/2014	8355	8355
21	GM	CRUZE 1.8 SEDAN 140 CV	VEÍCULO INSTITUCIONAL	2014/2014	JKO-4408	EM USO	9BGPB69M0EB246552	993969089	21/03/2014	0	28/11/2014	9818	9818
													237915

RELAÇÃO DE VEÍCULOS DE SERVIÇO CNJ (FROTA ATUAL)													
NRO	MARCA	MODELO	CLASSIFIC AÇÃO	ANO	PLACA	SITUAÇÃO	CHASSI	RENAVAM	Data Inicial	KM Inicial	Data Final	KM Final	Total 2014
1	RENAULT	LOGAN EXP. 1.6 ALCOOL/GASOLINA	VEÍCULO DE SERVIÇO	2008/2009	JGC-9271	EM USO	93YLSR1T H9J164654	990123332	10/01/2014	118033	18/12/2014	128629	10596
2	RENAULT	LOGAN EXP. 1.6 ALCOOL/GASOLINA	VEÍCULO DE SERVIÇO	2008/2009	JGC-9281	EM USO	93YLSR1T H9J164699	990125653	10/01/2014	102120	30/12/2014	113115	10995
3	PEUGEOT	BOXER M 330M HDI DIESEL	VEÍCULO DE SERVIÇO	2008/2009	JHN-7013	EM USO	936ZBPM B92038747	147345308	01/12/2013	79080	01/12/2014	98120	19040
4	FIAT	DOBLO CARGO FLEX 1.8 ALCOOL/GASOLINA	VEÍCULO DE SERVIÇO	2009/2009	JHN-5003	EM USO	9BD223155 92015095	127367748	07/01/2014	53520	18/12/2014	61002	7482
5	HYUNDAI	HR 2.5 LONGO CHASSI ALTO DIESEL	VEÍCULO DE SERVIÇO	2010/2011	JIL-4161	EM USO	95PZBN7HP BB028395	309827744	06/01/2014	14813	20/12/2014	20178	5365
6	FIAT	PALIO WEEKEND 1.4	VEÍCULO DE SERVIÇO	2012/2013	JKO-6600	EM USO	9BD373121 D5029663	528348400	21/01/2014	12.070	24/10/20014	23669	11599
7	FIAT	PALIO WEEKEND 1.4	VEÍCULO DE SERVIÇO	2012/2013	JKO-6610	EM USO	9BD373121 D5029606	528349457	08/01/2014	11.858	29/12/2014	25907	14049
8	FIAT	PALIO WEEKEND 1.4	VEÍCULO DE SERVIÇO	2012/2013	JKO-6620	EM USO	9BD373121 D5029661	528350609	22/01/2014	13.738	29/12/2014	30093	16355
9	FIAT	PALIO WEEKEND 1.4	VEÍCULO DE SERVIÇO	2012/2013	JKO-6630	EM USO	9BD373121 D5029664	528351788	15/01/2014	14.951	30/12/2014	32691	17740
10	FIAT	VAN BOXER DUCATTO	VEÍCULO DE SERVIÇO	2012/2013	JKP-6750	EM USO	93W244M2 4E2122047	56899777	24/01/2014	1408	18/12/2014	17462	16054
11	GM	COBALT 1.4 SEDAN	VEÍCULO DE SERVIÇO	2013/2014	JKO-4398	EM USO	9BGJB69X0 EB232272	993977383	25/03/2014	0	02/12/2014	10494	10494
12	GM	COBALT 1.4 SEDAN	VEÍCULO DE SERVIÇO	2013/2014	JKO-4378	EM USO	9BGJB69X0 EB235206	993977855	24/03/2014	0	04/12/2014	13321	13321
13	GM	COBALT 1.4 SEDAN	VEÍCULO DE SERVIÇO	2013/2014	JKO-4418	EM USO	9BGJB69X0 EB234674	993975518	21/03/2014	0	04/12/2014	10437	10437
14	GM	COBALT 1.4 SEDAN	VEÍCULO DE SERVIÇO	2013/2014	JKO-4438	EM USO	9BGJB69X0 EB234731	993957935	21/03/2014	0	04/12/2014	10573	10573
												174100	

A quilometragem média anual da Frota dos Veículo Institucionais é de 11.240 km e dos Veículos de Serviço é de 12.435 km, conforme tabela abaixo:

Média Anual de Km rodados em 2014			
Grupo	Nº de Veículos	Km rodados	Km Média
Veículos Institucional	21	237915	11329,29
Veículos de Serviço	14	174100	12435,71
Total	35	392975	11771,86

A idade média da Frota de veículos do Grupo “Veículos Institucional” calculada com base no ano de fabricação dos veículos é de 3,5 anos, conforme tabela abaixo:

Idade média da Frota “Veículos Institucional”		
Ano	Nº de veículos	Tempo de Uso
2007	2	7 anos
2008	2	6 anos
2010	2	4 anos
2011	6	3 anos
2012	3	2 anos

2014	6	1 ano
Total	21	
Idade Média		3,5 anos

A idade média da Frota de veículos do Grupo “Veículos de Serviço” calculada com base no ano de fabricação dos veículos é de 4 anos, conforme tabela abaixo:

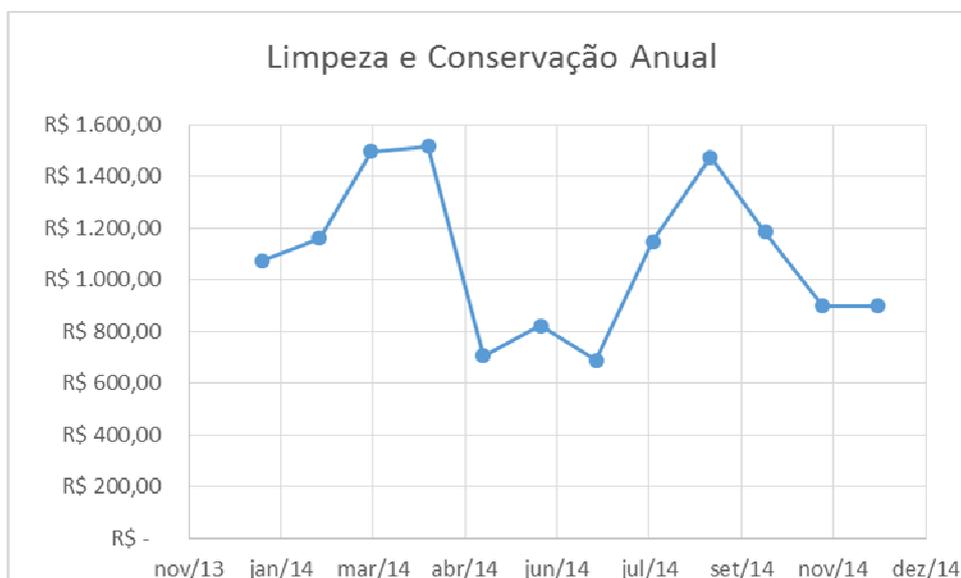
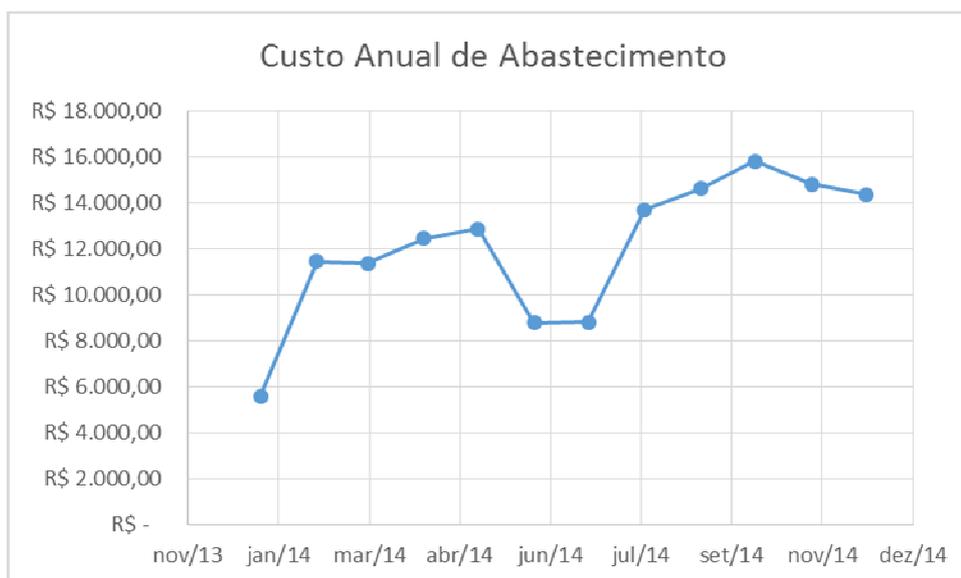
Idade média da Frota “Veículos de Serviço”		
Ano	Nº de veículos	Tempo de Uso
2008	3	7 anos
2009	1	6 anos
2010	1	4 anos
2012	5	3 anos
2013	4	2 anos
Total	14	
Idade Média		3,9 anos

A idade média foi calculada com base na média ponderada das quantidades de veículos por ano de fabricação de cada grupo de veículos.

O custo para manter a frota de veículos do CNJ em 2014 foi de R\$ 3.097.500,91. Nesses custos estão inseridos gastos com abastecimento, mecânica, motoristas e supervisores, limpeza e conservação, encargos legais e seguro, conforme tabela e gráficos a seguir:

CUSTO DE MANUTENÇÃO DE FROTA 2014	
ABASTECIMENTO	
Empresa: PIX	R\$ 144.483,18
MANUTENÇÃO / MECÂNICA	
Empresa: REAL - VEICULOS SEM GARANTIA	R\$ 26.172,64
Empresa: EFICAR - BORRACHARIA	R\$ 17.128,79
Empresa: TECAR DF - VEÍCULOS EM GARANTIA	R\$ 1.342,26
Empresa: TECAR BRASILIA - VEÍCULOS EM GARANTIA	R\$ 13.119,99
MOTORISTAS / SUPERVISORES	
Empresa: BRASFORT	R\$ 2.863.879,46
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	
Empresa: CECAR	R\$ 13.068,58
ENCARGOS LEGAIS	
SEGURO DPVAT	R\$ 3.988,03
LICENCIAMENTO	R\$ 2.030,00
SEGURO	
SEGURO VEICULAR	R\$ 12.287,98
CUSTO TOTAL	R\$ 3.097.500,91

A seguir, são apresentados gráficos demonstrando os gastos com abastecimento e limpeza/conservação, pois os custos desses serviços diminuem nos períodos de recesso, em virtude da redução na utilização dos veículos.



Interessante observar que há alguns critérios com relação ao serviço de limpeza e conservação como, por exemplo, a execução desses serviços de 15 em 15 dias, utilizando em um a bio lavagem (R\$ 26,46 por veículo) e no outro a americana (R\$ 19,12 por veículo). Contudo, durante o recesso, utiliza-se apenas a limpeza americana, pois o custo é menor e como o veículo é menos utilizado, não é necessária uma limpeza mais acentuada.

Até o presente momento, o CNJ não dispõe de um Plano de Substituição de Frota, uma vez que o órgão estuda os custos e a viabilidade da locação de veículos. Todavia a Renovação parcial ou total da frota será efetivada periodicamente levando em conta as necessidades do serviço, bem

como a antieconomicidade decorrente das hipóteses previstas no art. 7º da Instrução Normativa nº 29 de 20 de novembro de 2014.

Como já informado, este Conselho Nacional de Justiça possui 35 veículos em uso, sendo que 21 são do tipo institucional e 14 do tipo de serviços. Os veículos do tipo institucional são para uso dos conselheiros e demais autoridades a serviço do CNJ e por isso são veículos de classe superior e de maior potência. Os veículos de serviço são veículos comuns e vans boxer.

Dado essas características, o valor médio do aluguel de veículos do tipo “institucional” gira em torno de R\$ 3.000,00 e dos veículos tipo “de serviço” em torno de R\$ 2.500,00. Nessas condições o valor médio que seria dispendido com locação seria definido da seguinte forma:

$$L = (14 \times 2500) + (21 \times 3000) \quad L = R\$ 98.000,00$$

Sendo assim, um contrato de locação custaria em torno de R\$ 98.000,00 por mês, sem contar os gastos com abastecimento, motoristas e limpeza (conservação) que ficariam a cargo do CNJ. Se considerarmos o custo anual teríamos um valor de R\$ 1.189.000,00.

Para se ter uma ideia do custo de locação de veículos o TCU no seu contrato 50/2013 com a PANTANAL VEÍCULOS LTDA-ME tem um custo anual estimado de R\$ 801.091,20 anual para 21 veículos. Assim podemos calcular um custo médio anual por veículo do TCU de R\$ 38.147,20, multiplicando pela quantidade de veículos do CNJ teríamos um custo anual de R\$ 1.335.152,00.

Enfim, para se chegar a um custo de manutenção da frota, no caso de uma locação, somaríamos o custo de locação, o custo com motoristas, custo com abastecimento e com limpeza (conservação) que totalizariam cerca de R\$ 4.197.362,64 anuais.

No caso da aquisição de veículos subsistiríamos o custo de locação pelo custo de aquisição, a diferença é que o custo de aquisição é único e de locação é contínuo. Hoje o valor atualizado da frota do CNJ é R\$ 1.416.580,00 com base na tabela FIPE.

Supondo que o Conselho fosse renovar toda sua frota no início de 2015 com os mesmos veículos, desconsiderando os que estão fora de linha, teríamos com base na Tabela FIPE um custo de aquisição de R\$ 2.141.632,00, aproximadamente.

Considerando também que contratos de serviços continuados podem ter vigência de até 60 meses, conforme o disposto no art. 57, inciso II, da Lei 8.666/93, e que a frota do Conselho pode ser renovada com periodicidade de 5 anos, conforme Instrução Normativa nº 29 de 20 de novembro de 2014.

Podemos então, a partir dos valores supracitados, realizar uma comparação entre a locação e a aquisição da frota de veículos da seguinte forma:

	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Total
Locação	R\$ 4.197.362,64	R\$ 20.986.813,20				
Aquisição	R\$ 5.239.132,91	R\$ 3.097.500,91	R\$ 3.097.500,91	R\$ 3.097.500,91	R\$ 3.097.500,91	R\$ 17.629.136,55

Partindo dessa premissa temos que a aquisição permite uma economia de aproximadamente R\$ 3.350.000,00 no período de cinco anos ou R\$ 670.000,00 por ano. A aquisição também torna-se mais vantajosa por inúmeros fatores, entre eles: a possibilidade de uso do veículo, após os cinco anos, a possibilidade de doação a outros órgãos e a possibilidade de leiloá-los após a renovação da frota.

O uso de veículos oficiais pertencentes a frota do CNJ é precedido de requisição por meio do Sistema Informatizado CNJ-Frota, desenvolvido pelo Departamento de Tecnologia da Informação

do próprio CNJ e implantado em 2013, nos termos do art. 11 da Instrução Normativa nº 29 de 20 de novembro de 2014.

O sistema de gestão de frota permite que a Seção de Segurança e Transporte – SESET controle as solicitações e ainda disponibiliza informações necessárias a garantir a eficiência e a economicidade no uso da frota tais como: número de solicitações, km rodados, servidor solicitante, autoridade solicitante, entre outras.

A SESET gerencia as requisições de acordo com a urgência das demandas, proximidades dos destinos e horários de atendimento, alocando sempre que possível as demandas em veículos que realizam transporte em horário regular.

Com relação ao abastecimento, o CNJ adotou o controle eletrônico de abastecimento por meio de cartão magnético individual de cada veículo. Com relação a manutenção os veículos são vistoriados, pelo menos, duas vezes ao dia, no inícios e finais de expedientes, e sempre que houver troca de motoristas, a fim de aferir o estado geral do veículo, bem como seu estado de conservação e limpeza.

Por fim cabe salientar que aos veículos pertencentes a frota do CNJ não é permitida a guarda fora da garagem oficial, salvo nas exceções previstas no art. 17 da Instrução Normativa nº 29 de 20 de novembro de 2014.

8.2 Gestão do patrimônio Imobiliário

Quadro A.8.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	Brasília/DF	2	1
Subtotal Brasil		2	1
EXTERIOR		0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		2	1

Fonte: Seção de Material e Patrimônio

Quadro A.8.2.2.1 – Discriminação dos imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ – Exceto imóvel funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
040003	9701.22317.500-7	13	5	7.705.501,21	23/05/2014	13.553.670,2	1.872.791,67	534.200,30
040003	9701.23802.500-1	3	5	5.250.023,69	--	5.250.023,69	--	1.329.124,20
Total							1.872.791,67	1.863.324,50

Fonte: Seção de Material e Patrimônio e Seção de Manutenção Predial e Arquitetura.

O Conselho Nacional de Justiça é responsável por apenas um imóvel da União, localizado na SEP/Quadra 514, lote 07, Bloco B, Asa Norte, entregue pela Secretaria do Patrimônio da União/MPOG, por meio do Termo de Entrega datado de 14 de junho de 2012, processo nº 04991.001263/2012-13, registrado no Livro nº 7, de Registro de Atos relativos a aquisição,

alienação, cessão, aforamento e outros, concernentes a imóveis do patrimônio da União, da Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal, fls. 162 e 163, estando registrado no SPIUnet, sob o nº 9701 22317.500-7.

Desde julho de 2012, quando o imóvel foi recebido em condições precárias (reparos importantes) por este Conselho, a Administração iniciou o projeto de sua recuperação, mediante intervenções pontuais.

Para solucionar por completo os problemas do imóvel, as intervenções necessárias contemplam a substituição integral das instalações elétricas, lógicas e de refrigeração, a recuperação e impermeabilização da cobertura (substituição do telhado atual), a revitalização da fachada (com troca de esquadrias), a substituição dos elevadores, a troca de piso e forro, divisórias, persianas, revestimentos e instalações hidrossanitárias, as correções de acessibilidade e de detecção e combate a incêndio, dentre as quais a construção de uma torre de escada de emergência, e, por fim, a correção das rampas e do piso do estacionamento interno.

As adaptações foram iniciadas no primeiro semestre de 2014, de forma gradativa e por andar devido à necessidade de se manter o prédio ocupado e em funcionamento.

Com a entrega do 3º pavimento em agosto de 2014, o prédio passou a ser integralmente ocupado, haja vista a necessidade de se promover a mudança de unidades que estavam instaladas nas dependências do Supremo Tribunal Federal. Desde então, a continuidade dos serviços está condicionada à transferência de unidades para áreas de ocupação temporária.

Para tanto, o CNJ prospectou imóveis públicos, por meio da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), dos órgãos do Poder Judiciário, do Governo do Distrito Federal, da Caixa Econômica Federal e do Exército Brasileiro, a fim de identificar áreas que pudessem ser cedidas temporariamente a este Conselho. Porém, não se obteve êxito.

Como não foi possível dar continuidade aos serviços no imóvel da SEP 514, que possui o maior contingente de pessoas, têm sido constantes as ocorrências que demonstram a potencialização de riscos que resultam do aumento da população fixa e flutuante do imóvel.

Desde agosto de 2014, a Administração já enfrentou problemas de sobrecarga dos circuitos elétricos (com princípio de incêndio), deslocamento e queda da tampa do reservatório da caixa d'água (com quebra de vidros, danos às esquadrias de alumínio e, por pouco, não causou ferimentos maiores em uma servidora grávida), infiltrações na cobertura (afetando salas de Conselheiros e o quadro de luz do terceiro andar) e nas esquadrias em diversos pavimentos e a frequente interrupção do funcionamento dos elevadores.

Tais ocorrências têm afetado substancialmente o funcionamento do órgão e, ainda, causado um clima de insegurança e insatisfação do seu quadro funcional e do público, bem como impedido o acesso de portadores de necessidades especiais ao Plenário, aos Gabinetes dos Conselheiros e às demais unidades.

O segundo imóvel localiza-se na SCR 702/703, Bloco B, Loja 16/18, Edifício Radiobras, Asa Norte, Brasília, registrado no SPIUnet sob o nº 9701 22317.500-7. O imóvel é de propriedade da EBC - Empresa Brasil de Comunicação e foi disponibilizado ao CNJ mediante a formalização do Termo de Cessão de Uso Gratuito e Temporário, datado de 6 de fevereiro de 2014, pelo período de 2 anos, na condição de o CNJ realizar as adaptações necessárias às instalações das unidades e assumir as despesas de manutenção do imóvel.

Os serviços de adaptação do primeiro ao quarto pavimentos foram concluídos, de forma que já se encontram ocupados por unidades que estavam instaladas no edifício da SEPN 514.

Como a área dos dois edifícios não comporta todas as unidades do CNJ, algumas unidades do Conselho ocupam parte do Edifício Anexo I do STF, parte do Edifício do Tribunal Superior do Trabalho, localizado no SAAN, e do Superior Tribunal de Justiça, no Setor de Autarquias Federal, cujas despesas com manutenção e conservação estão sob a responsabilidade dos respectivos órgãos cedentes.

Diante de tais circunstâncias, que demandam ações imediatas que assegurem a segurança de pessoas e do patrimônio público e a economicidade de recursos financeiros, a administração tem buscado alternativas para solucionar os problemas relacionados às instalações do CNJ.

Não há imóveis sob a responsabilidade do CNJ localizados no exterior, bem como não existem imóveis locados pelo CNJ nem imóveis do CNJ cedidos ou locados a terceiros. Também não há imóveis funcionais da União sob a responsabilidade do CNJ.

Por essas razões, não foram preenchidos os Quadros A.8.2.2.2 e A. 8.2.3.

Gestão da Tecnologia da Informação

Item 9 - Parte A, do Anexo II, da DN TCU nº 134/2013

9. Gestão de Tecnologia da Informação

9.1 Sistemas computacionais relacionados aos macroprocessos finalísticos e objetivos estratégicos da unidade jurisdicionada

a) Relação dos sistemas e a função de cada um deles

Sigla	Sistema	Função	Agrupamento negocial	Ato Normativo
-	Portal da Transparência	Sistema utilizado no domínio www.portaltransparencia.jus.br que detalha as despesas e receitas do judiciário	financeiro, transparência, orçamento	Resolução nº 102, de 15 de dezembro de 2009
-	Sistema de Conciliação	Captação de estatísticas de conciliações em cada tribunal.	estatística, resolução	Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010 (Arts 13,14,15)
-	Justiça Aberta - Modulo XML	Sistema de importação de dados de produtividade de 1º e 2º Grau, módulo onde as produtividades são enviadas ao CNJ através de arquivos .XML ou .CSV, utilizado por alguns tribunais, no caso, TJRJ, TJRS e TJSC, porém o sistema é aberto a todas as corregedorias que queiram encaminhar as produtividades através desses arquivos. O modulo utiliza as mesmas tabelas dos sistemas de 1º e 2 Grau.	produtividade, serviço automatizado	
BNMP	Banco Nacional de Mandados de Prisão - Módulo WEB	Módulo de consulta de mandados e expedição de certidões disponibilizado no site do CNJ.	resolução, serviço automatizado	Resolução nº 137, de 13 de julho de 2011
CACOL	Cadastro de Ações Coletivas - Replicação Nacional - WS	Sistema utilizado para armazenamento e consulta de ações coletivas originadas a partir do Ministério Público. Os tribunais são responsáveis pela alimentação dos dados do sistema, enviando os metadados dos processos e, se possível, as peças que os compõem.	resolução	Resolução Conjunta nº 2, de 21 de junho de 2011
CACOL	Cadastro de Ações Coletivas - Módulo WEB	Sistema utilizado para armazenamento e consulta de ações coletivas originadas a partir do Ministério Público. Os tribunais são responsáveis pela alimentação dos dados do sistema, enviando os metadados dos processos e, se possível, as peças que os compõem.	resolução	Resolução Conjunta nº 2, de 21 de junho de 2011
CADIC OR	Sistema de Acompanhamento de Processos Disciplinares Contra	Sistema para acompanhamento de processos disciplinares contra magistrados, preenchido pelos próprios tribunais.	correição, resolução	Resolução nº 135, de 13 de julho de 2011

	Magistrados			
CEDIN	Cadastro de Entidades Inadimplentes	Utilizado para informar os estados/municípios que não estão cumprindo o pagamento de seus precatórios e efetuar o bloqueio dos valores devidos via conexão com o BB.	resolução, orçamento	Resolução nº 115, de 29 de junho de 2010
CJC	Casas de Justiça e Cidadania	Captação de estatísticas de atendimento nas casas de justiça e cidadania.(Em Brasília é o Na Hora)	apoio a projetos	Portaria nº 499, de 07 de abril de 2009
CNA	Cadastro Nacional de Adoção	Sistema utilizado pelas unidades judiciárias para cadastro de crianças aptas a adoção, bem como os pretendentes, e as fases do processo de adoção.	resolução	Resolução nº 54, de 29 de abril de 2008
CNACL	Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei	Sistema utilizado pelas unidades judiciárias para cadastro de processos, adolescentes e medidas que foram tomadas em ações que envolvem adolescentes em conflito com a lei.	resolução	Resolução nº 77, de 26 de maio de 2009
CNCA	Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos	Sistema utilizado pelas unidades judiciárias dos tribunais estaduais para preencher informações acerca de crianças em abrigos.	resolução	Resolução nº 93, de 27 de outubro de 2009
CNCIAI	Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa e por Ato que implique Inelegibilidade	Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa. Preenchido pelos tribunais.	resolução	RESOLUÇÃO Nº 172, DE 8 DE MARÇO DE 2013 Provimento 29 de 3/7/2013
CNEP	Cadastro Nacional de Entes Públicos	Disponibilizar lista de entes da Administração das três esferas do poder público que são demandados ou demandantes em algum órgão do Poder Judiciário	apoio a projetos	Não há
CNIEP	Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais	Sistema para cadastro dos estabelecimentos penais e das inspeções realizadas nestes estabelecimentos	resolução	Resolução nº 47, de 18 de dezembro de 2007
CNIUS	Cadasto Nacional de Inspeções nas Unidades de Internação e Semi-Liberdade	Sistema utilizado pelas unidades judiciárias para cadastro de processos, adolescentes e medidas que foram tomadas em ações que envolvem adolescentes em conflito com a lei.	resolução	Resolução nº 77, de 26 de maio de 2009
CNM	Cadastro Nacional de Magistrados	Controlar o cadastro e as diversas situações dos magistrados, com a criação de histórico e contato do tribunal atualizado mensalmente	apoio a projetos, serviço automatizado	Não há

CPE	Cadastro Nacional de Presos Estrangeiros - CPE	Sistema para cadastramento do presos de nacionalidade estrangeira.	resolução	Resolução nº 162, de 13 de novembro de 2012
ENCCLA	Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Interface de acesso	Os tribunais enviam por WS os dados consolidados de processos de partes envolvidas em crime de lavagem de dinheiro e corrupção. O envio é referente a um ano específico.	apoio a projetos	Não há
GQU	Questionário de Governança de TI	Conhecido como Questionário de Governança de TI Levanta informações sobre as áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunais para criar métricas de doação de equipamentos etc		
iCNJ	Sistema de Inspeções da Corregedoria	Gerencia a visita, coleta de informações sobre magistrados, serventias, tribunal, entre outros pelos participantes da inspeção. Gera relatórios de conclusão, e dá a possibilidade de continuação caso haja retorno para nova inspeção.		
INFOJURIS	Sistema de Informativo de Jurisprudência	Sistema utilizado para consulta de jurisprudência dos processos do CNJ. Processos sigilosos podem ser consultados após o login, dependendo do grupo de AD do usuário.		
JUSNUM	Justiça em Números	Sistema utilizado pelos tribunais para alimentar as estatísticas do projeto Justiça em Números. O DPJ utiliza o sistema para gerar relatórios e ditar quando o sistema abre para novas inserções.		
MD	Malote Digital - Malote Digital	Sistema para envio de comunicações entre os órgãos da justiça		
Metas 2014	Metas 2014 - Módulo WEB	Sistema que centraliza o acesso a todos os outros sistemas das metas. O novo Sistema Metas 2014 tem como objetivo se tornar um sistema único para todos os projetos de Metas anuais.		
Metas ENASP	Metas ENASP	Convênio com o MP para acompanhamento das metas da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública. A Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp) tem o objetivo de promover a articulação dos órgãos responsáveis pela segurança pública		

NURER	Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos - WS de alimentação de dados	O NURER tem por objetivo uniformizar os procedimentos de gerenciamento dos processos que se encontram sobrestados no Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Superior Eleitoral, Superior Tribunal Militar, Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e nos Tribunais Regionais Federais devido à aplicação das regras particulares de julgamento da repercussão geral e dos recursos repetitivos;		
OUV	Sistema de Ouvidoria	Sistema utilizado para responder a todos questionamentos que chegam pela ouvidoria.		
PJE	Processo Judicial Eletrônico - Pje	Controle da tramitação do processo; Padronização de todos os dados e informações compreendidas pelo processo judicial; Produção, registro e publicidade dos atos processuais; Fornecimento de dados essenciais à gestão das informações necessárias aos diversos órgãos de supervisão, controle e uso do sistema judiciário.	Processo eletrônico, judicial	
PORTAL	Portal do CNJ	Portal do CNJ, feito com a ferramenta JOOMLA.		
QDGE	Pesquisa de Clima Organizacional do Poder Judiciário	Questionário que descreve o bem estar dos servidores do judiciário junto ao órgão que está exercendo suas atividades		
QPS	Questionário de pesquisa de satisfação	Coletar informações de qualquer pessoal sobre satisfação do atendimento, organização e estrutura do tribunal		
R102	SIAFI-JUD - Sistema de Administração Financeira do Judiciário	Sistema utilizado pelos tribunais onde é feito o upload de uma planilha contendo todos os dados relativos à resolução 102., que dispõe sobre a regulamentação da publicação de informações alusivas à gestão orçamentária e financeira, aos quadros de pessoal e respectivas estruturas remuneratórias dos tribunais e conselhos. O envio é mensal.		
RC	Registro Civil	Consulta pública dos cartórios que emitem certidões (nascimento, casamento e óbito), baseada na base de dados do Justiça Aberta		

REESP REC	Reestruturação de Precatórios da Corregedoria Nacional	Controlar visitas da equipe no setor de precatórios dos tribunais, armazenar arquivos adquiridos nas visitas, gerar relatórios. Controlar entidades devedoras, informações gerais e sugestões de melhorias.		
RES 107	Resolução 107 – Assistência à Saúde	Sistema utilizado pelos tribunais onde é feito o upload de uma planilha contendo todos os dados relativos à resolução 107., Institui o Fórum Nacional do Judiciário para monitoramento e resolução das demandas de assistência à saúde. O envio é mensal.		
RES 88	Resolução 88	Sistema para envio de arquivos referentes aos cargos, jornada de trabalho e quadro efetivo de cada tribunal		
SACI	Sistema de Apoio às Correções e Inspeções - Módulo WEB	Sistema que irá apoiar as correções e inspeções realizadas pela Corregedoria Nacional de Justiça, ajudando no registro das pendências e gerando as Atas automaticamente.		
SAPRS	Justiça Plena: Sistema de Acompanhamento de Processos de Relevância Social	Os Tribunais indicam, o CNJ aprova ou não o acompanhamento do Processo indicado, se aprovado, a partir daí, pelo sistema o CNJ pode cobrar das partes envolvidas, esclarecimentos e documentações do processo, no sistema são feitos uploads de arquivos.		
SCA	Sistema de Controle de Acesso	Sistema que unifica os logins/senhas de outros sistemas do CNJ, criando um único ponto de acesso aos sistemas que o usuário tem acesso. Além disso, o sistema mantém a vinculação entre os sistemas e os perfis disponibilizados. O sistema também provê um cadastro único de órgãos judiciários, com uma visão hierárquica administrativa.		
SCN	Projeto Começar de Novo	A empresa entra no sistema e pode oferecer cursos e vagas para egressos do sistema prisional. Os comitês definidos pelos magistrados procuram as vagas e eles mesmo verificam se tem algum egresso que se encaixa no perfil da vaga do curso/emprego.		

		Autenticação própria no sistema.		
SEJ	Serventias Extrajudiciais	Sistema utilizado para captação de produtividade dos cartórios		
SGT	Sistema de Gestão de Tabelas	Sistema para controle das tabelas processuais unificadas do CNJ, inclusive com consulta pública e disponibilização das versões.	resolução, finalístico	
SJ1	Serventias Judiciais de 1º Grau	Sistema utilizado para captação de produtividade dos magistrados e serventias judiciais de 1º grau.		
SJ2	Serventias Judiciais de 2º Grau	Sistema utilizado para captação de produtividade dos magistrados de 2º grau.		
SJJ	Sistema Justiça ao Jovem	Sistema de questionário, onde se cadastram perguntas e tipos de resposta. Utilizado nas visitas do DMF aos estabelecimentos de internação de menores.		
SMC	Sistema Mutirão Carcerário	Sistema utilizado nas visitas dos mutirões carcerários, com o cadastro de processos revisados.	processo eletrônico	
SMIEJ	Sistema Mutirão - Infância e Juventude	Sistema utilizado nas visitas dos mutirões socioeducativos com o cadastro de processos revisados, referentes aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa.	processo eletrônico	
SNBA	Sistema Nacional de Bens Apreendidos	Sistema utilizado para controle de todos os bens apreendidos pela justiça.		
SNCI	Sistema Nacional de Controle de Interceptações	Sistema Nacional de Controle de Interceptações		
SQDPJ	Sistema de Questionário do DPJ	O DPJ planeja manter periodicamente questionários com as mais diversas necessidades para a tomada de decisões		
SVC	Cadastro Nacional de Vídeo Conferência	Sistema utilizado pela área de INFRA do CNJ para agendamento de videoconferências		
VEP	Execuções Penais	Sistema utilizada para acompanhamento das execuções penais de cada Tribunal. O TJPB e TJMA estão utilizando o sistema, o CNJ só realiza manutenções corretivas na aplicação.	processo eletrônico	

b) Eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades, suas justificativas e as medidas programadas

Sigla	Sistema	Justificativa	Medidas Programadas
ED	Escritório Digital	Com as diversas soluções tecnológicas para as movimentações processuais nos tribunais, cada uma projetada de forma distinta, desde sua arquitetura até sua implantação, a comunicação para uma consulta processual nacional unificada e até a atuação nos processos, tornam-se inviáveis. Mesmo no caso do sistema PJe, não existe uma integração que permita o acesso por uma única via. Com objetivo de contornar essa dificuldade, a Secretaria Geral propôs a criação de um de um software com o propósito de facilitar a integração entre os diversos sistemas processuais, inclusive as várias instalações do PJe. Essa integração compreenderia os Tribunais que implementassem o Modelo Nacional de Interoperabilidade – MNI, previsto na Resolução Conjunta nº 3/2013, de modo a permitir, por meio de um único sítio na Internet, o acesso aos processos dos sistemas dos Tribunais brasileiros.	CNJ compôs equipe de desenvolvimento do projeto
REPNAC	Replicação Nacional de Processos Judiciais	Evitar a manutenção de diversos cadastros derivados de resoluções do CNJ que tratam de estatísticas de movimentação processuais em tribunais brasileiros.	CNJ compôs equipe de estudos para prospectar solução para composição de banco de dados centralizado para armazenamento dos movimentos de todos os processos judiciais do Brasil.
PJE2	Processo Judicial Eletrônico 2.0	Prover nova arquitetura e funcionalidades que venham a atender muitas solicitações de melhoria do Sistema Pje, atualmente implantada em muitos tribunais brasileiros	CNJ compôs comitê para levantamento de requisitos para necessidade de melhoria da arquitetura atual do sistema Pje
	Sistema de Gravação de Audiências	Dar cumprimento à resolução nº 105 do CNJ, que dispõe sobre a documentação dos depoimentos por meio do sistema audiovisual e realização de interrogatório e inquirição de testemunhas por videoconferência.	CNJ compôs comitê para adaptação do sistema de gravação produzido pelo Tribunal de Justiça do Pernambuco.

- c) Relação dos contratos que vigoram no exercício de referência do relatório de gestão, incluindo a descrição de seus objetos, demonstração de custos relacionados a cada contrato, dados dos fornecedores e vigência

Quadro A.9.1 – Contratos na Área de Tecnologia da Informação em 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
2008/18	Prestação de serviços de teleprocessamento por meio de dois links redundantes para transmissão de dados com velocidade mínima de 100Mbps (Megabits por segundo)	12/01/2014	76.535.764 /0001-43	Brasil Telecom S/A	R\$ 179.199,72	R\$ 2.737,77
2009/58	Serviços de suporte On-Site para solução de armazenamento de dados e Backup.	29/12/2015	02.277.205 /0001-44	VERT SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA	R\$ 460.457,04	R\$ 274.810,70 Restos a Pagar: R\$ 45.912,86
2010/24	Prestação de serviços de suporte em tecnologia da informação.	9/08/2015	26.990.812 /0001-15	TECNISIS INFORMÁTICA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA.	R\$ 4.691.479,30	R\$ 2.493.440,17 Restos a Pagar: 193.433,48
2010/48	Prestação de serviços de rede WAN para o tráfego de dados, voz e videoconferência entre os órgãos do Poder Judiciário.	10/11/2014	33.530.486 /0001-29	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A - EMBRATEL	R\$ 3.538.505,16	R\$ 3.105.936,17 Restos a Pagar: R\$ 329.806,99
2010/50	Contratação de serviço de acesso móvel à internet com pacote de transmissão ilimitada de dados.	18/12/2014	40.432.544 /0001-47	CLARO S.A.	R\$ 37.408,80 (Quinto Termo Aditivo)	R\$ 32.524,67 Restos a Pagar: R\$ 4.884,13
2011/16	Contratação de serviço (link) de acesso à internet.	3/07/2015	03.420.926 /0001-24	GLOBAL VILLAGE	R\$ 186.075,00 (Segundo	R\$ 162.298,61 Restos a Pagar:

				TELECOM LTDA.,	Termo Aditivo)	R\$ 23.776,39
2011/19	Serviço de suporte técnico em softwares.	19/10/2014	59.456.277 /0001-76	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	R\$ 249.337,80	R\$ 213.716,67 Restos a Pagar: R\$ 28.396,80
2011/32	Fornecimento de produtos McAfee, instalação, configuração, atualização da solução integrada de segurança	16/10/2014	04.786.911 /0001-47	PSN Tecnologia Ltda.	R\$ 15.600,00	R\$ 15.600,00
2011/49	Prestação de serviço em tecnologia da informação para manutenção e suporte técnico de softwares.	25/01/2015	26.990.812 /0001-15	Tecnisys Informática e Assessoria Empresarial LTDA.	R\$ 10.439.634,53	R\$ 5.569.489,80 Restos a Pagar: R\$ 610.761,19
2012/12	Contratação do SERPRO para a atualização semestral das bases CPF e CNPJ.	17/05/2015	33.683.111 /0001-07	Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO	R\$ 49.520,44	R\$ 47.608,83
2012/29	Aquisição de biblioteca de fitas com serviço de suporte técnico e cartuchos de fita magnética.	23/09/2016	32.578.387 /0001-54	Unitech-Rio Comércio e Serviços LTDA	R\$ 18.449,86	R\$ 8.057,43 Restos a Pagar: R\$ 768,74
2012/50	Aquisição de licenças de uso definitivo de softwares Microsoft na modalidade <i>Enterprise Agreement</i> (EA), com atualizações de versões	20/1/2016	41.587.502 /0011-10	LANLINK INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 807.782,09	R\$ 807.782,09
2013/04	Prestação de serviços técnicos especializados para o atendimento de 1º nível (telefônico e remoto) aos usuários internos do conselho nacional de justiça e externos (âmbito nacional), bem como para o atendimento de 2º nível (presencial e	20/09/2014	65.599.953 /0004-06	CPM BRAXIS S.A.	R\$ 727.047,34	R\$ 526.384,61

	remoto.					
2013/05	Contratação de empresa para prestar serviço de link de dados redundante com suporte.	24/03/2015	33.683.111 /0001-07	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO	R\$ 112.800,00	R\$ 97.133,34 Restos a Pagar: R\$ 15.666,66
2013/07	Prestação de serviço de link de acesso à internet.	2/04/2015	33.530.486 /0001-29	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A - EMBRATEL	R\$ 186.075,00	R\$ 185.912,56 Restos a Pagar: R\$ 18.090,69
2013/13	Prestação de serviços de operação assistida, suporte técnico e treinamento para solução de telefonia IP.	19/05/2014	06.277.077 /0001-90	MAHVLA TELECOMM CONSULTORIA E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA.	R\$ 715.909,48	R\$ 141.800,75
2013/27	Prestação de serviços de manutenção corretiva e evolutiva para computadores servidores marca DELL POWEREDGE R710.	8/10/2014	32.219.511 /0001-95	BIGBLUE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA.	R\$ 6.729,95	R\$ 6.318,68 Restos a Pagar: R\$ 411,28
2013/34	Solução de segurança de rede e aplicação com redundância.	15/12/2014	08.366.661 /0001-47	GLOBAL IP TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA.	R\$ 143.325,00	R\$ 47.190,00 Restos a Pagar: R\$ 96.135,00
2013/36	Aquisição de microcomputadores, incluindo os serviços de garantia técnica "on-site"	30/12/2017	81.243.735 /0001-48	Positivo Informática S.A.	R\$ 44.336.656,00	R\$ 828.800,00
2013/38	Aquisição de equipamentos de rede para ampliação da infraestrutura do contratante, contemplando instalação, suporte técnico e renovação do suporte dos equipamentos em	30/12/2014	05.280.162 /0001-44	AYNIL SOLUÇÕES S.A.	R\$ 2.655.515,74	R\$ 227.645,46 Restos a Pagar: R\$ 68.293,64

	produção no contratante.					
2013/41	Aquisição de solução de rede sem fio, incluindo suporte técnico e treinamento.	30/12/2014	08.849.819 /0001-30	CPM BRAXIS TECNOLOGIA LTDA.	R\$ 266.739,96	R\$ 66.987,96 Restos a Pagar: R\$ 6.933,33
2014/18	Prestação de serviço de suporte técnico para sala cofre certificada ABNT NBR 15.247, abrangendo manutenção preventiva, corretiva e evolutiva de todos os subsistemas.	02/06/2015	43.209.436 /0001-06	ACECO TIS/A	R\$ 946.727,55	R\$ 430.752,96 Restos a Pagar: R\$ 67.006,02
2014/21	Atualização de licenças do software VMware vSphere 5 Enterprise para VMware vSphere 5 Enterprise Plus, por 36 meses, e a renovação dos direitos de atualização e suporte técnico do tipo production dos softwares VMware vSphere 5 Enterprise Plus e VMware vCenter Server 5 Standard, pelo mesmo período.	26/06/2017	01.181.242 /0001-91	COMPWIRE INFORMÁTICA S/A	R\$ 659.999,72	R\$ 659.999,72
2014/22	Renovação dos direitos de atualização e suporte técnico do tipo production do software VMware vSphere 5 Enterprise Plus, por 36 meses.	30/07/2017	09.284.973 /0001-74	LCS – DESENVOLVIMENTO, NEGÓCIOS E INTERMEDI AÇÕES LTDA	R\$ 129.000,00	R\$ 129.000,00
2014/23	Aquisição de licenças do software VMware vSphere 5 Enterprise Plus, incluindo os direitos de atualização e suporte técnico do tipo production, por 36 meses	26/06/2017	94.316.916 /0005-22	LTA-RH INFORMÁTICA, COMÉRCIO, REPRESENT AÇÕES LTDA	R\$ 765.000,00	R\$ 765.000,00

2014/25	Prestação de serviços de suporte técnico remoto e presencial do sistema MÓDULO RISK MANAGER	06/07/2015	28.712.123 /0003-36	MÓDULO SECURITY SOLUTIONS S/A	R\$ 133.000,00	R\$ 53.199,88 Restos a Pagar: R\$ 11.083,43
2014/35	Prestação de serviços de manutenção em ativos de hardware.	13/10/2015	03.582.556 /0001-21	SUPPORT TELEINFOR MÁTICA LTDA. - ME	R\$ 248.997,96	R\$ 0,00 Restos a Pagar: R\$ 33.891,39
2014/34	Prestação de serviços técnicos em Tecnologia da Informação para execução continuada de atividades de suporte técnico remoto e presencial a usuários de soluções TIC do CNJ.	21/10/2015	00.308.141 /0001-76	CONNECTCOM TELEINFOR MÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.	R\$ 1.110.996,96	R\$ 0,00 Restos a Pagar: R\$ 172.821,75

Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

Item 10 - Parte A, do Anexo II, da DN TCU nº 134/2013

10. Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

10.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens de contratação de serviços ou obras

Quadro A.10.1 – Aspectos de Gestão Ambiental

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		X
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?		X
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			
<p>O Conselho Nacional de Justiça, no âmbito de suas competências atribuídas pelo artigo 103-B da Carta Magna, editou três atos que abordam de forma direta a questão socioambiental e outros cinco atos fundamentados na Resolução n. 70, de 18 de março de 2009, que estão consignadas na Cartilha Sociambiental.</p> <p>Com o objeto de fomentar as práticas socioambientais no Poder Judiciário, a Rede Socioambiental do Conselho Nacional de Justiça, sob a responsabilidade do Departamento de Pesquisas Judiciárias, foi criada há dois anos e atualmente conta com 957 contatos, sendo: TJs: 198 contatos, TRFs: 128 contatos, TRTs: 112 contatos, TRES: 116 contatos, TJMs: 8 contatos, Tribunais Superiores: 59 contatos, Outros: 336 contatos.</p> <p>Todas ações implementadas e a cartilha podem ser consultadas no Portal do CNJ, no link: http://www.cnj.jus.br/publicacoes/cartilhas-manuais-e-guias</p> <p>Em 2014, o CNJ lançou a campanha Melhore o Planeta, que tem por objetivo propor mudanças no local de trabalho e disseminar ações que contribuam para a sustentabilidade ambiental. Os dados sobre a campanha estão disponíveis para consulta no Portal do CNJ, no link http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/pj-gestao-socioambiental/melhore-o-planeta</p> <p>As regras e diretrizes para as contratações no âmbito do CNJ são reguladas pela Instrução Normativa CNJ n. 44/2012, que estabelece, entre outros, a obrigatoriedade de elaboração de estudos do impacto ambiental decorrente das contratações. Além disso, a depender do objeto, são estabelecidas exigências alinhadas a aquisição de produtos ou práticas sustentáveis, tais como:</p> <p>a) Aquisição de papel A4 reciclado;</p> <p>b) Adoção de procedimentos de logística reversa de cartuchos/suprimentos de toners; e</p> <p>c) Descarte de sucatas ou resíduos de acordo com as políticas de sustentabilidade ambiental.</p> <p>Quanto à coleta seletiva de resíduos, está em tramitação o processo para credenciamento de cooperativas.</p>			

Atendimento de Demandas de Órgãos de Controle

Item 11 - Parte A, do Anexo II, da DN TCU nº 134/2013

11. Atendimento de Demandas de Órgãos de Controle

11.1 Tratamento das recomendações exaradas em acórdãos pelo TCU

Quadro A.11.1.1 – Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Conselho Nacional de Justiça					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC 005.691/2013-3	1809/2013 – Plenário	1.8.1	DE	Ofício 0361/2013-TCU/SecexAdmin
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Conselho Nacional de Justiça					
Descrição da Deliberação					
1.8.1 determinar ao Conselho Nacional de Justiça que faça constar de seu Relatório de Gestão anualmente enviado a este Tribunal, enquanto durar a fase de implementação e implantação do Processo Judicial eletrônico no Poder Judiciário, em tópico específico, informações relativas às ações adotadas visando garantir a acessibilidade a todos os usuários daquele sistema, independentemente de eventuais limitações físicas de que sejam portadores.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Departamento de Tecnologia da Informação					
Síntese da Providência Adotada					
<p>Diversas ações estão em curso a respeito do tema:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escritório Digital: quantitativamente, os advogados representam o maior grupo de usuários do PJe. Visando garantir melhor facilidade de uso do sistema a esse perfil de usuários, encontra-se em desenvolvimento o sistema Escritório Digital, iniciativa conjunta do CNJ e Conselho Federal da OAB, que deverá tornar-se o portal único de acesso dos advogados ao Processo Judicial Eletrônico. Desde sua concepção, o Escritório Digital estabeleceu requisitos de usabilidade, mobilidade e acessibilidade a serem seguidos rigorosamente pela equipe de desenvolvimento do sistema, de forma tal, que usuários com deficiência tenham condições de pleno uso das funcionalidades oferecidas pela aplicação, sem necessidade de adaptações para atendimento às necessidades especiais desse público. A primeira versão do Escritório Digital será disponibilizada para avaliação a um grupo de advogados indicados pelo Conselho Federal da OAB em maio desse ano; - Equipe de usabilidade e acessibilidade: foi estabelecido um grupo técnico para tratar das questões de usabilidade e acessibilidade na versão atual do PJe. Na sua composição, a equipe conta com profissionais de desenvolvimento de software, web designers e consultores especialistas nos temas. A equipe está trabalhando nas estratégias de alteração do sistema para atendimento aos requisitos e deverá disponibilizar alguns itens de melhoria na usabilidade e acessibilidade ainda no primeiro semestre desse ano; - PJe 2.0: encontra-se em curso um projeto de revisão geral da arquitetura do sistema PJe, batizado PJe 2.0. A exemplo das premissas de acessibilidade a serem seguidas pela equipe de desenvolvimento do Escritório Digital, o grupo técnico responsável pelo PJe 2.0 também deve garantir a observância dos padrões de usabilidade e acessibilidade durante o desenvolvimento. O cronograma de execução das atividades do PJe 2.0 prevê a substituição das funcionalidades existentes na versão atual do PJe. Nesse cenário, à medida que tais funcionalidades sejam alteradas e disponibilizadas, os usuários deficientes, gradualmente, passam a se beneficiar das melhorias. A primeira entrega de funcionalidades do PJe 2.0 está prevista para julho de 2015; - Treinamentos: No último dia 22, realizamos um workshop direcionado às equipes de TI do Conselho, em que participaram como palestrantes o juiz auxiliar da Presidência do CNJ, Dr. Bráulio Gusmão; o servidor do TRT 9ª Região, Leondeniz de Freitas, que é deficiente visual; e a servidora do Ministério do Planejamento, responsável 					

técnica pelos padrões de usabilidade no âmbito do Poder Executivo, Fernanda Lobato. Durante o evento, foram apresentados conceitos, normas e exemplos da importância de observância das regras de acessibilidade que permitem o acesso de pessoas com deficiência aos sistemas de informação. O CNJ, em parceria com o Ministério do Planejamento, disponibilizará, em breve, um calendário de palestras e treinamentos voltados a servidores do Poder Judiciário acerca do tema.

Síntese dos Resultados Obtidos

Vem sendo conferida acessibilidade ao PJe, tornando mais efetivo o acesso à justiça.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não há.

Acompanhamento dos Acórdãos de 2014 encaminhados pelo TCU para o CNJ

Acórdão	Objeto	Tratamento
2248/2014 – TCU – Plenário	Pagamento de auxílio-alimentação a magistrados	Encaminhado à Corregedora Nacional de Justiça para ciência do acórdão.
6748/2014 – TCU – Primeira Câmara	Indícios de inconformidade na gestão do TRE/AC em 2010	Encaminhado à Corregedora Nacional de Justiça para ciência do acórdão.
2875/2014 – TCU – Plenário	Irregularidades na construção do Cartório Eleitoral de Formosa/GO.	Encaminhado à Corregedora Nacional de Justiça para ciência do acórdão.
2840/2014 – TCU – Plenário	Regularidade dos contratos celebrados pela PCDF e por órgãos do Ministério da Justiça para fornecimento manutenção do Sistema Guardião.	Encaminhado à Corregedora Nacional de Justiça para ciência do acórdão.
2626/2014 – TCU – Plenário	Iniciativa do TJPA, que instituiu Comissão Permanente de Combate à Grilagem, com vistas a prevenir situações litigiosas que envolvam a posse de terra.	Expedição de Ofício-Circular nº 20/SG/2015 para os Tribunais de Justiça dando ciência da boa prática adotada pelo TJPA.
3536/2014 – TCU – Plenário	Arquivamento do Processo referente ao Termo de Compromisso entre CNJ, MPU e TRF1, tendo em vista o cumprimento de recomendação do TCU, pelo TRF1, para anular o processo de concorrência para construção da sede deste Tribunal.	Encaminhamento à Secretaria Geral, com recomendação para encaminhamento à Corregedoria Nacional de Justiça.
3445/2014 – TCU – Plenário	Necessidade de preenchimento de requisito de tempo mínimo de cinco anos no cargo em que se dará a aposentadoria para deferimento de abono de permanência.	Encaminhado à Corregedoria Nacional de Justiça e Diretoria-Geral. Expedido Ofício-Circular nº 20/GP/2015 aos Tribunais, como boa prática a ser adotada.
3414/2014 – TCU – Plenário	Relatório sistêmico da função da Previdência Social.	Encaminhamento à Secretaria Geral, com recomendação para encaminhamento para Comissão Permanente de Eficiência de Pessoas e à Diretoria Geral.
1157/2014 – TCU – Plenário	Dispõe sobre parcelas que integram os proventos e que são isentas de proporcionalidade em	Encaminhado memorando da SCI para Corregedoria Nacional de Justiça para ciência do

	caso de aposentadoria.	acórdão.
751/2014 – TCU – Plenário	Auditoria realizada no TRE-SP.	Encaminhado memorando à Corregedoria Nacional de Justiça para ciência do acórdão.
821/2014 – TCU – Plenário	O subitem 9.4 do Acórdão recomenda a regulamentação sobre elaboração de Programa de Auditoria.	Aguarda deliberação do Plenário do CNJ (Processo nº 7029.43.2014.2.00.0000).

11.2 Tratamento das recomendações feitas pela Secretaria de Controle Interno

A Secretaria de Controle Interno é unidade constante da própria estrutura do CNJ, vinculada à Presidência.

Quadro A.11.2.1 – Cumprimento das recomendações do órgão de controle interno

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Conselho Nacional de Justiça - CNJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	1/2014	4.1.1	Informação CNJ-INF-2014/00494 (SCI 117/2014)
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria-Geral.			
Descrição da Recomendação			
Observe os termos do art. 7º da IN CNJ n. 44/2012 para contratações que não se enquadrem dentro do limite para suprimento de fundos e para os cursos que exijam planejamento e justificativa para sua consecução (Item 2.8 – Achado A8).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Administração.			
Síntese da Providência Adotada			
A Secretaria de Administração ponderou que “em razão do quantitativo de processos em andamento, que se darão por meio de procedimentos licitatórios, e, ainda, da estruturação a Seção de Elaboração de Editais (equipe recém-nomeada), não foi possível submeter todos os projetos básicos e os termos de referência de todas as contratações diretas (dispensas de valor superior ao limite de suprimento de fundos), realizadas neste exercício, à análise preliminar daquela unidade”. Por fim, comprometeu-se “a adotar esse fluxo para as contratações diretas, por inexigibilidade e por dispensa, com exceção das fundamentadas nos incisos I e II do art. 24 da Lei n. 8.666/1993 se o objeto for de pronta entrega e de baixa complexidade.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração dos procedimentos realizados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Grande quantidade de processos em andamento e equipe recém-nomeada na Seção de Elaboração de Editais prejudicaram a adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	1/2014	4.1.2	Informação nº 078/2014
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria-Geral			
Descrição da Recomendação			
Acompanhe o andamento do Processo n. 046.820/2012-4, em trâmite no Tribunal de Contas da União, a fim de monitorar o julgamento dos Embargos Declaratórios interpostos pela Global IP em relação à decisão proferida no Acórdão n. 3211/2013-Plenário, que manteve o impedimento da empresa licitar pelo período de três meses (Item 2.11 – Achado A11).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral.			
Síntese da Providência Adotada			
Em consulta ao andamento do processo no sítio do TCU, identificou-se o julgamento dos Embargos de Declaração, que foram negados pelo Ministro Relator do processo, por meio do Acórdão nº 0338-05/14-P. No entanto, o Ofício nº 0365/2014-TCU/SecexDefesa, que comunicou o deferimento da antecipação de tutela à Global IP Tecnologia da Informação Ltda, em face da Ação Cautelar nº 15426-81.2014.4.01.3400, para “suspender os efeitos do acórdão prolatado pelo Pleno do TCU nos autos da Representação TCU 046.820/2012-4”.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Processo julgado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	1/2014	4.2.1	Informação nº 41/2014 - SECOM/COMC/DG
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Administração.			
Descrição da Recomendação			
Junte ao Processo n. 348.296 a verificação do preço praticado pelo SERPRO em outros órgãos públicos, por ocasião da prorrogação do Contrato CNJ n. 5/2013, em março de 2014 (Item 2.2 – Achado A2).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Compras.			
Síntese da Providência Adotada			
Às fls. 321/322 do processo a Chefe da Seção de Compras informa as providências adotadas com vistas à prorrogação do Contrato CNJ nº 5/2013. Conforme recomendado pela SCI foi realizada pesquisa de preços em órgãos públicos, a qual foi consolidada no demonstrativo que está anexado ao processo à fl.310.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Demonstrativo da pesquisa de preços consolidado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	1/2014	4.2.2	Despacho nº 662/2014 - SAD/DG
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Administração.			
Descrição da Recomendação			
Negocie com a empresa Embratel a redução do valor do Contrato n. 7/2013, de forma que alcance o preço praticado pela GVT para fornecimento de links de internet, e apresente resposta no prazo de 30 dias (Item 2.3 – Achado A3).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Administração.			
Síntese da Providência Adotada			
Por meio do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 7/2013 o CNJ prorrogou por 12 meses a sua vigência e reduziu seu valor em 27,60%. Além disso, o Segundo Termo Aditivo tornou sem efeito o Primeiro Termo Aditivo, o que excluiu a previsão de reajuste para a contratação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Redução do valor da fatura em 27,60%.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	1/2014	4.2.3	Despacho nº 662/2014 - SAD/DG
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Administração.			
Descrição da Recomendação			
Considerando que o preço contratado foi superior ao preço do objeto similar contratado pelo CNJ (Item 2.3), a impossibilidade de inclusão de cláusula de reajuste, e a proximidade do encerramento da vigência do Contrato n. 7/2013, em 3 de abril de 2014, sugere-se que seja viabilizado novo procedimento licitatório ou elaborado novo termo aditivo para excluir a cláusula de reajuste, devendo requerer do DTI a instauração de procedimento administrativo para viabilizar nova contratação, caso não seja possível a elaboração de termo aditivo para excluir a cláusula de reajuste (Item 2.5 – Achado A5) que justifiquem a apropriação do ônus da remarcação das passagens pelo CNJ.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Administração.			
Síntese da Providência Adotada			
Por meio do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 7/2013 o CNJ prorrogou por 12 meses a sua vigência e reduziu seu valor em 27,60%. Além disso, o Segundo Termo Aditivo tornou sem efeito o Primeiro Termo Aditivo, o que excluiu a previsão de reajuste para a contratação.			

Síntese dos Resultados Obtidos
Prorrogação do contrato e exclusão da previsão de reajuste.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	1/2014	4.2.4	Despacho nº 662/2014 - SAD/DG
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Administração.			
Descrição da Recomendação			
Adote providências para que as prorrogações ou renovações contratuais sejam conduzidas independentemente das negociações com as empresas contratadas (Item 2.6 – Achado A6).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Administração.			
Síntese da Providência Adotada			
A SAD, em articulação com as unidades competentes, adotará as medidas cabíveis para cumprimento da orientação dada pela SCI.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	1/2014	4.2.5	Despacho nº 662/2014 - SAD/DG
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Administração.			
Descrição da Recomendação			
Defina, sempre que possível, prazo limite para a fase de negociação com a empresa contratada, a fim de que não haja impacto nas renovações ou prorrogações pretendidas, acarretando em contratações emergenciais (Item 2.6 – Achado A6).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Administração.			
Síntese da Providência Adotada			
A SAD, em articulação com as unidades competentes, adotará as medidas cabíveis para cumprimento da orientação dada pela SCI.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Alteração de procedimentos.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	1/2014	4.3.1	"Memorando nº 056/DTI DESPACHO Nº CNJ-DES- 2014/06989 "
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Gestor do Contrato n. 48/2011.			
Descrição da Recomendação			
Apresente, no prazo de 15 dias, a localização das quatro licenças do sistema CONSIAFI cuja manutenção foi julgada necessária, a fim de justificar quantitativo superior à necessidade constatada em sede de auditoria (Item 2.10 – Achado A10).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gestor do Contrato n. 48/2011.			
Síntese da Providência Adotada			
Foi informado que duas das licenças CONSIAFI estão instaladas em equipamentos do gabinete do DTI e outras duas na SOF.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Justificado quantitativo superior à necessidade constatada em sede de auditoria.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	1/2014	4.4.1	Informação nº 078/2014 - SCI/Presi/CNJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Compras.			
Descrição da Recomendação			
Após análise de Processo n. 351.503, faz-se necessário ratificar a recomendação para que “adote, nos moldes do Manual de Estimativa de Preços, aprovado pela Portaria CNJ n. 379, de 29 de outubro de 2013, procedimento de pesquisa de preços em órgãos da Administração Pública, mesmo quando se tratar de empresa pública prestadora do serviço (Item 2.2 – Achado A2)”.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Compras.			
Síntese da Providência Adotada			
A Seção de Compras tomou ciência da recomendação. A recém editada IN SLTI nº 5, de 27/6/2014, trouxe novas orientações para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.			

Síntese dos Resultados Obtidos
Alteração de procedimentos.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	1/2014	4.4.2	Informação nº 078/2014 - SCI/Presi/CNJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Compras.			
Descrição da Recomendação			
Doravante, insista em obter da empresa contratada anteriormente, pesquisa de preços válida, a fim de que sejam consideradas para obtenção do valor médio para a contratação (Item 2.2 – Achado A2).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Compras.			
Síntese da Providência Adotada			
Com base na recém editada IN SLTI nº 5, de 27/6/2014, que trouxe novas orientações para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, o CNJ atualizou o seu manual de pesquisa de preços, por meio de Portaria.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	1/2014	4.4.3	Informação nº 078/2014 - SCI/Presi/CNJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Compras.			
Descrição da Recomendação			
Utilizem, doravante, sempre que houver compatibilidade dos serviços/materiais, os preços praticados em contratos firmados com o CNJ, principalmente aqueles assinados nos últimos três meses, para elaboração do mapa comparativo de preços (Item 2.3 – Achado A3).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Compras			
Síntese da Providência Adotada			
Com base na recém editada IN SLTI nº 5, de 27/6/2014, que trouxe novas orientações para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, o CNJ atualizou o seu manual de pesquisa de			

preços, por meio de Portaria.
Síntese dos Resultados Obtidos
Alteração de procedimentos.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	1/2014	4.4.4	Informação nº 078/2014 - SCI/Presi/CNJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Compras.			
Descrição da Recomendação			
Em caso de discordância, pela área demandante, da pesquisa apresentada, submeta a justificativa à Diretoria-Geral para manifestação (Item 2.3 – Achado A3 e Item 2.12 – Achado A12).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Compras.			
Síntese da Providência Adotada			
Com base na recém editada IN SLTI nº 5, de 27/6/2014, que trouxe novas orientações para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, o CNJ atualizou o seu manual de pesquisa de preços, por meio de Portaria.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	1/2014	4.5.1	Informação nº 078/2014 - SCI/Presi/CNJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Gestão de Contratos.			
Descrição da Recomendação			
Evite a prática de sobreposição contratual, haja vista o risco de pagamento dúplice pelo mesmo serviço (Item 2.6 – Achado A6).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Gestão de Contratos.			
Síntese da Providência Adotada			
Ciência da recomendação.			

Síntese dos Resultados Obtidos
Alteração de procedimentos.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	1/2014	4.5.2	Informação nº 078/2014 - SCI/Presi/CNJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Gestão de Contratos.			
Descrição da Recomendação			
Adote providências para que as prorrogações ou renovações contratuais sejam conduzidas independentemente das negociações com as empresas contratadas (Item 2.6 – Achado A6).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Gestão de Contratos.			
Síntese da Providência Adotada			
Ciência da recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	1/2014	4.5.3	Informação nº 078/2014 - SCI/Presi/CNJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Gestão de Contratos.			
Descrição da Recomendação			
Defina, sempre que possível, prazo limite para a fase de negociação com a empresa contratada, a fim de que não haja impacto nas renovações ou prorrogações pretendidas, acarretando em contratações emergenciais (Item 2.6 – Achado A6).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Gestão de Contratos.			
Síntese da Providência Adotada			
Ciência da recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Alteração de procedimentos.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	1/2014	4.5.4	Informação nº 078/2014 - SCI/Presi/CNJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Gestão de Contratos.			
Descrição da Recomendação			
Promova a adequação dos termos das contratações, de forma que sejam dispensadas formalidades desnecessárias à consecução do serviço contratado (Item 2.9 – Achado A9).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Gestão de Contratos.			
Síntese da Providência Adotada			
Ciência da recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	1/2014	4.5.5	Informação nº 078/2014 - SCI/Presi/CNJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Gestão de Contratos.			
Descrição da Recomendação			
Doravante, para serviços profissionais, utilize apenas o Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo para documentar a confirmação da prestação dos serviços contratados (Item 2.9 – Achado A9).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Gestão de Contratos.			
Síntese da Providência Adotada			
Ciência da recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	1/2014	4.6.1	Informação nº 078/2014 - SCI/Presi/CNJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Elaboração de Editais.			
Descrição da Recomendação			
Promova a adequação dos termos das contratações, de forma que sejam dispensadas formalidades desnecessárias à consecução do serviço contratado (Item 2.9 – Achado A9).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Elaboração de Editais.			
Síntese da Providência Adotada			
Ciência da recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	1/2014	4.6.2	Informação nº 078/2014 - SCI/Presi/CNJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Elaboração de Editais.			
Descrição da Recomendação			
Doravante, para serviços profissionais, utilize apenas o Termo de Recebimento Definitivo ou Recibo para documentar a confirmação da prestação dos serviços contratados (Item 2.9 – Achado A9).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Elaboração de Editais.			
Síntese da Providência Adotada			
Ciência da recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	1/2014	4.7.1	Despacho nº 22/2014/CPL/DG/CNJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Comissão Permanente de Licitação.			
Descrição da Recomendação			
Doravante, ao recepcionar os autos para condução do procedimento licitatório, insira as informações de data e hora da realização do certame na mesma minuta do Edital cancelada pela Assessoria Jurídica e assinada pelo Diretor-Geral (Item 2.4 – Achado A4).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Comissão Permanente de Licitação.			
Síntese da Providência Adotada			
O Presidente da CPL sugere que “para as próximas licitações, constar-se-á nos autos, após a chancela da minuta do Edital pela Assessoria Jurídica e a assinatura do Senhor Diretor-Geral, a versão original do Edital com a inserção das informações de data e hora”.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	1/2014	4.8.1	Informação nº 078/2014 - SCI/Presi/CNJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Segurança e Transportes.			
Descrição da Recomendação			
Junte, doravante, aos procedimentos de contratação todos os elementos necessários para esclarecimento das necessidades relacionadas ao produto/serviço pretendido (Item 2.7 – Achado A7).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Segurança e Transportes.			
Síntese da Providência Adotada			
Ciência da recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	1/2014	4.8.2	Informação nº 078/2014 - SCI/Presi/CNJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Segurança e Transportes.			
Descrição da Recomendação			
Abstenha-se de utilizar rumores de mercado como fundamentação para estimativas de custos, sem que haja a apresentação de estudo econômico de que comprove o nexo de causalidade (Item 2.7 – Achado A7).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Segurança e Transportes.			
Síntese da Providência Adotada			
Ciência da recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	1/2014	4.9.1	Informação nº 078/2014 - SCI/Presi/CNJ
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Manutenção Predial e Arquitetura.			
Descrição da Recomendação			
Atente para as informações necessárias na composição do Termo de Referência ou Projeto Básico, a fim de garantir a correta prestação dos serviços, bem como melhor instrução processual (Item 2.8 – Achado A8).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Manutenção Predial e Arquitetura.			
Síntese da Providência Adotada			
Ciência da recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

24	1/2014	4.10.1	Memorando nº 015/DTI
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Tecnologia da Informação.			
Descrição da Recomendação			
Observe as variáveis presentes em cada contratação para realização dos estudos para compor a Análise de Viabilidade da Contratação, prevista na IN CNJ n. 44/2012 e atualmente na Resolução CNJ n. 182/2013, de forma a minimizar prejuízos advindos de fatos não previstos e a tornar a instrução dos processos de contratação mais eficientes (Item 2.1 – Achado A1).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Tecnologia da Informação.			
Síntese da Providência Adotada			
O DTI asseverou que “todas as contratações e prorrogações efetuadas pelo DTI em 2014 seguirão as diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ nº 182/2013”. E acrescentou que “para o aprimoramento do processo de contratação e melhoria contínua dos Estudos Preliminares e Termos de Referência de TIC (...) esses documentos passarão por uma análise da Divisão de Políticas de TI”.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	1/2014	4.10.2	Memorando nº 057/DTI
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Tecnologia da Informação.			
Descrição da Recomendação			
Informe a esta Secretaria, no prazo de 15 dias, as deliberações decorrentes da reunião realizada com a SOF para identificação das inconsistências dos dados extraídos do CONSIAFI, conforme informação prestada no Memorando n. 015/DTI (Item 2.10 – Achado A10).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Tecnologia da Informação.			
Síntese da Providência Adotada			
Foi realizada reunião onde se verificou que os problemas decorreram de falhas no webservice de extração dos dados do SIAFI e da necessidade de pequenos ajustes.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Tais ajustes já foram realizados e o sistema encontra-se funcionando de forma normal e estável.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
26	1/2014	4.10.3	Informação nº 009/2014 -DTI
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Tecnologia da Informação.			
Descrição da Recomendação			
Informe se foi identificada solução alternativa para extração de dados do sistema SIAFI para publicação no Portal da Transparência, em atendimento às Resoluções n. 79, 83, 102 e 151 (Item 2.10 – Achado A10).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Tecnologia da Informação.			
Síntese da Providência Adotada			
De acordo com o documento em epígrafe, “não foi encontrada solução similar para substituição ao sistema CONSIAFI”.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Item respondido à Secretaria de Controle Interno sem alteração de procedimento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	1/2014	4.10.4	Informação nº 009/2014 -DTI
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Tecnologia da Informação.			
Descrição da Recomendação			
Instrua suas coordenadorias para que, no momento da análise e aprovação da pesquisa de preços encaminhada pela Seção de Compras, atentem aos princípios das contratações públicas e zelem pela pesquisa de preços em estrita vinculação ao Termo de Referência (Item 2.12 – Achado A12).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Tecnologia da Informação.			
Síntese da Providência Adotada			
O DTI assegura que as contratações de bens e serviços de TIC do CNJ serão aderentes à Resolução 182/2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

28	1/2014	4.10.5	Informação nº 009/2014 -DTI
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Tecnologia da Informação.			
Descrição da Recomendação			
Leia atentamente a análise apresentada no item 2.13 e promova ajustes necessários aplicáveis: a) à indicação da Equipe Técnica de Planejamento da Contratação; b) ao conteúdo do documento Análise de Viabilidade da contratação, especialmente no que tange a estimativa de preços; e c) ao Termo de Referência ou Projeto Básico, quanto às formalidades do documento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Tecnologia da Informação.			
Síntese da Providência Adotada			
O DTI assegura que as contratações de bens e serviços de TIC do CNJ serão aderentes à Resolução 182/2013.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
29	2/2014	4.1.2	Despacho nº CNJ-DES-2014/01670
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Orçamento e Finanças.			
Descrição da Recomendação			
Pesquisa no mercado ou em outros órgãos públicos a existência de sistemas informatizados utilizados pelas áreas de orçamento, contabilidade e finanças que atendam às necessidades do CNJ (Achado A2 – item 2.2).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Orçamento e Finanças.			
Síntese da Providência Adotada			
A SOF informou que “foi realizada pesquisa no dia 11/06/2014 junto aos Coordenadores de Orçamento dos órgãos do Poder Judiciário, na reunião do Comitê Técnico de Orçamento”. Nessa ocasião, a SOF afirma que foi informada que “apenas o TSE e o STM possuem sistemas próprios de captação de demandas”.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Pesquisa realizada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

30	2/2014	4.1.3	Despacho nº CNJ-DES-2014/01670
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Orçamento e Finanças			
Descrição da Recomendação			
Oriente a Secretaria de Administração (SAD), o Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) e a Secretaria de Comunicação Social (SECOM) para que se abstenham de utilizar em suas propostas orçamentárias referências genéricas para o alinhamento estratégico das demandas pleiteadas e apresentem em suas planilhas de captação de demandas memórias de cálculo com referências aos valores reais dos contratos vigentes (Achado A1 – item 2.1 e Achado A2 – item 2.2).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Orçamento e Finanças.			
Síntese da Providência Adotada			
A SOF informou que providenciará a remessa de cópia da recomendação à SAD, DTI e SECOM.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
31	2/2014	4.1.4	Despacho nº CNJ-DES-2014/01670
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Orçamento e Finanças.			
Descrição da Recomendação			
Adicione à ferramenta informatizada de captação de demandas funcionalidade para solicitação e controle do remanejamento das dotações orçamentárias (Achado A3 – item 2.3).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Orçamento e Finanças.			
Síntese da Providência Adotada			
Ciência da recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

32	2/2014	4.1.5	Despacho nº CNJ-DES-2014/01670
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Orçamento e Finanças.			
Descrição da Recomendação			
Doravante, junte ao procedimento administrativo as atas das reuniões realizadas com a presença dos coordenadores de ações para fins de discussão sobre a limitação de empenho, com indicação da pauta e deliberações oriundas das negociações (Achado A4 – item 2.4).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Orçamento e Finanças.			
Síntese da Providência Adotada			
Ciência da recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
33	2/2014	4.1.6	Despacho nº CNJ-DES-2014/01670
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Orçamento e Finanças.			
Descrição da Recomendação			
Atente para os prazos de publicação nos anexos da Resolução nº 102/2009, sob responsabilidade da SOF (Achado A5 – item 2.5).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Orçamento e Finanças.			
Síntese da Providência Adotada			
Ciência da recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

34	2/2014	4.1.7	Despacho nº CNJ-DES-2014/01670 e Despacho nº CNJ-DES-2014/04184
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Orçamento e Finanças			
Descrição da Recomendação			
Avalie, durante o processo de mapeamento do fluxo de trabalho, a possibilidade de descentralizar da Seção de Execução Orçamentária e Financeira as fases de empenho e pagamento das despesas. Ou na ausência de possibilidade de redesenho do fluxo, institua controles internos dentro da seção de forma que as atividades sejam desempenhadas por servidores distintos (Achado A7 – item 2.).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Orçamento e Finanças.			
Síntese da Providência Adotada			
A SOF declarou ciência da recomendação. O DG informou que orientará a SOF para que implemente a segregação de função. O DGE encaminhou os fluxos mapeados.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
35	2/2014	4.2.1	Despacho nº CNJ-DES-2014/01670
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Planejamento Orçamentário.			
Descrição da Recomendação			
Ao consolidar as demandas orçamentárias enviadas pelos coordenadores de ações, submeta ao Departamento de Gestão Estratégica (DGE) para validação do enquadramento da proposta ao planejamento estratégico do CNJ. (Achado A1 – item 2.1.15).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Planejamento Orçamentário.			
Síntese da Providência Adotada			
Ciência da recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
36	2/2014	4.2.2	Despacho nº CNJ-DES-2014/01670
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Planejamento Orçamentário.			
Descrição da Recomendação			
Abstenha-se de receber demandas orçamentárias que não contemplem de forma detalhada os objetivos estratégicos aos quais se relacionam (Achado A2 – item 2.2).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Planejamento Orçamentário.			
Síntese da Providência Adotada			
Ciência da recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
37	2/2014	4.2.3	Despacho nº CNJ-DES-2014/01670
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Planejamento Orçamentário.			
Descrição da Recomendação			
Abstenha-se de receber demandas orçamentárias que não atendam ao modelo de formulário estabelecido, devendo constar invariavelmente nas planilhas os valores referenciais utilizados para as memórias de cálculo e justificativas consistentes para as solicitações (Achado A2 – item 2.2).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Planejamento Orçamentário.			
Síntese da Providência Adotada			
Ciência da recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

38	2/2014	4.2.4	Despacho nº CNJ-DES-2014/01670
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Planejamento Orçamentário.			
Descrição da Recomendação			
Estabeleça, a exemplo da captação das demandas orçamentárias, formulário padronizado para solicitação de remanejamento de dotações, contendo campo para o objeto da solicitação, justificativa, memória de cálculo, e outras informações que julgarem necessárias (Achado A3 – item 2.3).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Planejamento Orçamentário.			
Síntese da Providência Adotada			
Ciência da recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
39	2/2014	4.3.1	Parecer nº CNJ-PAR-2014/00022 e CNJ-PAR-2014/00182
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Gestão Estratégica (DGE).			
Descrição da Recomendação			
Avalie, a partir de solicitação da Seção de Planejamento Orçamentário (SEPOR), o alinhamento da proposta encaminhada pelos coordenadores de ações aos objetivos estratégicos do CNJ, e emita manifestação formal (Achado A1 – item 2.1.15).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Gestão Estratégica (DGE).			
Síntese da Providência Adotada			
"O Departamento de Gestão Estratégica (DGE) manifestou-se (CNJ-PAR-2014/00022): "há que se levar em consideração que a classificação das ações desenvolvidas no CNJ como sendo estratégicas não é estanque, porquanto relativizada segundo a destinação a que tais ações estão vinculadas. Por essa razão, ao se realizar o alinhamento das demandas orçamentárias previstas aos objetivos estratégicos institucionais, da forma como se tem feito, nem sempre haverá perfeita justaposição de uns em relação aos outros". Também considerou que "não é adequado que todas as despesas realizadas sejam consideradas estratégicas, tal como tem sido a prática". No Parecer 182/2014, foi informado "que atualmente ao se definir as diretrizes estratégicas do Conselho, também elaboram-se metas que impactarão os processos de trabalho. A partir disso, identificam-se os processos impactados, alinham-se esses processos à estratégia corrente e finalmente elaboram-se projetos de melhoria e inovação, a fim atingir as metas definidas".			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Emitida manifestação sobre o alinhamento da proposta encaminhada pelos coordenadores de ações aos objetivos			

estratégicos.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
40	2/2014	4.3.3	Despacho nº CNJ-DES-2014/01429 e Despacho nº CNJ-MEM-2014/02042
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Gestão Estratégica (DGE).			
Descrição da Recomendação			
Apresente, no prazo de 30 dias a contar do recebimento do relatório, plano de ação para a conclusão do mapeamento dos processos de trabalho da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) (Achado A7 – item 2.7).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Gestão Estratégica (DGE).			
Síntese da Providência Adotada			
A chefe da Divisão de Organização e Normatização encaminhou o Plano de Ação referente ao mapeamento dos processos de trabalho da Secretaria de Orçamento e Finanças – SOF. O despacho 2042/2014 tem anexos os fluxos mapeados.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Mapeamento dos fluxos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
41	2/2014	4.4.1	Despacho nº CNJ-DES-2014/01734
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Administração.			
Descrição da Recomendação			
Estabeleça, em parceria com a Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) e demais coordenadores de ações orçamentárias, descrição padronizada para os objetos demandados na fase de elaboração da proposta orçamentária (Achado A6 – item 2.6).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Administração.			
Síntese da Providência Adotada			
A Secretária de Administração se declarou ciente das recomendações contidas nos subitens 4.4.1 e 4.4.2.			

Síntese dos Resultados Obtidos
Alteração de procedimentos.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
42	2/2014	4.4.2	Despacho nº CNJ-DES-2014/01734
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Secretaria de Administração.			
Descrição da Recomendação			
Utilize, doravante, como referencial para elaboração do planejamento orçamentário, a descrição dos objetos na forma trazida na captação de demandas orçamentárias (Achado A6 – item 2.6).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Administração.			
Síntese da Providência Adotada			
A Secretária de Administração se declarou ciente das recomendações contidas nos subitens 4.4.1 e 4.4.2.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
43	2/2014	4.6.1	Despacho nº CNJ-DES-2014/7310 e Despacho nº CNJ-DES-2014/0355
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Acompanhamento Orçamentário (DAO)			
Descrição da Recomendação			
Inserir, como boa prática verificada nos relatórios publicados pela SOF, o nome do servidor responsável pela elaboração dos relatórios publicados no portal do CNJ, por exigência da Resolução nº 102/2009 (Achado A5 – item 2.5).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Acompanhamento Orçamentário (DAO).			
Síntese da Providência Adotada			
Os Anexos relativos à Resolução 102/09 estão identificados, conforme observação feita, a partir de Junho/2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Alteração de procedimentos.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
44	2/2014	4.6.2	Despacho nº CNJ-DES-2014/07310
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Acompanhamento Orçamentário (DAO).			
Descrição da Recomendação			
Demandar do Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) a inclusão nos detalhes da publicação de todos os anexos da Resolução nº 102/2009 (gestão orçamentária e financeira) informação sobre a data da primeira divulgação das informações no portal do CNJ (Achado A5 – item 2.5).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Acompanhamento Orçamentário (DAO).			
Síntese da Providência Adotada			
De acordo com o Departamento de Tecnologia da Informação (DTI), não é possível ficar evidenciado as datas das publicações anteriores, tendo em vista a plataforma atual (Joomla) em uso no CNJ. É possível buscar essas informações na base de dados.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração na forma de buscar informações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não é possível que as datas das publicações anteriores fiquem em evidência, tendo em vista a plataforma atual (Joomla) em uso no CNJ.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
45	2/2014	4.7.1	Memorando nº CNJ-MEM-2014/00687
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria-Geral.			
Descrição da Recomendação			
Estude a viabilidade de criação de coordenadorias na Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) para assessorarem o Secretário nas áreas de planejamento à execução orçamentária e financeira, como também na área de contabilidade e liquidação da despesa (Achado A7 – item 2.7).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral.			
Síntese da Providência Adotada			
A Diretoria Geral informou que estudará a viabilidade da implementação da sugestão.			

Síntese dos Resultados Obtidos
Análise de procedimentos.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
46	2/2014	4.7.2	Despacho nº CNJ-DES-2014/00687 Memorando nº CNJ-MEM-2014/00536 Despacho nº CNJ-DES-2014/01971 Informação nº CNJ-INF-2014/00253 Despacho nº CNJ-DES-2014/00426
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria-Geral (DG)			
Descrição da Recomendação			
Oficie, no prazo de 15 dias, aos coordenadores das ações orçamentárias, ou planos orçamentários, apresentados no subitem 2.8.29 deste relatório para prestarem informações sobre a baixa liquidação dos empenhos em relação à dotação líquida.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral (DG).			
Síntese da Providência Adotada			
<p>"A Diretoria Geral informou que "providenciou o encaminhamento de memorando aos Coordenadores de Ação, para ciência e providências requeridas pela Secretaria de Controle Interno".</p> <p>A Seção de Educação corporativa (SEDUC) relatou, por meio da Informação nº 253/14, que a baixa execução orçamentária deve-se às ações relacionadas ao plano de capacitação de recursos humanos que são desenvolvidas no decorrer do ano, razão pela qual apresenta um valor inicialmente alto empenhado e um valor de baixa liquidação.</p> <p>A Seção de Diárias e Passagens, por meio do Memorando 426/2014, assim se manifestou:</p> <p>"Informo que a baixa liquidação dos empenhos em relação à dotação líquida deve-se à política do Ministro Presidente de redução de gastos com deslocamentos."</p> <p>O CEAJUD se pronunciou nos seguintes termos (CNJ-MEM-2014/00536):</p> <p>"Informo que a baixa liquidação dos empenhos do CEAJUD deve-se ao atraso da autorização para realizar o 1º Ciclo de Capacitação de Servidores do Poder Judiciário. O projeto em questão deveria ter ocorrido em abril desse ano, mas o mesmo foi autorizado apenas no final do mês de maio. Dessa forma, os cursos foram adiados para o início de agosto, adiando também a execução orçamentária.</p> <p>O Departamento de Pesquisas Judiciárias (CNJ-DES-2014/01971) argumenta que suas ações orçamentárias são pesquisas que se realizam em médio e longo prazo, por isso a alta inscrição em restos a pagar. Outro argumento da resposta é que as pesquisas previstas para 2014 (II Edital Justiça e Pesquisa) foram retidas para análise após a mudança de gestão. Essas pesquisas têm, aproximadamente, um orçamento de R\$ 2.000.000,00. O despacho 5676/2014 tem, basicamente, o mesmo teor. Acrescenta, também, que: "uma vez que não haveria tempo hábil, ainda neste exercício, para aprovação dos projetos pela Secretaria-Geral, elaboração dos respectivos instrumentos administrativos e definição dos temas principais das pesquisas, de acordo com as necessidades do CNJ, este Departamento providenciará a devolução dos recursos orçamentários daqueles projetos previstos para 2014, mas ainda não iniciados, a fim de possibilitar a sua utilização em outras atividades do órgão".</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Informações sobre a baixa liquidação dos empenhos em relação à dotação líquida foram devidamente prestadas.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
47	2/2014	4.7.3	Despacho nº CNJ-DES-2014/00687
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria-Geral (DG).			
Descrição da Recomendação			
Encaminhe expediente aos coordenadores de ações orçamentárias para conhecimento das recomendações da Secretaria de Controle Interno (SCI) trazidas neste Relatório.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral (DG).			
Síntese da Providência Adotada			
A Diretoria-Geral "providenciou o encaminhamento de memorando aos Coordenadores de Ação".			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração de procedimentos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
48	2/2014	4.7.4.1	Despacho nº CNJ-DES-2014/00687
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria-Geral (DG)			
Descrição da Recomendação			
Em reforço às recomendações trazidas no Relatório de Inspeção nº 1/2014 e de acordo com as análises constantes nos subitens 2.8.17 a 2.8.31 deste relatório, sugere-se: Propiciar ambiente virtual compartilhado entre as unidades administrativas constantes do cronograma, para a realização do controle permanente do fluxo das contratações, que se dará por meio de planilha em que seja possível identificar, com facilidade:			
a) a data específica de conclusão de cada fase de tramitação do processo de contratação; e			
b) as etapas eventualmente em atraso.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral (DG).			
Síntese da Providência Adotada			
A Diretoria Geral informou que as recomendações contidas neste subitem "estão sendo tratadas no âmbito do Processo nº 352.494, e encontra-se em fase final de implementação".			

Síntese dos Resultados Obtidos
Controle permanente do fluxo das contratações.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
49	2/2014	4.7.4.2	Despacho nº CNJ-DES-2014/00687
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria-Geral (DG).			
Descrição da Recomendação			
Em reforço às recomendações trazidas no Relatório de Inspeção nº 1/2014 e de acordo com as análises constantes nos subitens 2.8.17 a 2.8.31 deste relatório, sugere-se: Delegar formalmente a competência para que cada unidade gestora destaque um servidor responsável pela atualização da planilha das contratações, mediante o monitoramento diário dos processos de cuja etapa sejam responsáveis, informando à SAD o não recebimento de processo no dia imediatamente posterior àquele fixado no planejamento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral (DG).			
Síntese da Providência Adotada			
A Diretoria Gera informou que as recomendações contidas neste subitem “estão sendo tratadas no âmbito do Processo nº 352.494, e encontra-se em fase final de implementação”.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atualização da planilha das contratações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
50	2/2014	4.7.4.3	Despacho nº CNJ-DES-2014/00687
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria-Geral (DG)			
Descrição da Recomendação			
Em reforço às recomendações trazidas no Relatório de Inspeção nº 1/2014 e de acordo com as análises constantes nos subitens 2.8.17 a 2.8.31 deste relatório, sugere-se: Realizar a centralização do acompanhamento dos prazos de tramitação dos processos de contratação, designando servidor para receber e solucionar os casos noticiados como descumprimento dos prazos fixados para cada fase de tramitação dos processos, assim como o seu substituto.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral (DG).			

Síntese da Providência Adotada
A Diretoria Geral informou que as recomendações contidas neste subitem “estão sendo tratadas no âmbito do Processo nº 352.494, e encontra-se em fase final de implementação”.
Síntese dos Resultados Obtidos
Designação de servidor para receber e solucionar os casos noticiados como descumprimento dos prazos fixados para cada fase de tramitação dos processos, assim como o seu substituto.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
51	2/2014	4.7.4.4	Despacho nº CNJ-DES-2014/00687
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria-Geral (DG).			
Descrição da Recomendação			
Em reforço às recomendações trazidas no Relatório de Inspeção nº 1/2014 e de acordo com as análises constantes nos subitens 2.8.17 a 2.8.31 deste relatório, sugere-se: Providenciar para que o gestor da unidade demandante verifique diariamente a regularidade da tramitação dos processos de sua unidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria-Geral (DG).			
Síntese da Providência Adotada			
A Diretoria Gera informou que as recomendações contidas neste subitem “estão sendo tratadas no âmbito do Processo nº 352.494, e encontra-se em fase final de implementação”.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Verificação diária da regularidade da tramitação dos processos de cada unidade.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve dificuldades no decorrer da adoção de providências.			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
52	3/2014	4.2.1	Processo nº CNJ-ADM-2014/00008
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Seção de Contabilidade (SECOB).			
Descrição da Recomendação			
Ajuste os procedimentos contábeis e agregue às rotinas mensais de trabalho a constituição de provisão para férias à proporção de 1/12 avos (Achado A1 – item 2.1).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG	
Seção de Contabilidade (SECOB).			
Síntese da Providência Adotada			
A constituição e baixa da provisão para 13º foi realizada seguindo a orientação da MACROFUNÇÃO SIAFI 140404 de forma que o registro ocorra no fim do exercício financeiro ou quando ocorrer vacância ou exoneração do servidor mantendo o procedimento já realizado em anos anteriores. Em relação à provisão para férias, houve alteração na rotina para que a constituição e a baixa sejam realizadas mensalmente conforme informações da Seção de Pagamento.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração das rotinas de apropriação e baixa das provisões de 1/3 de férias para que seguissem o fato gerador.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
53	3/2014	4.2.2	Processo nº CNJ-ADM-2014/00008
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Seção de Contabilidade (SECOB).			
Descrição da Recomendação			
Altere as rotinas de baixa das provisões de férias e 13º salário, de forma que os saldos das contas sejam transferidos para o exercício seguinte e baixados apenas quando ocorrer o pagamento das rubricas (Achado A2 – item 2.2).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG	
Seção de Contabilidade (SECOB).			
Síntese da Providência Adotada			
Em relação à provisão para férias, houve alteração na rotina para que a constituição e a baixa sejam realizadas mensalmente conforme informações da Seção de Pagamento.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Alteração das rotinas de apropriação e baixa das provisões de 1/3 de férias para que seguissem o fato gerador.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendações Expedidas pelo OCI			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
54	3/2014	4.2.3	Processo nº CNJ-ADM-2014/00008
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Contabilidade (SECOB).			
Descrição da Recomendação			
Demande da Seção de Material e Patrimônio (SEMAP), no prazo de 30 dias, a reclassificação dos bens móveis adquiridos para doação, que constam na Unidade de Localização - Bens para Doação para a conta contábil 1.4.2.1.2.91.00 - Bens Móveis a Alienar, no Sistema Asi Web. Após, providencie imediata transferência do saldo no SIAFI (Achado A3 – item 2.3).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Contabilidade (SECOB).			
Síntese da Providência Adotada			
Foram realizados todos os ajustes necessários nas contas do sistema de controle de patrimônio e também no sistema SIAFI a fim de segregar os bens para doação em contas patrimoniais diferentes das utilizadas para os bens em uso pelo CNJ.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Segregação do patrimônio do CNJ dos bens adquiridos exclusivamente para doação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
55	3/2014	4.2.5	Processo nº CNJ-ADM-2014/00008
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Contabilidade (SECOB).			
Descrição da Recomendação			
Coordene a realização, no prazo de 90 dias, do teste de recuperabilidade no ativo intangível do CNJ, nos moldes da Macrofunção 020330 (Achado A5 – item 2.5).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Contabilidade (SECOB).			
Síntese da Providência Adotada			
No que tange ao Teste de Recuperabilidade dos bens intangíveis do CNJ, não foi necessário realizá-lo porque os bens têm menos de 4 anos de aquisição e nesse caso a MACROFUNÇÃO SIAFI 020330 dispensa a realização do referido teste.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não foi necessário realizar o Teste de Recuperabilidade.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

11.2.2 Recomendações da OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Quadro A.11.2.2 – Recomendações da Secretaria de Controle Interno pendentes de atendimento

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa		Código SIORG	
Conselho Nacional de Justiça - CNJ			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	2/2014	4.1.1	Despacho nº CNJ-DES-2014/01670
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).			
Descrição da Recomendação			
Realize, no prazo de 15 dias, levantamento das necessidades de sistemas pela SOF e submeta ao Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) para manifestação formal sobre a viabilidade de desenvolvimento das ferramentas demandadas (Achado A2 – item 2.2).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG	
Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A respeito do levantamento das necessidades de sistemas, estão sendo realizadas visitas a outros Órgãos Superiores e Tribunais com vista a fundamentar a proposta de novas ferramentas de captação de demandas orçamentárias. Em relação à área contábil/patrimonial, está sendo estudada a alteração do sistema patrimonial que atenda às alterações ocorridas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Também está em análise a alteração do sistema utilizado pelo CNJ para gerenciar os contratos de serviços terceirizados para que a apuração dos valores a serem pagos seja automatizada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As providências ainda não foram adotadas.			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	2/2014	4.5.1	Despacho nº CNJ-DES-2014/04352
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Departamento de Tecnologia da Informação (DTI)			
Descrição da Recomendação			
Manifeste-se, no prazo de 15 dias, a partir da provocação da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), sobre o desenvolvimento de ferramentas prioritárias e funcionalidades que aprimorem os controles internos relacionados ao planejamento e execução orçamentária e financeira do CNJ (Achado A7 – item 2.7).			

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
O DTI informou que ainda não foi demandado pela SOF.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
As providências ainda não foram adotadas.	

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	3/2014	4.1.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).			
Descrição da Recomendação			
Realize estudos com objetivo de avaliar: a) a melhor forma de iniciar a política de custos no CNJ; b) os instrumentos a serem utilizados para mensuração dos custos; c) o modelo de custeio mais apropriado à realidade do Conselho; d) os objetos de custeio; e) o sistema que poderia ser utilizado, se um software próprio ou se adotaria o Sistema de Informação de Custos (SIC).			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação		Código SIORG	
Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Os estudos sobre a implementação foram iniciados ainda em 2014 com reuniões junto à Coordenação-Geral de Contabilidade e Custos da União - CCONT no intuito de analisar a viabilidade de implantação do Sistema de Informação de Custos (SIC). Em 2015 o CNJ implantará o sistema de gerenciamento de custos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As providências estão em andamento.			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	3/2014	4.1.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).			
Descrição da Recomendação			
Coordene, no âmbito do CNJ, o processo de adaptação ao novo enfoque da contabilidade pública que, harmonizada com a normas internacionais, enfatiza os procedimentos que visam a correta representação patrimonial (Achado A1 – item 2.1).			

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF).	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Recomendação em análise.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
As providências ainda não foram adotadas.	

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ord em	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	3/2014	4.2.4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Seção de Contabilidade (SECOB).			
Descrição da Recomendação			
Análise os contratos vindouros com base na essência econômica, a despeito do enfoque orçamentário e, a partir de 2015, realize o registro contábil sob a ótica patrimonial (Achado A4 – item 2.4).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG	
Seção de Contabilidade (SECOB).			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação em análise.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As providências ainda não foram adotadas.			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Orde m	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	3/2014	4.2.6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Seção de Contabilidade (SECOB).			
Descrição da Recomendação			
Promova, no prazo de 30 dias, após finalizado teste de recuperabilidade, registro da amortização do ativo intangível do CNJ na conta contábil 1.4.4.0.0.00.00 (Achado A6 – item 2.6).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG	
Seção de Contabilidade (SECOB).			
Justificativa para o seu não Cumprimento			

Realizaram-se estudos técnicos com servidores de diversas áreas técnicas a fim de definir parâmetros que permitissem o cálculo da amortização para os intangíveis do Conselho, composto unicamente por softwares. Como resultado dos trabalhos, foram definidas as vidas úteis e critérios de amortização considerando cada tipo de intangível e tendo por base os fatores descritos na MACROFUNÇÃO SIAFI 020330: a capacidade de geração de benefícios futuros; a obsolescência tecnológica os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo e valor residual zero. Entretanto, não foi possível iniciar o registro da amortização porque o sistema de controle patrimonial utilizado pelo órgão está em processo de estudo sobre possível substituição ou modernização do software de gestão patrimonial.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ord em	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	3/2014	4.2.7	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Contabilidade (SECOB).			
Descrição da Recomendação			
Abstenha-se realizar contabilização de softwares que não tenham a vida útil determinada pelo Departamento de Tecnologia da Informação (Achado A6 – item 2.6).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Contabilidade (SECOB).			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação em análise.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As providências ainda não foram adotadas.			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ord em	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	3/2014	4.2.8	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Contabilidade (SECOB).			
Descrição da Recomendação			
Estabeleça rotinas e introduza procedimento para amortização do intangível do CNJ, mediante informações prestadas pelas áreas responsáveis pela mensuração dos ativos (Achado A6 – item 2.6).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Contabilidade (SECOB).			
Justificativa para o seu não Cumprimento			

Recomendação em análise.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

As providências ainda não foram adotadas.

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	3/2014	4.3.1	CNJ-MEM-2014/01387
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).			
Descrição da Recomendação			
Doravante, faça constar no Projeto Básico ou Termo de Referência para as aquisições de bens intangíveis (softwares), a vida útil do bem, a fim de subsidiar o registro contábil da amortização pela SECOB (Achado A6 - subitem 2.6).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Tecnologia da Informação (DTI).			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Os gestores do DTI foram cientificados da recomendação por meio de e-mail ao grupo G-DTI.gestores@cnj.jus.br .			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As providências ainda não foram adotadas.			

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	3/2014	4.4.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Seção de Execução Orçamentária e Financeira (SEORF).			
Descrição da Recomendação			
Atente para os procedimentos contábeis referentes à provisão mensal do 13º salário e das férias para melhor evidenciar o patrimônio do CNJ (Achado A1 – item 2.1).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Seção de Execução Orçamentária e Financeira (SEORF).			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Recomendação em análise.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As providências ainda não foram adotadas.			

11.3 Demonstração do cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730/93 relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas

Quadro A.11.3 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função*	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro*****
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)**	Obrigados a entregar a DBR	13*	0	33
	Entregaram a DBR	13*	0	33
	Não cumpriram a obrigação	0*	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	****	****	****
	Entregaram a DBR	****	****	****
	Não cumpriram a obrigação	****	****	****
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	191*	0	252
	Entregaram a DBR	191*	0	252
	Não cumpriram a obrigação	0*	0	1

Fonte: Sistema SGRH/CNJ

* A entrega, nesses casos, refere-se ao formulário de autorização de acesso aos dados de bens e rendas das declarações de ajuste anual do imposto de renda pessoa física (art. 3º da Instrução Normativa nº 67, do TCU).

** Foram considerados os Conselheiros e os Juízes Auxiliares (cedidos de seus Tribunais de origem), apesar de a Lei nº 8.730/1993 não citá-los.

**** O Conselho Nacional de Justiça não possui cargos eletivos.

***** Nesse campo foram informados o número de declarações que foram apresentadas até o final do exercício, porém, não necessariamente apresentadas dentro do mesmo exercício financeiro.

11.3.1 Situação do cumprimento das obrigações

O cumprimento da obrigação de entrega da DBR é feito no momento do ingresso no Órgão, juntamente com o restante dos formulários de admissão. Ao servidor é dada opção de apresentar a DBR ou o formulário de autorização de acesso aos dados de bens e rendas das declarações de ajuste anual do imposto de renda pessoa física, conforme preconiza a Instrução Normativa nº 67 do TCU. “Art. 3º Em alternativa ao formulário a que se refere o artigo anterior, as autoridades, os empregados e os servidores mencionados no art. 1º desta Instrução Normativa poderão apresentar, à unidade de pessoal do órgão ou entidade a que se vinculem, autorização de acesso exclusivamente aos dados de Bens e Rendas exigidos nos arts. 13, caput e § 1º, da Lei 8.429/1992, e 2º, caput e §§ 1º a 6º, da Lei 8.730/1993, das suas Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à RFB, nos termos do anexo II a esta Instrução Normativa.”

O controle, recebimento e guarda das DBR é efetuado pela Seção de Registros Funcionais, de forma mecânica, com recebimento do formulário em papel e guarda nas pastas funcionais dos servidores, conforme orientação da Secretaria de Controle Interno desse Conselho.

Somente um servidor do Conselho optou pela entrega da DBR, tendo todos os demais optado pela entrega do formulário de autorização de acesso.

11.4 Medidas adotadas para apurar responsabilidade por dano ao Erário

Quadro A.11.4 – Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário em 2014

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos*	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
2	0	0	2	0	0	0	0	0

Em 2014, foram registrados dois casos de dano ao erário, relativamente aos bens patrimoniais do CNJ.

O primeiro se refere ao furto de um notebook, durante um assalto na residência de um servidor da área de TI, que, por força das atribuições inerentes ao cargo, utilizava o equipamento fora das dependências do CNJ. O processo interno concluiu pela inviabilidade de substituição do bem, ou sua reposição em dinheiro, dada a ausência da culpabilidade imputável ao servidor. Processo CNJ-ADM-2014/1291.

O segundo caso se refere ao furto de um projetor nas dependências do CNJ. O processo de apuração de responsabilidade está em tramitação. Processo CNJ-ADM-2014/1393.

11.5 Alimentação SIASG e SICONV

O Departamento de Tecnologia da Informação, em articulação com a Seção de Gestão de Contratos, vem tentando encontrar meios de realizar a alimentação do sistema SIASG por meio da exportação das informações referentes aos contratos firmados por este conselho.

Todavia, após vários testes realizados no sistema foi identificado problema relacionado ao cadastro da UASG do CNJ junto à base de dados do SIASG, razão pela qual foi enviado o Ofício n. 002/DG, de 15 de janeiro de 2015, que solicita ao MPOG a regularização do cadastro para a automatização do repasse das informações necessárias, conforme Anexo XII.

Todos os instrumentos firmados pelo CNJ estão disponíveis, na íntegra, no Portal deste Conselho, e podem ser consultados nos links:

<http://www.cnj.jus.br/transparenciacnj/licitacoes-e-contratos/contratos>:

<http://www.cnj.jus.br/transparenciacnj/licitacoes-e-contratos/atas-de-registro-de-preco>

<http://www.cnj.jus.br/transparenciacnj/acordos-terminos-e-convenios>

Informações Contábeis

Item 12 - Parte A, do Anexo II, da DN TCU nº 134/2013

12. Informações Contábeis

12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

O Conselho Nacional de Justiça busca dar cumprimento às diretrizes preconizadas pela NBCT 16.09 (Depreciação, Amortização e Exaustão) e NBCT 16.10 (Avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do Setor Público) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, bem como segue os procedimentos técnicos indicados pela Macrofunção SIAFI 020330 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações.

Sobre a metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo e cálculo de sua depreciação, O Conselho adota que lista as taxas de depreciação e vida útil aplicadas aos ativos enumeradas na Macrofunção SIAFI 020330. Quanto a vida útil e taxa de amortização dos intangíveis de vida útil definida, foram definidos critérios próprios para cada tipo de intangível tendo por base os seguintes fatores: a capacidade de geração de benefícios futuros; a obsolescência tecnológica os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo e valor residual zero. Para os intangíveis de vida útil indefinida não são realizadas amortizações. A Tabela 1 – Tabela de Vida útil e Taxa de Amortização de Intangível evidencia os critérios adotados:

TABELA DE VIDA ÚTIL E TAXA DE AMORTIZAÇÃO DE INTANGÍVEIS				
Item	Descrição	Vitalícia?	Vida útil	Taxa de amortização anual
1	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: DE INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA DE AUDIO E VIDEO E O BANCO DE DADOS DO CNJ, PARA ELABORAÇÃO DE ATA PARA A TAQUIGRAFIA. BASEADO EM TECNOLOGIA MOCROSOFT PARA GARANTIR COMPATIBILIDADE COM OS PLAYERS INSTALADOS NOS MICROCOMPUTADORES. CAPACIDADE DE DIFUSÃO DE VIDEO AO VIVO E/OU GRAVADO PELA REDE DE DADOS. MARCA SEAL TELECOM	SIM	4	25%
2	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: PARA CONSULTA, EXTRAÇÃO DE DADOS E RELATÓRIOS DO SIAFI - CONSIAFI MULTIPLATAFORMA	NÃO	1	100%
3	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: ENTERPRISE ARCHITECT, TIPO CORPORATE FLOAT.	SIM	3	33%
4	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: AXURE RP PRO, DO TIPO DESKTOP	SIM	3	33%
5	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: ATLISSIAN JIRA ENTERPRISE, VERSÃO 3. FERRAMENTA PARA GESTÃO DE DEMANDAS DE PROJETOS	SIM	5	20%
6	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: BALSAMIQ MOCKUPS JIRA PLUGUIN PARA 25 USUÁRIOS		5	20%
7	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: MINDMANAGER 9 PARA WINDOWS	SIM	5	20%
8	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: MINDMANAGER EXPLORER FOR SHAREPOINT	SIM	5	20%
9	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: SUBSCRIÇÃO DE LIENÇA RED HAT ENTERPRISE LINUX ADVANCED PLATFORM COM SUPORTE PREMIUM	NÃO	1	100%
10	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: SUBSCRIÇÃO DE LICENÇA JBOSS APPLICATION PLATFORM (ATÉ 8 CPU'S) COM SUPORTE PREMIUM	NÃO	1	100%

11	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: SWITCH EM SOFTWARE PARA MÁQUINAS VIRTUAIS VMWARE - CISCO NEXUS 1000V	SIM	3	33%
12	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: MCAFEE TOTAL PROTECTION FOR ENDPOINT	SIM	1	100%
13	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: VMWARE VSPHERE 4.1 ENTERPRISE PLUS, COM SUPORTE PRODUCTION	SIM	3	33%
14	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: VMWARE VSPHERE 5 ENTERPRISE PLUS, INCLUINDO DIREITOS DE ATUALIZAÇÃO E SUPORTE TÉCNICO DO TIPO PRODUCTION	SIM	3	33%
15	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: VMWARE VPP L4 VSPHERE 5 ENTERPRISE PLUS	SIM	3	33%
16	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: LICENÇA FULL DO SOFTWARE AUTOCAD, MODALIDADE STANDALONE, VERSÃO EM PORTUGUÊS - SERIAL 767F1-WWR111-17Y1	SIM	5	20%
17	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: ORACLE DATABASE ENTERPRISE EDITION - SOFTWARE GERENCIADOR DE BANCO DE DADOS	SIM	5	20%
18	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: REAL APPLICATION CLUSTERS - SOFTWARE DE CLUSTER ATIVO-ATIVO DE BANCO DE DADOS	SIM	5	20%
19	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: ORACLE PARTITIONING - SOFTWARE DE PARTICIONAMENTO FÍSICO DE TABELAS	SIM	5	20%
20	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: AUTOMATION SYSTEM OF INVENTORY - PROGRAMA APLICATIVO PARA LEITORA DE CÓDIGO DE BARRAS.	SIM	5	20%
21	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: LICENÇA DE SOFTWARE JIRA INCLUÍDO O SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO E ATUALIZAÇÃO, PELO PERÍODO DE 12 MESES.	SIM	5	20%
22	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: CESSÃO DE DIREITO DE USO DO SISTEMA COMPOR MULTIUSUÁRIO - 02 ACESSOS	SIM	5	20%
23	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: GERENCIAMENTO WIRELESS	SIM	5	20%
24	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: LICENÇA ENTERPRISE SERVICE PARA SWITCH DE ACESSO TIPO 1 (CISCO CATALYST 4506)) PART NUMBER C4500E-IP-ES	SIM	5	20%
25	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: PARA GERENCIAMENTO DE CAMERAS DO SISTEMA DVR DIGIFORT VERSÃO PROFESSIONAL PARA WINDOWS, MODELO DGFPR1102V6	SIM	5	20%
26	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: WBS CHART PRO USER NETWORK	SIM	4	25%
27	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: DESKTOP ENTERPRISE W MDOP, PART-NUMBER. M7D-00005	SIM	4	25%
28	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: VISIO PROFESSIONAL, PART-NUMBER: D87-01057.	SIM	4	25%
29	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: VISUAL STUDIO PRO W/MSDN, PART-NUMBER: 77D-00110.	SIM	4	25%
30	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: PROJECT PROFESSIONAL, PART-NUMBER: H30-00237	SIM	4	25%
31	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: PROJECT SERVER CAL, PART-NUMBER: H21-00595.	SIM	4	25%
32	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: CORE INFRASTRUCTURE SVR STE DATACTR, PART-NUMBER: FUD-0001.	SIM	4	25%

33	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: EXCHANGE SERVER ENTERPRISE, PART-NUMBER: 395-02412.	SIM	4	25%
34	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: PROJECT SERVER, PART-NUMBER. H22-00479.	SIM	4	25%
35	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: SHAREPOINT SERVER, PART-NUMBER: H04-00232	SIM	4	25%
36	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: SQL SERVER ENTERPRISE, PART-NUMBER: 7JQ-00341	SIM	4	25%
37	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: MCAFEE TOTAL PROTECTION FOR ENDPOINT.	SIM	1	100%
38	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: ADOBE MASTER COLLECTION VERSÃO CS6	SIM	5	20%
39	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: ADOBE PHOTOSHOP VERSÃO CS6	SIM	5	20%
40	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: ADOBE CAPIVATE 7 OU SUPERIOR	SIM	5	20%
41	LICENCA DE SOFTWARE - DESCRICAO: ADOBE ACROBAT PRO XI	SIM	5	20%
42	LICENÇA CORPORATIVA DO SOFTWARE MÓDULO RISK MANAGER, INCLUINDO ATUALIZAÇÃO DE TODAS AS BASES DE CONHECIMENTO.	SIM	3	33%

Fonte: Elaboração própria. Dados: análise realizada pela Diretoria de Tecnologia de Informação.

Sobre o critério de avaliação de ativos e passivos, todos os bens móveis registrados no antes de 2010 passaram pelo processo de definição de base monetária confiável conforme regras previstas na MACROFUNCAO SIAFI 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão. O critério de avaliação para os itens os itens adquiridos após 2010 seguem os listados na NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público: Os estoques são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição; o imobilizado é mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção; os intangíveis são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção.

Em 2014 ocorreu o procedimento de reavaliação da Sala Segura existente no imóvel do CNJ que resultaram em um impacto na conta de Ajuste de Exercícios Anteriores no valor de R\$ 2.838.831,01. A depreciação anual dos bens móveis acumulada fechou no exercício um montante de R\$ 10.457.574,92 e dos bens imóveis em R\$ 23.704,00.

12.2 Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas

Visando à implantação da sistemática de apuração de custos no âmbito do CNJ, a Diretoria-Geral realizou reunião, no dia 16 de dezembro de 2014, com a presença de servidores da Secretaria de Orçamento e Finanças/CNJ, Secretaria de Controle Interno/CNJ e Secretaria do Tesouro Nacional, para conhecer o Sistema de Informações de Custo do Governo Federal (SIC-GOV). Nesta reunião ficou definida uma parceria entre o CNJ e a STN no sentido da utilização do referido sistema.

Assim, a Secretaria de Orçamento e Finanças ficou encarregada de realizar tratativas com as áreas pertinentes da STN, visando à disponibilização do sistema ao CNJ.

Definiu-se que, inicialmente, o foco será o custo da terceirização de serviços.

Vale destacar que a Diretoria-Geral editou Portaria designando a Secretaria de Orçamento e Finanças e a Seção de Contabilidade como unidade e subunidade responsáveis, respectivamente, pela implantação, em 2015, e gerenciamento do SIG-GOV.

12.3 Conformidade contábil

A conformidade contábil do CNJ é analisada e registrada no Sistema Siafi na Seção de Contabilidade pela contadora responsável pelo órgão. Existem, no âmbito do Conselho, três Unidades Gestoras Executoras – Código da UG 040003; 040010 e 040012, sendo as duas últimas em razão do Projeto de Diagnóstico e Fortalecimento dos Judiciários Estaduais financiado com recursos do Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento –BIRD. As demais UG's são de controle e não recebem registro de conformidade contábil.

Mensalmente, são registradas ocorrências automáticas de inconsistências que são sanadas tempestivamente pela Seção de Contabilidade de forma centralizada dentro do próprio mês a fim de que não se encerre o mês com restrição contábil.

No entanto, quando há inconsistências que persistam adentrando o mês seguinte, há registro na UG 040003 da situação “com restrição”. Pode-se resumir as ocorrências registradas na conformidade contábil em 2014 da seguinte forma:

Registro da Conformidade Contábil em 2014

Restrição-Título registradas em 2014	Descrição da ocorrência	Meses em que houve restrição	Tratativas
302 -FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMA E RMB FALTA/RESTRICAO	Saldo pendente de registro no Relatório de Movimentação de Almoxarifado	Fevereiro	Solucionado
315-CONFORM. REGISTROS DE GESTAO	Ausência de registro de gestão	Fevereiro	Sem nova ocorrência no exercício
640-SD CONTABIL BENS MOVEIS NAO CONFERE C/RMB	Saldo de algumas contas patrimoniais no Sistema Siafi não conferem com o saldo registrado no sistema patrimonial próprio	Mai a Agosto	Solucionado
674-SLD ALONG./INDEV CTAS TRANSIT. PAS.CIRCULANTE	Saldo a classificar de receita de GRU referente a devolução de despesa	Junho	Solucionado

Fonte: Elaboração Própria. Dados: Siafi.

Apesar de registros de ocorrências ao longo de alguns meses, não houve ocorrência/restricção não sanada até o final do exercício.

12.4 Declaração do Contador responsável pela contabilidade no SIAFI

Quadro A.12.4.2 – Declaração do Contador com Ressalvas sobre a Fidedignidade das Demonstrações Contábeis

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
Conselho Nacional de Justiça			40003
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) ausência de conformidade de registro de gestão nas seguintes datas: 17/02 e 18/02.</p> <p>b) os demonstrativos do fluxo de caixa e do resultado econômico não estão disponibilizados no sistema SIAFI.</p> <p>c) conformidade contábil registrada com restrição nos meses de fevereiro; maio; junho; julho e agosto.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	31/12/2014
Contador Responsável	Priscila Karla da Silva Wink	CRC nº	PE-023202/O

CONCLUSÃO

O presente Relatório de Gestão foi elaborado de acordo com os normativos do Tribunal de Contas da União, com o objetivo de demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão do Conselho Nacional de Justiça no exercício de 2014.

Observa-se que no ano de 2014 o CNJ alcançou uma execução orçamentária de 68%. A transição antecipada da gestão em 2014 causou reflexos na execução orçamentária do órgão, uma vez que os projetos de valores mais significativos foram iniciados apenas no segundo semestre, depois de aprovados pela alta administração. Apesar de ter sido dada continuidade aos projetos que já estavam em andamento, algumas licitações não puderam ser concluídas no exercício de 2014 e outras tiveram o seu resultado frustrado.

Ainda, houve grande preocupação da gestão com a qualidade dos gastos. Cita-se como exemplo a edição pelo Presidente da Instrução Normativa n. 59, de 8 de agosto de 2014, que trata sobre a utilização preferencial do sistema de videoconferência, bem como a realização de reuniões e eventos na capital federal. O principal objetivo da norma foi reduzir as despesas com deslocamentos, que ensejam a concessão de diárias e passagens.

Ainda, destacam-se as seguintes melhorias alcançadas pelo CNJ em 2014: aperfeiçoamento da gestão estratégica institucional; fortalecimento das ações e mecanismos de controle interno; melhoria dos canais de comunicação com o público externo e interno; priorização e avanço do desenvolvimento e implantação do PJe; celeridade processual e eficiência alcançadas com a implantação do processo administrativo eletrônico no CNJ; redução de despesas com material de expediente e insumos em geral em decorrência do processo eletrônico; valorização do servidor efetivo do quadro por meio de ações de capacitação e designação para cargos de confiança; otimização dos recursos de capacitação por meio de educação a distância voltada para todo o Poder Judiciário e cursos *in company*; continuidade da nomeação de candidatos aprovados no concurso público realizado em 2013, que atenderão às crescentes demandas do CNJ; realização de procedimentos licitatórios com base em um planejamento anual, constantemente monitorado; normatização de procedimentos; alteração da estrutura orgânica, com criação do Núcleo de Apoio às Comissões Permanentes de Conselheiros, Seção de Arquivo, Seção de Políticas de Gestão de Pessoas para o Poder Judiciário, Seção de metodologias e inovações, entre outras unidades.

De acordo com as informações constantes do presente relatório, conclui-se que este Conselho tem observado na execução dos seus projetos os princípios e normativos que regem a Administração Pública, bem como zelado pela regular e eficiente aplicação dos recursos orçamentários destinados ao CNJ.